

MARIA CORREIA DA COSTA

**O CONTRIBUTO DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA FORMAÇÃO
PARA A LEITURA E LITERACIA**



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E DO PATRIMÓNIO

Fevereiro 2012

Maria Correia da Costa

**O CONTRIBUTO DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA FORMAÇÃO
PARA A LEITURA E LITERACIA**

Dissertação apresentada na Universidade Portucalense Infante D. Henrique
para obtenção do grau de Mestre em Educação e Bibliotecas.
Orientadora: Prof^a Doutora Manuela Barreto Nunes.



Departamento de Ciências da Educação e do Património

Fevereiro de 2012



«Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algo houve, as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E em mim converte em choro o doce canto.

E, afora este mudar-se cada dia,
(...)»

Luís de Camões

Reflexão sobre a leitura

«A vida é um perpétuo entrave à leitura.
Ler? Eu bem gostava, mas sabe...,
o trabalho, as crianças, a casa, não tenho tempo...
Nem sabe como o invejo, por ter tempo para ler!
Mas como se explica que aquela, que trabalha,
vai às compras, educa os filhos, guia o carro,
ama três homens, vai ao dentista, vai mudar de casa
para a semana que vem, arranje tempo para ler, e este
caso *celibatário* que vive de rendimentos não o consiga?
O tempo para ler é sempre o tempo roubado.
(Como aliás, para escrever, ou para amar).
Roubado a quê? Digamos que ao dever de viver [...].
Tanto o tempo para ler como o tempo para amar, dilatam
o tempo de viver. Se encarássemos o amor pela
perspetiva do emprego do tempo, o que sucederia?
Quem teria tempo para estar apaixonado?
No entanto, alguma vez se viu um apaixonado
não ter tempo para amar?
Nunca tive tempo para ler, mas nada, nunca,
me impediu de acabar um romance de que gostava.
A leitura não resulta da organização do tempo social,
ela é como o amor, uma maneira de ser».

Daniel Pennac, 1996, pp.11-120

RESUMO

O nosso projeto tem como principal objetivo refletir e averiguar sobre o contributo da biblioteca escolar na formação para a leitura e literacia. Versa sobre a formação ao longo da vida, transversal e integral dos alunos, como fator intrínseco à mudança de paradigmas educacionais.

Os alunos, na escola ou fora dela, têm que se situar num conjunto de mensagens, condutas e expectativas, que lhes permitam compreender o contexto integral em que se inserem, assim como os desafios da vida, em constante mutação. Cabe à biblioteca escolar ativar recursos e conseguir parcerias ideais, a fim de ações formativas e atividades atualizadas, adequadas e diversificadas, de motivação para a leitura e desenvolvimento de diferentes literacias. Neste sentido, refletimos sobre eixos que consideramos fundamentais, da ação pedagógica, pela opinião de autores de renome e aplicação de práticas conducentes ao referido contributo da biblioteca escolar.

O comum interesse dos alunos pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, com ênfase na internet, dispersa-os da atenção a outros saberes também necessários à dita formação integral, ao longo da vida. Nesta base e a fim do enquadramento necessário a uma análise aprofundada do tema, formulámos hipóteses baseadas nas práticas da nossa escola, biblioteca escolar, opiniões de alunos e de professores, que deram forma à nossa investigação, assim como à análise e discussão dos resultados obtidos.

Concluímos, pelos aspetos mais marcantes na vida dos utilizadores da biblioteca da nossa escola, assim como a influência da mesma, na prosperidade do nosso projeto.

Palavras-chave: biblioteca escolar; promoção da leitura; difusão da literacia.

Abstract

This research has as main goal to reflect on and find out about the contribution of school libraries in the development of reading skills and literacy. It deals with the life-long learning process, cross-thematic and complete, as an intrinsic (inherent) factor in the change of the educational paradigm.

Students, in school or outside, must situate themselves in a set of messages, expectations and behaviours, which shall enable them to understand the full context in which they operate, as well as the challenges of a continuously changing life. The role of the school library is to enable resources and ideal partnerships to achieve appropriate and diverse formative actions and updated activities, motivating for reading and for the development of different literacies. In this sense, we reflect upon axes which we consider fundamental within the pedagogical action, through the opinion of renowned authors and the implementation of practices leading to the mentioned input of the school library.

The current interest of students in using new information and communication technologies, with emphasis on the Internet, scatters their attention to other knowledges which are also required for the completion of their lifelong learning process. On this basis, and aiming the necessary framework for a thorough analysis of the subject, we formulated hypotheses based on the practices of our school, school library, opinions of students and teachers, which have shaped our research, as well as on the analysis and discussion of the achieved results.

We conclude by referring to the most striking aspects in the lives of the users of our school library, as well as to its influence on the prosperity of our project.

Keywords: school library, promotion of reading and diffusion of literacy.

SUMÁRIO

TABELA DE SIGLAS E ABREVIATURAS E ATERÓNIMOS	14
ÍNDICE DE FIGURAS	15
ÍNDICE DE GRÁFICOS	16
ÍNDICE DE QUADROS.....	17
INTRODUÇÃO GERAL	19
PARTE 1 – ESTUDO TEÓRICO	24
CAPÍTULO 1. RESENHA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL DA 1ª REPÚBLICA À ATUALIDADE	25
Introdução.....	25
1. Abordagem histórica da educação	26
1.1. Na 1ª República	26
1.2. A educação no Estado Novo	27
1.3. A educação no início dos “anos 60”	28
1.4. Período de Veiga Simão	29
1.5. A educação no período de 1974 a 1986	31
1.6. A educação no período de 1986 à atualidade	33
Síntese conclusiva	36

CAPÍTULO 2. A EDUCAÇÃO E A SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – SÉCULO XXI 39

Introdução 39

2.1. Os professores e a vida do ensino, em termos gerais	41
2.2. A educação e a mudança de paradigma na escola.....	42
2.3. A sociedade da informação e comunicação – educação no séc. XXI	46
2.4. Será exagerado o uso das TIC, na escola e na sociedade?	49

Síntese conclusiva 51

CAPÍTULO 3. ESCOLA E BE: LOCALIZAÇÃO, ÁREA ENVOLVENTE- RECURSOS EDUCATIVOS 54

Introdução 54

3.1. A Biblioteca Escolar – breve resenha do passado ao presente	56
3.2. A escola atual e a mudança de paradigma	59
3.3. A nossa escola – localização, constituição e meio envolvente	61
3.3.1. – Formação/ Constituição do Agrupamento	62
3.3.2. – Meio envolvente	62
3.3.3. – Freguesias do Concelho de Oliveira de Frades	63
3.3.4. Acessibilidades e potencialidades do Concelho	63
3.3.5. Trabalhadores por setores de atividade no Concelho	64
3. 4. A Biblioteca Escolar e a Leitura diversificada – concurso do PNL	65
3.4.1. Concurso: “Quem quer ser milionário – Especial ler+”	65
3.4.2. Concurso: «Inês de Castro».....	66
3.4.3. Concurso: «Onde Te Leva a Imaginação»	67
3.4.4. Outros concursos lançados pelo PNL (2011/ 2012)	67

3.5. A BE e a leitura em prol da formação integral	69
3.5.1. Pesquisar neste blog	69
3.5.2. A BE do (AEOF) e a Leitura – outras atividades.....	71
3.5.2.1. Dia Nacional do Mar	71
3.5.2.2. Outono, Poesia e Poema.....	73
3.5.2.3. Feira do Livro Antigo e Usado	74
3.6. A biblioteca escolar como estrutura ativa no processo de ensino–aprendizagem.....	77
3.7. A biblioteca escolar e o prazer de ler	78
3.8. As bibliotecas escolares e a educação – apreciações	79
3.9. A Biblioteca Escolar e a legislação	80
3.9.1. A otimização da BE pela leitura e literacia	81
3.9.2. A BE, parte integrante do processo educativo – recursos pela informação	83
3.9.3. Espaço BE: núcleo nevrálgico da organização pedagógica da escola	84
Síntese conclusiva	85
PARTE 2 – ESTUDO EMPÍRICO.....	88
CAPÍTULO 4. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO.....	89
4.1. Designação do projeto	89
4. 2. Contextualização e formulação do problema	89
4. 3. Definição das Hipóteses	90
4. 4. Objetivos da investigação	91
4.4.1. Objetivos Gerais	91
4.4.2. Objetivos Específicos.....	92
4. 5. Variáveis	93
4. 5.1.Variável dependente	93

4.5.2. Variáveis independentes.....	94
4.6. Metodologia da investigação e instrumentos de recolha de dados	94
4.7. Sítio	96
4.8. População	97
4.9. Amostra.....	97

CAPÍTULO 5. RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS 98

5.1. ANÁLISE DOCUMENTAL E PESQUISA: ESCOLA.....98

5.1.1. Especificação dos dados para tratamento	98
5.1.2. Clima e ambiente educativo.....	99
5.1.3. Prática pedagógica	100
5.1. 4. Indicadores de sucesso, considerados	100
5.1.5. Caraterização do Agrupamento	100
5.1.6. Escola Básica e Secundária	101
5.1.7. Alunos e Cursos – Escola Básica e Secundária	102
5.1.8. Alunos e Cursos – Novo Agrupamento de Escolas	103
5.1.9. Professores do Agrupamento (2010/2011)	104
5.1.10. Pessoal não docente do agrupamento (2010/2011)	104
5.1.11. Taxa de conclusão escolar (2006 /2010)	105
5.1.12. Taxa de abandono escolar (2006/ 2010)	106
5.1.13. Indicadores: Provas de Aferição e Exames Nacionais.....	107

5.2. ANÁLISE DOCUMENTAL E PESQUISA: BIBLIOTECA.....107

5.2.1. Enquadramento e orientação da pesquisa documental.....	107
5.2.2. Caraterização e orientação da biblioteca escolar.....	108
5.2.3. Situação atual da biblioteca escolar.....	109
5.2.4. Objetivos centrais da biblioteca escolar	112
5.2.5. Promoção da Leitura e Literacia: objetivos e ações da BE	113
5.2.6. Gerir a BE: articular atividade com a Escola . Objetivos Gerais... .	115

5.2.7. Gerir a BE: condições humanas e materiais para prestação dos serviços - Objetivos Específicos	115
5.2.8. Gerir a BE: gerir a coleção - Objetivos Específicos	115
5.2.9. Gerir a BE: RESULTADOS ESPERADOS.....	116
5.2.10. Gerir a biblioteca escolar: METAS (quadriénio 2009 - 2013).....	117

5.3. INQUÉRITO - ALUNOS QUE FREQUENTAM O 12º ANO, NO PRESENTE ANO LETIVO118

5.3.1. Tratamento de dados – inquérito – alunos.....	118
5.3.1.1. Idade dos pais	118
5.3.1.2. Habilitações literárias dos pais	119
5.3.1.3. Origem dos alunos	120
5.3.1.4. Condições sócio económicas dos alunos	120
5.3.1.5. Ocupação para outros trabalhos durante a vida escolar	121
5.3.1.6. O que os alunos pensam em relação ao ambiente educativo, na escola	122
5.3.1.7. Frequência com que o aluno utiliza a biblioteca escolar	124
5.3.1.8. Tempo de permanência habitual na biblioteca escolar.....	125
5.3.1.9. Atividades que o aluno desenvolve com mais frequência na biblioteca	126

5.4. INQUÉRITO A PROFESSORES DE DIFERENTES GRUPOS DISCIPLINARES127

5.4.1. Caraterização geral da amostra	127
5.4.2. Disciplinas que o/a docente leciona no presente ano letivo.....	127
5.4.3. Atividades na BE e/ ou em que o (a) docente a utiliza para realização de projetos pedagógicos e intercâmbio com a atividade da sala de aula .	128

CAPÍT. 6 – ANÁLISE GERAL E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..130

6.1. Análise geral	130
6.2. Discussão dos resultados	132
6.2. 1. Discussão dos resultados respeitantes à escola.....	132
6.2.2. Discussão dos resultados referentes à biblioteca escolar	133
6.2.3. Discussão dos resultados referentes aos alunos	134
6.2.4. Discussão dos resultados referentes aos professores	135

Conclusão Final.....	136
-----------------------------	------------

Bibliografia.....	140
--------------------------	------------

ANEXOS	150
---------------------	------------

ANEXO 1 – Documentos de suporte à análise documental e pesquisa de dados – Escola

ANEXO 2 - Documentos de suporte à análise documental e pesquisa de dados – Biblioteca Escolar

ANEXO 3 - Inquérito a alunos que frequentam o 12º ano no presente ano letivo

ANEXO 4 - Inquérito a professores de diferentes grupos disciplinares

TABELA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ATERÓNIMOS

ACND – Áreas Curriculares Não Disciplinares

AEOF – Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades

AP – Associação de Pais

BE – Biblioteca Escolar

CE – Conselhos Escolares

CEF – Cursos de Educação e Formação

DT – Diretor de Turma

EE – Encarregados de Educação

ET – Educação Tecnológica

EV – Educação Visual

FQ – Físico Química

IASL – International Association of School Librarianship (Associação Internacional de Biblioteconomia Escolar)

IFLA – International Federation of Library Associations (Federação Internacional

das Associações de Bibliotecários e Bibliotecas)

INE – Instituto Nacional de Estatística

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

M.E. – Ministério da Educação

NEE – Necessidades Educativas Especiais

OTE – Ocupação dos Tempos Escolares

PB – Professor Bibliotecário

PE – Projeto Educativo

PNL – Plano Nacional de Leitura

RBE – Rede de Bibliotecas Escolares

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Escola da época – 1ª República.....	27
Figura 2 – Escola EB2,3/S de Oliveira de Frades (<i>em fase de remodelação</i>)....	61
Figura 3- Pavilhão que integra a BE.....	61
Figura 4 - Concurso: “[...] Especial ler+”	65
Figura 5 - Concurso: “Inês de Castro”	66
Figura 6 - Concurso: «Onde Te Leva a Imaginação?»	67
Figura 7 – “Faça Lá Um Poema”	68
Figura 8 – “Um Postal Vale Mil Ideias”	68
Figura 9 – Consulte o nosso blogue, «sinta...» a nossa informação.....	69
Figura 10 – Catálogo <i>online</i>	69
Figura 11 – Dia Nacional do Mar – Cartaz 1	71
Figura 12 – Dia Nacional do Mar – Cartaz 2	71
Figura 13 – Pintura cedida p/exposição - <i>Mª Correia</i>	72
Figura 14 - Os Descobrimentos e a Navegação Portuguesa	72
Figura 15 – Oceanos 1	72
Figura 16 – Oceanos 2	72
Figura 17 – Outono e Poesia 1	73
Figura 18 – Outono e Poesia 2.....	73
Figura 19 – Cartaz - Feira do Livro Antigo e Usado	74
Figura 20 – Artigo sobre a Semana Cultural na BE (2011)	75
Figura 21 – A criança e a leitura.....	78
Figura 22 – “cuidado com os livros”.....	79
Figura 23 – Escolas do Agrupamento	101
Figura 24 - Apanhados a Ler +.....	127
Figura 26 – “Cronograma do conhecimento”	129

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de conclusão escolar (2006/2010)	102
Gráfico 2 – Representação gráfica da distribuição de frequências em função da ocupação dos alunos para outros trabalhos durante a vida escolar.....	122
Gráfico 3 – Representação gráfica da distribuição de frequências em função do ambiente educativo que os alunos sentem na escola	123
Gráfico 4 – Representação gráfica da distribuição de frequências com que o aluno utiliza a biblioteca escolar	124

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Localidades e área de cada Freguesia do Concelho de Oliveira de Frades	63
Quadro 2 – Trabalhadores por setor de atividade (2001)	64
Quadro 3 - Evolução da população residente em Oliveira de Frades	64
Quadro 4 – Evolução do nº de alunos matriculados	101
Quadro 5 – Nº de alunos e cursos- EB2,3/S (2009/ 2010)	102
Quadro 6 – Nº de alunos e cursos – Novo Agrupamento (2010/2011).....	103
Quadro 7 – Nº de educadores, professores e técnicos colocados	104
Quadro 8 – Nº de pessoal não docente colocado (2010/2011)	104
Quadro 9 – Taxa de conclusão escolar em percentagem	105
Quadro 10 – Taxa de abandono escola	106
Quadro 11 - Objetivos centrais da biblioteca escolar	112
Quadro 12 - Objetivos específicos e ações de promoção de Leitura e Literacia.....	113
Quadro 13 - Gerir a BE: Objetivos Centrais - RESULTADOS ESPERADOS...	116
Quadro 14 - Gerir a biblioteca escolar: METAS – quadriénio (2009/ 2013).....	117
Quadro 15 – Distribuição de frequências de acordo com a idade dos pais.....	119
Quadro 16 – Distribuição de frequências em função das habilitações literárias dos pais	119
Quadro 17 – Distribuição de frequências consoante a origem dos alunos.....	120
Quadro 18 – Frequências em função das condições sócio económicas dos	

alunos.....	121
Quadro 19 – Distribuição de frequências em função da ocupação dos alunos para outros trabalhos durante a vida escolar.....	121
Quadro 20 - Distribuição de frequências em função do ambiente educativo que os alunos sentem na escola.....	123
Quadro 21 – Distribuição em função da frequência de frequências com que o aluno utiliza a biblioteca escolar	124
Quadro 22 – Distribuição de frequências em função do tempo de permanência habitual do aluno na biblioteca escolar.....	125
Quadro 23 – Distribuição de frequências em função das atividades que os alunos mais desenvolvem na biblioteca escolar	126
Quadro 24 – Distribuição de frequências em função da disciplina que leciona	127
Quadro 25 – Distribuição de frequências em função de: Atividades, Projetos em intercâmbio Biblioteca Escolar – Sala de Aula	128

Introdução geral

“A leitura é para o intelecto o que o exercício é para o corpo”
Addison, J. (1719)

A formação global e transversal ao longo da vida, necessita de mobilização e adaptação a novos paradigmas, em que as bibliotecas escolares (BE) têm um papel fundamental, numa sociedade em que as tecnologias de informação e comunicação provocaram alterações profundas e radicais no mundo da educação.

O intercâmbio entre a biblioteca escolar (BE), os professores, a sala de aula, os alunos, a direção da escola e a restante comunidade educativa, sempre fez parte integrante da formação e do saber, abrangente, pessoal e profissional. Atualmente necessita ser aprofundado e adaptado aos novos paradigmas educacionais, conducentes a novos saberes, conforme exigências atualizadas.

As atuais mudanças tecnológicas e sociais exigem da BE e de todo o sistema educativo novos paradigmas educacionais, pela prática abrangente e diversificada, em que a criação de hábitos de leitura é fundamental para alterar os métodos tradicionais de formação.

Para nós, ser professor, representa a integração na vida positiva do outro como um todo global, em que a BE tem um papel fundamental na contribuição e entreajuda à atividade do professor, em prol do desenvolvimento cultural, da leitura em sala de aula e pelo desempenho de atividades conducentes ao desenvolvimento integral dos alunos.

A importância da formação para a leitura no meio familiar é primordial para a criação de hábitos da mesma nas crianças. De acordo com a Comissão Organizadora do I Encontro Internacional de Literacia Familiar, (novembro, 2009, p.13), “o desenvolvimento pessoal e social das crianças, das comunidades e da sociedade dependeu e depende da Literacia nas famílias. Um baixo nível de literacia repercutiu-se numa fraca escolarização com implicações no sucesso escolar, em dificuldades de inserção na vida ativa e numa cidadania plena.”

Os promotores do mesmo Encontro (Idem, p. 14) consideram os *Centros das Novas Oportunidades* (CNO), como um reconhecido esforço no sentido do enriquecimento do sistema educativo: “os Centros das Novas Oportunidades (CNO), promovem a literacia, o desenvolvimento cultural e as perspetivas de escolarização nas famílias portuguesas.”. Assim, a educação atual deve privilegiar uma aprendizagem prática “de antecipação”, para a qual estratégias de fundo levadas a cabo na, e pela BE, se certificam como reflexo de um sistema de ensino moderno e orientado para o sucesso. No seguimento desta opinião, o ensino atual e a BE não podem limitar os alunos às ferramentas e recursos tradicionais de leitura, mas sim incentivarem a práticas inovadoras e integradoras de todo o sistema educativo, direcionadas para a formação transversal e integral, ao longo da vida.

No contexto do raciocínio anterior, Veiga (1996), salienta:

“A necessidade de desenvolver nos alunos competências no domínio da seleção, tratamento, produção e difusão da informação, que deve constituir um dos principais objetivos de toda a aprendizagem, qualquer que seja a disciplina ou ano de estudo. Para atingir este objetivo é preciso proceder a mudanças efetivas nas estruturas existentes (espaços, organização pedagógica), nos comportamentos dos professores (em relação aos conteúdos e métodos de ensino) e dos alunos (relação com o saber, tarefas e processos de trabalho), com o fim de criar situações que promovam o prazer de ler, de escrever e de investigar” (Veiga, 1996, p. 11)

Os professores, a BE e todo o sistema educativo, necessitam ser detentores de competências e exigências, a nível científico, pedagógico, humano e profissional, que mostrem o saber “desligar” da perspetiva tradicionalista, simples transmissores e reprodutores de saberes estáticos e desatualizados, tornando-se capazes de dotar os alunos de competências de desenvolvimento organizacional, de pesquisa, na base de sistemas de informação e comunicação atuais, capazes de assentar na transversalidade e integração dos saberes ao longo da vida.

Os jovens e adolescentes, no meio familiar, no grupo de amigos, de pares, ou na envolvimento nos meios de comunicação de massas, têm de se situar num conjunto de condutas, modelos ligados ao desenvolvimento intelectual e vivências, que lhes permitam alcançar a positividade de presença na vida, de modo a enfrentar e “validar” a força adquirida na escola, valores que consideramos necessários para enquadrar e até desenvolver, no nosso trabalho, para os quais a

BE deve ser elemento ativo. Os novos paradigmas educacionais estão em ação e a escola integral tem urgência na adequação aos mesmos. Conforme Ponte (2000, p.64):

“Encontramos atualmente entre os professores atitudes muito diversas em relação às TIC. Alguns olham-nas com desconfiança, procurando adiar ao máximo possível o momento do encontro indesejado. Outros, usam-nas na sua vida diária, mas não sabem muito bem como as integrar na sua prática profissional. (...) Toda a técnica nova só é utilizada com desenvoltura e naturalidade no fim de um longo processo de apropriação. No caso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), o processo envolve duas facetas (...): a tecnológica e a pedagógica. Para analisarmos os desafios que estas tecnologias trazem ao professor, temos que considerar, em primeiro lugar, o papel que elas estão a ter na sociedade, bem como os processos de transformação que, presentemente, estão a ocorrer na escola”.

A escola, em permanente adaptação às exigências do avanço desmedido das TIC, necessita atualizar-se, tanto em contexto de sala de aula, como na BE, assim como em todo o sistema educativo, apesar de todas as dificuldades que se lhe possam impor. A BE necessita reformular estratégias, de modo a exercer um papel ativo e “revolucionário”, em termos de materiais e práticas inovadoras, incentivadoras e interventivas, no seio escolar, de preparação para adaptação à mudança de mentalidades e práticas conducentes, ao sucesso da preparação para a vida atual. Assim, a teoria e prática em constante mudança do século XXI, em termos gerais e específicos, no que respeita à educação e formação diversificadas, exigem a aquisição e consolidação de competências linguísticas, informativas, formativas, cognitivas, pedagógicas e laborais, adaptadas às exigências atuais, atualizadas.

O desafio global da referida mudança exige da educação um acentuado rigor de posturas e de adaptações aos novos paradigmas, consentâneos e coerentes, com uma sociedade moderna e global. Vejamos o que diz (Lopes, 2007, p. 91),

“Hoje, um pouco por todo o lado, ainda que de forma tardia e incipiente, multiplicam-se os programas culturais direcionados para os públicos; desenvolvem-se novas profissões e culturas (...), institucionalizam-se, com avanços e recuos, a definição das missões e vocações públicas dos grandes equipamentos culturais, doravante equipados com equipas (...) sediadas em departamentos educativos e/ ou formativos”

São argumentos do nosso objetivo como professores conseguir, através de ações de competência da prática dos alunos, o desenvolvimento das suas

habilidades e capacidades, a fim da realização de ações reflexivas, individuais, de grupo e/ ou de pares, de modo a proporcionar mudanças relevantes e adequadas, nas condições de vida, individual e social, direcionadas à auto valorização, com reflexos ativos na cidadania.

A BE, além da integração “plena” nos novos paradigmas bibliotecários/ educacionais para a mudança, deve distender o seu âmbito de ação à colaboração entre parceiros com objetivos afins, no fortalecimento e entreajuda comuns. Estes, devem ultrapassar as “paredes” da escola direcionados aos que estão diretamente ligados à educação, como sejam: professores, pais, famílias em geral e Ministério da Educação, de modo a proporcionarem, atualizarem e desenvolverem conhecimentos abrangentes, específicos, mas atualizados, para a desenvoltura pessoal e profissional dos jovens e dos utilizadores da BE, em qualquer idade.

Ao desenvolvimento das TIC, com as repercussões inevitáveis na BE, a democratização da internet, integra os recursos mais utilizados, pela consulta reconhecida sócio e pedagogicamente e repercussões específicas nos utilizadores e na sociedade.

Já nos anos 90 Catalão (1998, p. 93) afirmava: “(...) pretende-se, hoje em dia, encontrar modalidades de utilização do computador, que por serem inovadoras, propiciem uma mudança de práticas pedagógicas. É nesta perspetiva que encaramos os projetos educativos a desenvolver com recurso à Internet. (...)”

A mudança, na base de medidas recursos e metodologias ativas, construtivas, dinâmicas e acentuadamente profissionalizantes, obrigou a escola/ sistema educativo a aprofundar uma cultura de transversalidade, pesquisa, autonomia, integração em novas formas de agir, em termos de partilha, cooperação e cumprimento conforme orientações dimanadas da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE).

Com o desenrolar do nosso estudo, pretendemos e esperamos encontrar respostas para a seguinte problemática: em que medida a Biblioteca Escolar contribui para o desenvolvimento da Leitura e da Literacia. Assim, a fim de darmos continuidade ao nosso estudo, estruturamos o trabalho de investigação em duas partes distintas, mas que se complementam. A Parte 1 é constituída por três capítulos, onde fazemos o enquadramento teórico da temática a investigar.

No capítulo 1 apresentamos uma resenha histórica da Educação em Portugal desde a 1ª República à atualidade. É dada ênfase à Lei nº 46/ 86 de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo (L.B.S.E.), pela mudança que incutiu na vida das escolas.

No segundo capítulo, analisamos a educação e a influência das TIC, na vida das escolas - século XXI.

No terceiro capítulo, localizamos a nossa escola e apresentamos atividades desenvolvidas na mesma e na BE, realçando a sua importância como recursos educativos para a construção do conhecimento e de incentivo à leitura e literacia.

A segunda parte contempla a investigação empírica (também), ao longo de três capítulos. Assim, no quarto capítulo, apresentamos a Metodologia da Investigação, com a contextualização e formulação do problema, dos objetivos, das hipóteses e das variáveis e sítio/ população/ amostra. Descrevemos o modo como conduzimos o trabalho de investigação.

No capítulo cinco, procedemos à recolha e tratamento dos dados obtidos assim como à análise dos que mais se salientam para o nosso estudo, na base das hipóteses que foram anteriormente formuladas.

No sexto capítulo, procedemos à análise e discussão dos resultados obtidos e apresentamos as principais conclusões do nosso estudo.

Após a conclusão geral da nossa pesquisa, apresentamos em bibliografia os autores cujas obras foram consultadas ao longo do trabalho e outros que, embora não referenciados, foram importantes para a conceção do mesmo.

A bibliografia está organizada de acordo com as Normas de publicação da American Psychological Association (APA)

PARTE 1 – ESTUDO TEÓRICO

CAPÍTULO 1

Resenha histórica da educação em Portugal da 1ª República à atualidade

CAPÍTULO 2

A influência das Novas Tecnologias na Educação do século XXI

CAPÍTULO 3

A Biblioteca Escolar e a mudança de paradigma, em prol da leitura e da literacia

CAPÍTULO 1. RESENHA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL DA 1ª REPÚBLICA À ATUALIDADE

“Atualmente reconhecido como o recurso fundamental de qualquer sociedade, o conhecimento, ou o saber, numa aceção abrangente, pode ser considerado como o centro do processo de criação de riqueza.” (SILVEIRA, 2001, p.7).

Introdução

No presente, a sociedade aguarda, cada vez com maior ansiedade e exigência, a preparação / formação dos alunos na escola e à saída da mesma.

As atuais mudanças tanto sociais como tecnológicas, exigem da escola rigorosa adaptação a novos paradigmas educacionais, colocando de parte os recursos tradicionais, ultrapassados, substituindo-os pelos adaptados à vida em constante mutação.

Atualmente, o processamento da informação em nada respeita ao que era vivida há cem anos atrás.

Pelas razões referidas, pensamos ser esclarecedor, investigar a educação, principalmente nos seus pontos fulcrais, desde a 1ª República, aos nossos dias. Assim, cada “nova interrogação” surgida, fomentou o nosso desejo de estudar, de saber, de investigar a evolução da educação, no período dos últimos cem anos.

Daí, como seria a escola/ educação:

- Na 1ª República (1910-1926)
- No Estado Novo (1926-1968)
- No início dos anos 60 do século XX
- No período de Veiga Simão (1968-1974)
- No período de 1974 a 1986
- No período de 1986 à atualidade

1. Abordagem histórica da educação

1.1. Na 1ª República

Quando se deu a revolução da 1ª República em 1910, grande percentagem da população portuguesa não sabia ler nem escrever.

Após a dita revolução, realçou-se a importância da educação, pois os republicanos tinham como princípios, “a aposta na dignificação e na sua promoção moral e social”. (Cortesão, 1988, p.15). Assim, combateram o analfabetismo e mostraram empenho na educação, com o objetivo de conseguirem cidadãos esclarecidos e trabalhadores, especializados de acordo com as exigências do emprego da época.

Em 1911 foi reestruturado o ensino. O primário foi aberto aos dois sexos, obrigatório e gratuito e foi criado o pré-primário.

O ensino primário foi estruturado em três graus: o elementar, com a duração de três anos de frequência obrigatória para crianças entre os sete e os catorze anos; o complementar, com a duração de dois anos; o superior, com a duração de três anos, que permitia aos alunos saídas profissionais ou a continuação dos estudos.

Em 1919 a obrigatoriedade para o ensino complementar foi alargada para cinco anos de duração. Com o objetivo de combater o absentismo, foram construídas escolas móveis, oficiais, que funcionavam na ausência das fixas.

Segundo (idem, p. 57) “(...) continuava baixa a procura das escolas, pois a maior parte da população vivia da agricultura e não sentia necessidade de frequentar as mesmas”.

Neste período (1910-1926), tiveram atenção à construção de cantinas, a fim de alimentarem os alunos mais carenciados e, também, no sentido de facilitarem a qualidade do ensino, criaram as escolas normais para formação de professores e aumentaram os ordenados aos mesmos.

Figura 1 – Escola da época – 1ª República



Fonte: <http://republica-sba.webnode.com.pt/images>

1.2. A Educação no Estado Novo

A mudança política efetuada com o golpe de Estado de 1926, teve reflexos acentuados na política educativa.

No novo regime, a Educação passou a ser só para alguns, “limitando ao máximo os riscos de ter um povo instruído, aumentando assim as diferenças culturais entre as classes da população portuguesa.” (Benavente, 1990, p.52). Ainda, os teóricos do regime consideravam, por exemplo, que cada indivíduo devia seguir a profissão do seu progenitor: “O filho de um operário pode, na profissão do seu pai ser um bom trabalhador, se for selecionado pelo professor para estudar ciências, para a qual o seu espírito não tem a mesma preparação hereditária que tem para o ofício, não passará nunca de um medíocre intelectual (...)”. (Cortesão, 1988, p.69).

Com a Constituição de 1933, a frequência à escola deixou de ser obrigatória. O Artº 43 diz que, “o ensino primário elementar é obrigatório, podendo fazer-se no lar doméstico, em escolas particulares ou oficiais” (Abreu, 1989, p.47).

A Educação era vista como um perigo para o Regime, pelo que começou a ser questionada a sua utilidade pois, para Salazar, “o inconveniente de um povo saber ler não estava propriamente no facto em si mesmo, mas no uso perigoso que dele poderia resultar” (Carvalho, 1986, p.728).

Após a Revolução de 1926, foram extintas as escolas móveis e, em 1927 a escolaridade obrigatória foi reduzida de cinco para quatro anos, tendo, em 1930 passado para três. Foi ainda instituído o livro único, com textos de exaltação à Pátria, Igreja, Família e ao Poder instituído. Quanto à leitura colocada na biblioteca da época (lugar reservado à leitura conveniente) tinha que ser aprovada para não colocar em questão os princípios ideológicos do Regime vigente.

1.3. A educação no início dos “anos 60”

No início dos anos 60, verificaram-se grandes modificações a nível da educação em Portugal, causadas pelas pressões das organizações estrangeiras sobre o Governo português, devido ao facto de termos a escolaridade mais baixa da Europa, pelo absentismo escolar que se registava e, ainda, devido ao reduzido número de estabelecimentos escolares que possuíamos.

A taxa de absentismo era acentuada e não havia pessoal qualificado para dar resposta ao desenvolvimento industrial que se verificava e à necessidade de reestruturação dos serviços para lhe fazer face. Então, para dar resposta a estas “ciências” e pressões, o Ministério da Educação Nacional, em 1964, alargou a escolaridade obrigatória para seis anos, tendo os professores recebido cursos de aperfeiçoamento, para o ciclo preparatório e ensino da televisão (telescola).

Este novo ciclo visava a igualização do acesso à educação, mas não teve sucesso, pois tanto os professores como os monitores da T.V. não estavam preparados para esta docência e situavam-se nos meios rurais, enquanto que as escolas mais vocacionadas para o ensino em referência se localizavam nos centros urbanos.

No curso complementar não havia a disciplina de Francês o que dificultava ainda mais o processo de ensino/ aprendizagem, pois “os alunos que quisessem continuar os estudos tinham que se sujeitar a exames a esta disciplina, preparando-se pelos seus próprios meios.” (Carvalho, 1986, p.730)

Segundo Dornelas (2006,citado por Dias, 2010, p. 6), “(...) a população portuguesa apresenta um elevado peso relativo dos níveis de instrução mais

baixos, em resultado de défices acumulados de escolarização e de taxas muito baixas de saída antecipada e precoce do sistema escolar”.

Podemos concluir, que BE, leitura, literacia, conhecimento, assim como um razoável nível de instrução na população portuguesa, ainda permaneciam muito distantes, na vida da Educação em Portugal, nos “anos sessenta”.

”

1.4. Período de Veiga Simão

No ano de 1968 deu-se em Portugal a chamada «Primavera Marcelista», assim conhecida pelas tentativas de liberalização política.

A nível da educação, depois de constatada a situação de analfabetismo que se verificava no país e a necessidade de pessoal qualificado para dar resposta às carências de conhecimentos relativamente à base cultural que era necessário que o país possuísse para fazer face ao desenvolvimento da industrialização, deu-se início a uma reforma do ensino, que tomou o nome do Ministro que a implantou, «A Reforma de Veiga Simão».

Conforme o Decreto-Lei nº 482/72 de 28 de novembro, (*retificações*, preambulo), no respeitante à co educação e tendência de igualdade entre homens e mulheres,

“(…) determina-se, para vigorar a partir do ano letivo de 1973-1974, no setor oficial, o restabelecimento co educação no ensino primário e a sua instituição no ciclo preparatório do ensino secundário.(...) tal regime tem-se revelado, entre nós, francamente positivo nas escolas onde tem sido praticado (quer fora das circunstâncias, quer ao abrigo das experiências pedagógicas). Na maioria dos países a co educação está em vias de se generalizar, com resultados amplamente satisfatórios. Por outro lado, a evolução social tende a situar homens e mulheres lado a lado, em equivalência de direitos e deveres, na família, no trabalho e, em geral, na vida quotidiana. Convém, pois, que as crianças se habituem, desde os primeiros anos de escolaridade, a uma situação que não seja de separação de sexos, mas em que rapazes e raparigas cresçam numa sã convivência, esperando-se que dessa convivência resulte um maior equilíbrio para a personalidade.” (preambulo).

Pelo referenciado, percebemos que esta Reforma pretendia provocar alterações significativas no plano do ensino, principalmente no básico, que não foram totalmente implantadas, devido à Revolução de 25 de abril de 1974.

Veiga Simão, entrou para o Governo, como Ministro da Educação, em janeiro de 1970 e, segundo Carvalho (1986, p. 808), “o Ministro tinha uma conceção neoliberal, tomando atitudes e utilizando termos que seriam blasfémias em dias passados e a expressão «democratização do ensino» tornou-se frequente nos seus discursos”.

Após um ano da sua tomada de posse, Veiga Simão apresentou dois projetos de reforma de ensino: o “Projeto do Sistema Escolar” e “Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior, para os quais solicitou opinião junto das escolas e meios de comunicação.

Através do Decreto-Lei nº 162/71 de 24 de Abril, “(...) foram concedidos subsídios de alimentação, de transportes e compêndios aos alunos do ensino primário que necessitavam de se deslocar das suas áreas de residência e cujas condições económicas fossem consideradas deficientes” (Cortesão, 1988, p.57).

Em 1971, na *Reforma da Constituição*, Artigo nº 43 “(...) o Estado procurará assegurar a todos os cidadãos o acesso aos vários graus de ensino e aos bens da cultura, sem outra distinção que não seja o resultado da capacidade e dos méritos” (Pires, 1998, p.89).

Entendemos a opinião citada como um avanço, principalmente a nível pedagógico e social para a época e acrescentamos o constante do Artº 12º do citado Decreto - Lei, no seguimento da ideia, atrás: “os professores auxiliares do ciclo preparatório, com exceção dos de Trabalhos Manuais e de Educação Física, passam a formar um quadro único, no qual se integram os lugares dos atuais quadros, masculino e feminino, sem prejuízo de se manter a sua distribuição segundo os grupos e disciplinas. (Idem, *Série I*, número 277/72).

No sentido de dar resposta à educação pré-escolar, por Despacho do Ministério de 20 de junho de 1973, foram criadas duas escolas do Magistério Infantil, uma em Coimbra e outra em Viana do Castelo. Ainda, a fim de incentivar a prática pedagógica, foram criados jardins de infância anexos às referidas escolas. A alteração da estrutura do ensino básico, foi das principais ambições da “Reforma de Veiga Simão”. A escolaridade obrigatória foi alargada de seis para oito anos e admitida a utilização de telescola, enquanto não fosse possível generalizar o ensino direto.

De acordo com Fernandes (1990, p.172), “(...) o alargamento da escolaridade obrigatória, não podia passar de promessas nos próximos anos, essencialmente por carências de instalações e de professores habilitados.”

A implementação desta Reforma, deparou-se com vários obstáculos, quer estruturais (falta de escolas e de professores), quer políticos (era visto como um perigo para o Regime vigente), quer ainda pela Igreja, “(...) havia o receio que estivesse a afastar Deus das escolas (...)” (Carvalho, 1986, p. 811).

Consideramos que o contributo mais importante desta Reforma, foi o aumento do acesso à educação e a sua *democratização*, em virtude de ser uma educação a que todos tinham direito.

1.5. A educação no período de 1974 a 1986

Grandes mudanças foram implantadas na sociedade portuguesa com a Revolução de 25 de abril de 1974, o que produziu efeitos no ensino aos mais variados níveis, pois “(...) tratava-se de opor instituições democráticas a instituições fascistas” (Benavente, 1990, p.32).

A função da escola estava em jogo “ o seu papel de mediação ideológica que no Estado Novo fazia dela um alvo prioritário para novo poder democrático” (Idem, p.33).

A escola que estava instrumentalizada pelo antigo regime, foi um “veículo privilegiado para desenvolver e cimentar a democracia” (idem, ibidem).

A escolaridade de seis anos manteve-se até 1986 e “ o Estado reconhece e garante a todos os cidadãos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades de formação escolar” (Constituição de 1976, Artº. 74).

Enquanto o Estado Novo reduzia o papel da escola ao saber ler, contar e escrever, o novo regime, nas várias revisões curriculares alongou este conceito ao «desenvolvimento integral do aluno», introduzindo novas áreas disciplinares, como Meio Físico e Social, Educação Física, Expressão Plástica, Religião e Moral, Movimento de Drama e Educação Musical.

Os métodos de ensino que tinham sido apenas expositivos, em democracia incentivavam os alunos à ação, experimentação e interesse de modo a desenvolverem o espírito crítico e as suas capacidades de participação.

Surgiram programas com sugestões de atividades, por isso, suporte à aplicação prática. Os próprios manuais escolares sofreram alterações, acabando-se com a tradição do “livro único”.

Foi reduzido o número de alunos por turma e o regime de quatro classes com a avaliação no final de cada uma, foi substituído pelo de duas fases, de dois anos cada, mostrando assim maior respeito pelo desenvolvimento psicológico dos alunos, permitindo uma maior adaptação ao ritmo individual de cada um, “(...) admitindo-se que o período escolar primário abrange um percurso qualitativamente diferenciado no que se refere às capacidades individuais” (Fernandes, 1981, p.174).

A avaliação deixou de ser feita no final de cada ano letivo, o que implicava “urgência na preparação dos alunos, muitas vezes práticas de marginalização dos alunos com dificuldades” (Idem, ibidem).

Verificaram-se, também, grandes alterações a nível da gestão dos estabelecimentos de ensino, eleição do diretor e a criação de conselhos escolares. Estes eram constituídos por todos os professores da escola, levando assim à participação conjunta na organização e gestão, proporcionando-lhes maior autonomia e responsabilização.

O Inspetor deixou de ser apenas controlador administrativo, passando a ser também, orientador pedagógico, podendo assim apoiar outros professores e desta forma, melhorar a qualidade da educação.

Com a evolução do ensino, foi necessário reformular a formação inicial de professores, alterar programas, conteúdos, e a forma de acesso ao Magistério Primário. Até 1976, só era exigido para entrada naquela instituição de ensino, o 5º ano antigo e a realização de um exame de ingresso, tendo o curso a duração de dois anos.

A partir de 1976 a habilitação mínima passou a ser o 11º ano e três anos de curso, procurando “pôr ao alcance dos futuros professores um apetrechamento científico (...)” (Benavente, 1990, p.36).

Concluimos que a entrada da democracia inspirou um enorme incentivo a nível educacional direccionado a mudanças profundas. Saber se esta vontade de mudança vai ou não ser aplicada a uma educação de sucesso da escola em geral e da vida das bibliotecas em particular, vamos continuar no nosso estudo a fim de certificação. As bibliotecas necessitam deixar de ser os simples arquivos de “tempos passados” e tornar-se numa mais-valia cultural e intercâmbios contributivos para formação integral dos seus utilizadores.

1.6. A educação no período de 1986 à atualidade

Temos assistido nos últimos anos a grandes mudanças na sociedade, as quais implicam novas exigências à escola, no sentido de esta responder às necessidades impostas por tais mudanças.

Apercebemo-nos de que, a situação educativa em Portugal revela bastante dificuldade de adaptação, quando comparada com vários países congéneres.

O sistema educativo no nosso país, a partir de 1986, sofreu grandes alterações, com a Lei nº 46/ 86 de 14 de Outubro (L.B.S.E.), em que o ensino básico sofre remodelações, tanto respeitante à sua filosofia e conceção, como à sua estrutura e organização.

No ensino secundário, (LBSE, Artº 9º, 1986, pp. 3070-3071) pretende atingir objetivos, que apesar de conteúdo extenso, sentimos importância em citar, assim:

- “a) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica (...) suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida ativa;
- b) Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;
- c) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;
- d) Formar a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;
- e) Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida ativa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;
- f) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;

g) Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e de adaptação à mudança.”

A Lei citada, não deixa margem para dúvidas, no que respeita à finalidade inovadora e criativa em que havia interesse em transformar Portugal, a nível da educação.

Quanto aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), a mesma Reforma, também lhes dedicou especial atenção, no sentido de integrar os alunos envolvidos nas ditas necessidades especiais no “ensino regular”, criando condições necessárias, quer a nível de equipamentos, quer de adaptações curriculares, acompanhamento e apoios pedagógicos. Ainda faz referência à ligação das aprendizagens com as necessidades da vida ativa, a nível de formação e de acesso, de sucesso educativo e de formação do indivíduo, tendo em conta o desenvolvimento, ritmo e cultura de cada um, dando a todos as mesmas igualdades de oportunidades.

A gestão das escolas proporcionou-se mais aberta e positiva, reforçando a atenção aos professores, pais e comunidade envolvente. Neste sentido, (LBSE, 1986, Artigo 43º, p. 3077) no referente à administração do sistema educativo, diz,

“2- O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das atividades sociais, económicas e culturais e, ainda, de instituições de carácter científico.”

A Lei em questão, salienta ainda, o interesse da interligação da escola com o meio envolvente e da participação de todos os interessados na comunidade educativa. No que respeita à avaliação do sistema educativo, “O sistema educativo deve ser objeto de avaliação continuada, que deve ter em conta os aspetos educativos e pedagógicos, psicológicos e sociológicos, organizacionais, económicos e financeiros e, ainda, os de natureza político-administrativa e cultural (...)” (LBSE, Artº 49, 1986, p. 3079).

O Decreto-Lei nº 43/89 de 3 de Fevereiro, segue a L.B.S.E., “(...) a reforma educativa não se pode realizar sem a reorganização da administração educacional,

visando inverter a tradição de uma gestão demasiado centralizada e transferindo poderes de decisão para os planos regional e local (...)” (preambulo, 1989, p. 456).

O Decreto-Lei nº 172/91 de 10 de Maio, salientou a novidade em relação à Lei atrás citada, de passar a haver Conselho de Escola e Diretor Executivo, “ o diretor executivo é o órgão de administração e gestão do estabelecimento de ensino nas áreas cultural, pedagógica, administrativa e financeira, responsável perante a administração educativa (...), com as orientações do conselho de escola, (...)” (Artº 16, 1991, p. 2524).

A Lei em questão “pretende assegurar à escola as condições que possibilitam a sua integração no meio em que se insere. Exige o apoio e a participação alargada da comunidade na vida da escola (...)” (preambulo, 1991, p. 456), fator que consideramos de enorme importância na vida da educação.

No âmbito do considerado na Educação no período de 1986 à atualidade, verificamos acentuadas alterações ocorridas na vida das escolas e na sociedade portuguesa, principalmente porque era notório o interesse da mesma na solidificação da (tão desejada) democracia. A Legislação nesse sentido, foi preocupação das entidades responsáveis. A Lei nº 46/ 86 de 14 de Outubro, foi considerada um sucesso pela abertura a pontos considerados “chave” para que na época a educação pudesse conhecer o tão desejado e esperado sucesso, conforme atrás referimos.

As bibliotecas escolares ainda estavam com dificuldades de adaptação às realidades necessárias e a integração das mesmas nos novos sistemas informáticos necessitavam de muito investimento e formação aos vários níveis, a fim de se adaptarem às necessidades dos utilizadores, como entidades ativas na adaptação aos novos sistemas de informação e comunicação que já se acentuavam.

Síntese conclusiva

Na 1ª República, até 1910 grande parte da população portuguesa era analfabeta. Após a referida data, surgiram tentativas de apostas na educação.

Os Republicanos sentiram necessidade na dignificação e promoção moral e social. Assim, investiram no combate ao analfabetismo e na formação de uma educação que conseguisse pessoas conhecedoras e civilizadas. Sabiam que se tratava de um processo: sensível, moroso e que exigia muito investimento a vários níveis, pois tratava-se de alterar hábitos enraizados de um país.

Em 1911 foi reestruturado o ensino primário, o que já seria *“uma luz ao fundo do túnel”*, em termos de Portugal sair do absentismo educacional em que estava mergulhado e, em 1919, o ensino complementar também sentiu o sucesso da sua reestruturação, pois era necessário sair do analfabetismo e preparar homens para o trabalho produtivo.

A nível de investimento em bibliotecas, leitura e literacia, como pilares do saber, do conhecimento e da formação, pouco foi conseguido.

No Estado Novo - O golpe de Estado de 1926 refletiu-se na política educativa, mas a educação continuava só para alguns. Benavente, A. (1990), dedicou atenção ao facto. Após a Revolução, a extinção das escolas móveis, proporcionou mais carências educacionais, assim como a redução da escolaridade obrigatória, de cinco para quatro anos em 1927 e, ainda, em 1930 ter passado para três, foram fatores indicativos da desvalorização acentuada da educação, assim como a frequência da escola deixar de ser obrigatória, com a Constituição de 1933, com todos os riscos inerentes que daí podiam advir. Também encerraram muitas escolas, nesta época, levando a acentuada queda do que se tinha considerado positivo no ensino, a partir de 1910. O investimento na leitura e literacia, tinha um nível muito baixo, pelas enormes carências do povo português e falta de incentivos.

No início da década de 60 do século passado a educação em Portugal sentiu alterações positivas, principalmente proporcionadas pelas pressões de organizações estrangeiras, no sentido de alterarmos a nossa baixa escolaridade que estava a perturbar o desenvolvimento industrial. Mas, apesar do Ministério da Educação Nacional, ter alargado a escolaridade obrigatória para seis anos em

1964, e proporcionar cursos de formação aos professores, o sucesso não se salientou.

Carvalho (1986) focou a situação de educação da época, entre muitos outros escritores e estudiosos, aos quais não passou despercebida a dificuldade de inversão cultural do país, que depois de tantas tentativas, não conseguiu evoluir. Chegaram à conclusão de que o fator principal se devia à acumulação dos défices de escolarização, durante muitos anos e à falta de motivação das pessoas, para alterarem o ritmo de vida que tinham “enraizado”, apesar do gosto e interesse pela leitura, literacia, conhecimento, estar subjacente em muitos, mas a falta de apoios e incentivos, “falava mais alto”. A vida exigente e difícil, ainda não se coadunava com a satisfação das vontades pessoais, nem profissionais.

No Período de Veiga Simão, o analfabetismo em Portugal era realidade, pelo que necessitava de formação urgente que proporcionasse os saberes que enfrentassem a indústria e tudo que pudesse beneficiar a saída do estado deficitário em que estávamos mergulhados. No sentido interventivo, de ação, o Ministro deu bases à reforma do ensino, que adquiriu o seu nome.

Pelo Decreto - Lei nº 162/71 de 24 de Abril, concedeu apoios aos alunos mais necessitados. Esta apreciação não passou despercebida a (Cortesão, 1988), nem a (Pires, 1998), em que salientou “(...) a atenção do Ministro, no respeitante ao interesse do acesso aos vários graus de ensino e aos bens da cultura, como resultado da capacidade e dos méritos”.

O interesse da Reforma em prol da co- educação, pela Lei nº 482/72 de 28 de novembro, para vigorar no ano letivo seguinte, foi profícua. Veiga Simão, soube perceber que não havia razão viável, para manter a separação entre as capacidades dos homens e as das mulheres.

O ensino básico foi, também, uma das principais ambições do Ministro.

Fernandes (1990), referenciou o alargamento da escolaridade obrigatória, como passo para o atingir de objetivos culturais.

Com a «Revolução dos Cravos» verificaram-se mudanças que alteraram a vida da sociedade portuguesa, em várias estruturas e suportes. Na educação, foram e continuam a ser alvo de grande interesse, para muitos autores expressarem as suas ideias e opiniões da vida em Democracia.

Benavente (1990, p.32) “(...) tratava-se de opor instituições democráticas a instituições fascistas (...)”. Na função da escola estava em jogo, “o seu papel de mediação ideológica que no Estado Novo fazia dela um alvo prioritário para novo poder democrático” (idem, ibidem).

A escola, foi «veículo» privilegiado para desenvolver e cimentar a democracia.

De 1986 à atualidade, as mudanças na sociedade incentivadas pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC), foram notórias pela alteração de hábitos de trabalho e exigentes respostas do sistema educativo, para lhes fazer face, porque vieram alterar radicalmente a vida do quotidiano, aos mais variados níveis.

A vida nas escolas, nas famílias e na sociedade em geral, com o crescimento de ligação às novas formas de comunicação, principalmente proporcionadas pela Internet não podendo abstrair - nos do reconhecimento de novo papel social e pedagógico das bibliotecas escolares, novos hábitos da vida do quotidiano, novas formas de exigência na educação com repercussões na sociedade em geral, mudou e continua a impor novos desafios a nível nacional e internacional.

A escola, que numa perspetiva tradicionalista era um veículo de simples transmissão e reprodução de saberes estáticos, na atualidade esta não deve mais impor saberes desatualizados, nem utilizar métodos retrógrados e ultrapassados, mas sim adaptar-se à vida da atualidade com competências de trabalho, de organização, de pesquisa que possam preconizar uma aprendizagem que prepare os jovens para as exigências da dita atualidade, a nível cultural, social com reflexões no económico e ao longo da vida.

CAPÍTULO 2. A EDUCAÇÃO E A SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – SÉC. XXI

“A Internet tem potencialidades ao poder implicar e responsabilizar os cidadãos informados e conscientes dos problemas existentes na sociedade, na construção de Estados mais democráticos, conduzindo a uma sociedade mais humana e menos votada à desigualdade e à exclusão social.”
(Castells, 2004, p. 85)

Introdução

Somos conhecedores de que a escola foi sempre “um marco” na vida de todos nós, independentemente de mais ou menos evoluída, e/ou adaptada às necessidades dos seus intervenientes da época em que a frequentamos e do modo como a vivemos. Entendemos que se integrou como pilar fundamental para o conhecimento.

As atuais mudanças sociais e tecnológicas, exigem novos paradigmas educacionais e novos métodos de transmissão da informação/ formação, em interação com um mundo, em constante mutação.

A inevitável articulação de esforços entre parceiros envolventes, cada vez se acentua com mais vigor, como elemento facilitador para a concretização de projetos, impulsionando ideias e novas práticas na biblioteca escolar (BE) e em todo o sistema educativo.

A união e troca de ideias, pareceres, projetos alternativos, eventos, ações a desenvolver, arte inovadora e adaptada às vivências da vida moderna, necessitam-se interventivas, para que a BE possa abrir horizontes, pela permuta, partilha de práticas que vão de encontro à adaptação de estratégias, frutíferas, globais e abrangentes direcionadas à vida do saber.

As TIC e a globalização mudaram o mundo, de modo a que a adaptação, ou é uma constante da vida moderna ou, quem não se atualiza, desloca-se no sentido inverso, ao do desenvolvimento da vida contemporânea. Pela nossa experiência como professores de uma escola antiga (agora em obras de modernização), conseguimos atualizar-nos e adaptar-nos. Este facto já foi comprovado pela formação de ex-alunos, no prosseguimento de estudos e na vida ativa, atual. Com

união e luta comuns, as estratégias aparecem e os objetivos têm sido realidade. Onde pouco mais há que a vontade, a imaginação aumenta e atualizamo-nos juntos, direcionados a uma formação transversal e integral ao longo da vida, com sucesso. Assim, a relação entre o sistema escolar que a vida moderna exige, no respeitante à nossa atualização às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a toda a mudança inerente, apesar de não ser tarefa fácil, temo-la conseguido na nossa escola, direcionados apenas a um objetivo comum: o sucesso dos nossos alunos.

Aos encarregados de educação (EE), cabe acompanhar a vida dos filhos/educandos, na vida da escola (*o que, infelizmente ainda se verifica deficitário*). Desde a educação antiga à atual, para se conseguir formação abrangente, necessita sempre de ligações e parcerias, em termos: pedagógicos, educacionais, sociais, autarquias, económicos, culturais e de carácter científico, famílias, cidadania, etc., de modo a que esse: «comum» consiga ultrapassar as barreiras, que possam perturbar o atingir de objetivos. A *referida* interligação, em termos de participação, em comunidade educativa, deve ser a maior lição de força para a mudança de paradigmas, que os alunos levam para a vida futura.

Sendo a nossa vida na escola mais ligada aos alunos dos cursos profissionais, em que a maioria segue a vida empresarial após a conclusão do 12º ano, sentimos necessidade de versar o nosso estudo, também, sobre literatura pendente. Assim, de acordo com o *Livro Verde sobre as Relações Laborais*, (Dornelas, 2006, p. 8): “(...) estou consciente de que os passos necessários para atualizar e renovar o quadro normativo que regula as relações de trabalho, implicam decisões difíceis para todos os interessados e para o conjunto dos decisores sociais, económicos e políticos”.

Esta introdução teve por base, na sua maioria, conhecimentos da nossa experiência vivida¹ desde escolas modernizadas, aquela em que trabalhamos desde 2009/ 2010, onde as lacunas que possam existir em termos de recursos, são colmatadas pela união e entrega de todos a uma causa comum, que é o sucesso dos nossos alunos e a sensação do dever cumprido, pela parte da comunidade escolar.

¹ além da “confrontação” com autores de publicações diversas,

2.1. Os professores e a vida do ensino, em termos gerais

Os professores, conscientes das grandes transformações operadas em Portugal, com a entrada da democracia e com as profundas mudanças que se têm acentuado (a nível das famílias, da sociedade em geral, em termos de tomadas de atitudes e valores intrínsecos à escola e ao desempenho da BE), sentiram necessidade de aprofundar e alterar estratégias direcionadas ao atingir dos objetivos, ora exigidos. Com as TIC a dominarem a vida do ensino, das BE, dos professores e da comunidade educativa, na sua íntegra, fomos obrigados a refletir sobre o que está a ser exigido e a adaptar-nos de uma forma construtivista, reformista de critérios, estratégias e recursos, nunca antes imagináveis.

As escolas, consideradas como ponto de partida num processo contínuo de formação, responsáveis e responsabilizadas pelo sucesso das aprendizagens do cidadão, necessitam das inevitáveis adaptações à realidade e aos constantes, novos desafios que se lhes impõem, em que os professores necessitam ser elementos ativos, exigentes, profissionais. Estes sentem-se muitas vezes limitados, em relação à prática, na sala de aula, devido à falta de recursos vocacionados para leção inovadora e adaptada à vida moderna, também a nível de preparação dos alunos para a vida empresarial, pela falta dos equipamentos específicos, se não conseguirem as (atrás) consideradas parcerias e se não tiverem muita força de vontade e sobretudo, profissionalismo.

Ensinar não é tarefa fácil, necessita de agilidade, perspicácia, sentido de responsabilidade e sensibilidade para que não seja apenas mostrar os caminhos direcionados à vida do conhecimento, mas sim “ativar” em cada aluno as bases necessárias para que possa ser um elemento ativo no grupo e fora dele, aos mais variados níveis. Assim e de acordo com Bagno (2001, p. 15), “(...) compete ao professor desenvolver o sentido crítico que permita ao aluno reconhecer o verdadeiro caminho que conduz às verdadeiras fontes de informação e conhecimento”.

Os professores necessitam de agir dentro das suas possibilidades, na vida da educação e com as condições possíveis, no sentido de aplicação de critérios com as exigências da vida contemporânea.

De acordo com Miranda (2011, p. 14), “percebemos que o novo paradigma educacional, enfatiza a tomada de novas atitudes, novos valores, novas referências, que estejam à altura de fazer face ao fenómeno da globalização e das TIC e, assim, as escolas vêm a ser preparadas para a adaptação à referida mudança.”

Muitos projetos “ficam no papel”, por falta de recursos, mas muitos mais, por falta de imaginação e entrega a trabalhos e ideias prósperas e capazes de levar a cabo ideais em que, por vezes, os objetivos até ultrapassam o idealizado. Neste contexto, cabe aos professores a consciencialização de que a falta de condições, principalmente as económico-financeiras, vedam grandes sonhos, mas que as estratégias para a colmatação de quaisquer falhas, têm que sair da sua mente, de modo a que o “produto final”, seja o sucesso comum.

2.2. A educação e a mudança de paradigma na escola

Em Portugal, durante as últimas décadas, produziram-se mudanças profundas no sistema educativo, em expansão e diversificação (como temos vindo a referir), que vieram alterar fortemente o contexto de estabilidade assente, durante muito tempo, no monopólio Estatal da Educação e na crença de que o presente e o futuro do sistema educativo, não eram mais do que uma repetição do passado.

De acordo com Formosinho (1992, p. 23) “O crescimento progressivo de heterogeneidade dos alunos, consequência do alargamento da escola a camadas da população económica, social e culturalmente diferentes, fez com que à «escola de massas» fosse cometida uma pluralidade de papéis que antes não existiam”.

As exigências da sociedade para com a escola vão ser cada vez mais acentuadas, pois os Decretos-Lei citados no «Capítulo 1», não deixam margem para dúvidas, no que respeita ao interesse por uma escola mais autónoma, mais atenta aos interesses da comunidade educativa, daí a abrangência da responsabilização em termos de educação, direcionada no referido sentido.

À escola atual compete prestar apoio pessoal aos alunos, colaborar com a família, conhecer o meio envolvente nas várias vertentes, principalmente vivenciais, atender às novas exigências e desafios proporcionadas pelo avanço das TIC, tornaram necessária a reorganização do sistema educativo, o que implica novas práticas de todo o sistema e renovado cenário pedagógico-didático.

No seguimento da ideia anterior e conscientes de que aos profissionais da educação, BE e escola na sua íntegra, compete terem espírito ativo, também, na mudança educacional a fim de ocuparem o lugar principal, sempre na via do sucesso do objetivo final, sentido que é confirmado por Carneiro (2006):

“As instituições educacionais, que sempre tomaram como matéria-prima o conhecimento, têm a oportunidade de se recentrarem e de ocuparem o lugar nuclear que foram perdendo nas sociedades contemporâneas. Os centros educativos podem e devem ser as alavancas do paradigma da aprendizagem ao longo da vida (...)”.

A escola atual também não pode ignorar o apoio à formação e à avaliação de professores (tarefa difícil em que temos sido integrados, no grupo 430 Economia e Contabilidade) e ao bom funcionamento global.

A consolidação da escola de massas, que Formosinho (1992, p. 23), considerou, “(...) arrastou consigo um conjunto de consequências de difícil solução”. Uma das consequências da ideia citada, foi o aparecimento de uma escola mais heterogénea, essencialmente na sua dimensão humana, maior heterogeneidade discente, docente e contextual, que arrasta novas necessidades de diferenciação curricular, pedagógica, organizacional e profissional, para as quais nem o Estado nem os professores estavam muito bem preparados. Assim, reportamos para o nosso estudo “*O Dilema Organizacional da Escola de Massas* de Formosinho (1992), pelo facto de sentirmos, com o prolongamento da obrigatoriedade do ensino, a nossa vida na escola acentuadamente conturbada, pelos alunos que se matriculam e não se aplicam, perturbando os bons alunos, facto que dificulta imenso a vida profissional dos professores e das escolas. Também, as características essenciais do *currículo uniforme*, em grande parte “indiferentes”, às características dos alunos, seus interesses e tendências vocacionais, quer às diferentes educações informais da família, vão condicionar a aprendizagem real.

Seguindo a ideia anterior, Formosinho (idem, p. 28) acrescenta: “A referida inadequação curricular e pedagógica, proporciona o aumento do insucesso escolar, da desistência do ensino/ aprendizagem, o descontentamento dos estabelecimentos de ensino e um sentimento frustrante nos docentes, contribuindo para uma diminuição do bom andamento escolar”. Vimos que, a escola de massas, colocou de parte o ensino tradicional, para um público passivo e passou a exigir trabalhos de projeto dinâmicos, críticos, informatizados, de controlo rigoroso.

No seguimento, citamos o Decreto-Lei nº 115-A/ 98 de 4 de Maio, inicia com a seguinte afirmação: “A autonomia das escolas e a descentralização, constituem aspetos fundamentais de uma nova organização da educação, com o objetivo de concretizar na vida da escola a democratização, a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço público de educação. (...)” (preambulo). Nesta base, vimos que, já em 1998, se pode verificar que os estabelecimentos de ensino estão a acentuar a autonomia, que o Estado lhes está a proporcionar (por Legislação), no sentido de solucionarem, ou pelo menos minorarem as dificuldades existentes. Com a citada Lei, “2- O Projeto Educativo, o Regulamento Interno e Plano Anual de Atividades, constituem instrumentos do processo de autonomia das escolas (...)” (Idem, Artº3). São órgãos de administração e gestão: “Assembleia da Escola, Conselho Executivo ou Diretor, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo” (idem, Artº 7).

Estamos conscientes que a mudança de paradigmas escolares teve² a sua base no contributo das tecnologias de informação e comunicação. Estas foram determinantes para a adoção de novas posturas, autonomia das escolas, novas formas de fazer, novas técnicas de aprendizagem e intervenções pedagógico - didáticas e, conseqüentemente, a valorização de novos recursos educacionais, novas técnicas de ação teórico – prática e a desvalorização de tudo quanto seja considerado ultrapassado. O referenciado alterou, inevitavelmente a estrutura curricular e organizacional das escolas, conforme Barroso (1999, p. 90):

“É preciso passar da lógica, da norma e da regra, à lógica da negociação e do acordo. O grande desafio que se coloca à autonomia da escola, não é a constituição dos órgãos, com estes ou aqueles parceiros. O grande desafio da autonomia é a

² “e continua em grande expansão, aos mais diversos níveis, consequência da globalização e da interligação e intercâmbio Europeu, em que as TIC “dominam todo este mundo”

capacidade de criar na escola instâncias de regulação das diferenças, de interesses e pontos de vista, entre: alunos, professores, pais e outros elementos do meio social local.”

No seguimento da ideia de Barroso (1999), também, de acordo com Delors (2001), “Temos uma escola que dificilmente responde pela aprendizagem na área do «ser» e do «ser com os outros» (...)”, constatação que consideramos um pouco drástica, apesar das enormes alterações ocorridas na mudança do século, serem a realidade citada.

No seguimento das ideias referenciadas, Nogueira (2001, p. 109), diz, “ (...) numa sociedade de «transição paradigmática», assiste-se hoje a uma verdadeira «revolução», que nos coloca grandes desafios, alterando comportamentos e estilos de vida em sociedade, pelo que poderíamos mesmo dizer que estamos perante um novo paradigma civilizacional”.

Num enquadramento de raciocínio, pensamos oportuno citar o pensamento de Carneiro (2003, p. 35)³ em que diz,

“A escola elenca as aprendizagens escolares em torno de seis eixos transversais complementares: - aprender a condição humana, a sua dignidade e o vaivém «eu – -outro»; - aprender a viver com a cidadania, o conjunto de direitos e deveres, «celebrando a diversidade e apreciando a democracia»; - aprender a cultura matricial e os seus matizes integradores (língua, história, civilização, identidade); - aprender a processar a informação e a organizar o conhecimento, lidar com a sociedade de informação num contexto de formação ao longo da vida; - aprender a gerir uma identidade vocacional «desde a aquisição continuada de competências, a empregabilidade sustentável»; - aprender a construir sabedoria, elaborando uma «síntese equilibrada de conhecimentos e experiências (...) tendo em vista uma evolução consciente e a interiorização do sentido final contido no dom da vida e na dimensão cósmica da existência». Numa escola que partilhe destes postulados, «educar reassume por isso, a sua mais vasta significação social, ao postular que toda a verdadeira aprendizagem deve ter lugar em grupo e numa dimensão racional. Infelizmente não temos uma escola pensada e organizada de acordo com estes desideratos.”

Concluímos este *ponto* do capítulo em questão, principalmente pela aprendizagem que conseguimos, a qual nos mostrou que devemos pensar no futuro, aceitar e lutar pelo aperfeiçoamento do presente e continuar a pesquisar vários autores como também, Roberto Carneiro, entre muitos estudiosos, que consideram a educação como a grande prioridade do século XXI. Para tal, a escola

³ *consoante trabalho desenvolvido para os alunos da Casa Pia de Lisboa, pelo enquadramento tão completo e explícito, a aplicar a uma educação, que só pode ser de sucesso.*

tem que se “desligar” da visão tradicional, em prol da adaptação às mutações sociais, económicas, educacionais e culturais, sob pena de sermos excluídos da enorme família designada por: União Europeia.

Estamos conscientes de que a escola/ educação é o “*fruto apetecido*” que primeiro recebe os choques, que deve saber “amortecer”, utilizar e reformular com sentimento positivo e força, para a devida adaptação e crescimento.

2.3. A sociedade da informação e comunicação – educação no século XXI

As TIC colocaram vincados desafios e exigências, através de programas específicos, que exigem as reorganizações necessárias, até que sejam atingidos os objetivos traçados e desejados para um futuro de sucesso o que, de acordo com os novos paradigmas traçados, só é conseguido pela consciencialização comum de que a sociedade da informação e comunicação introduziu mudanças antes inimagináveis, na educação do século XXI.

Estamos conscientes de que qualquer mudança é difícil, principalmente pela adaptação a novos paradigmas, mas temos que enveredar esforços capazes de dotar os alunos das competências necessárias, modernas e atualizadas para a vida do saber. Necessitamos de, no mínimo, aproximar o nosso nível de leitura, literacia, conhecimento, ao dos países mais elevados, a nível educacional. Será sonhar? Talvez não, porque se houver empenho comum, tudo se consegue.

A sociedade de informação e comunicação do século XXI, popularizou-se com a internet, que é a atual ferramenta, do mundo e para o mundo. Esta, esteve e continuará, em constante evolução, a ser o recurso mais procurado e agradável para os nossos alunos, onde sentem «o mundo ao sabor de um clique». Nesta base, passamos a citar autores de grandes obras, na base deste recurso, que consideramos o pioneiro a nível comunicacional do século XXI.

De acordo com Catalão (1998, p.33), no respeitante à repercussão da internet, na necessária consulta no mundo do saber, refere que a consulta através da internet, por contraste com as fontes tradicionais, apresenta vantagens, como,

“- os recursos estão disponibilizados para todos os alunos; - há uma maior rapidez de acesso à informação pretendida; - os dados estão atualizados; - é possível obter informações muito específicas. Para além destas vantagens a sua estrutura de hiperligações pode propiciar um rápido alargar de conhecimentos e de possibilidades de relação”.

Da ideia de Castells (2004, p.311), no respeitante à internet como recurso educativo na educação do século XXI, ressalta a opinião,

“A internet não é apenas uma tecnologia: é o instrumento tecnológico e a forma organizativa que distribui o poder da informação, a geração de conhecimentos e a capacidade de ligar-se em rede em qualquer âmbito da atividade humana. Daí a importância da ligação à internet por parte de todos os países. A internet pode ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento do Terceiro Mundo. (...)”

Sentimos esta opinião muito forte, pois ainda não tínhamos pensado, principalmente na ideia respeitante ao que este recurso pode ter de utilidade para o desenvolvimento do «Terceiro Mundo».

No seguimento do estudo do tema em questão, apreciamos a ideia de Coelho (1997, p. 5), onde na introdução, afirma: “A Sociedade da Informação constitui um desafio que tem de ser enfrentado com determinação de modo a adequar o país às profundas mudanças daí resultantes. As manifestações da sociedade da Informação rodeiam o nosso quotidiano, afetam o comportamento das organizações e influenciam o pensamento estratégico das Nações”.

No seguimento da nossa consulta a obras que tratassem do subtema em questão, deparamos com o *Livro Verde para a Sociedade da Informação* (1997, p. 37), que faz referência ao conhecimento como bem de valor inestimável, na sociedade moderna.

“Na sociedade moderna, o conhecimento é um bem de valor inestimável, pelo que é necessário promover mecanismos que contribuam para a sua consolidação e difusão. Aceder à informação disponível, constituirá uma necessidade básica para os cidadãos e compete às diversas entidades garantir que esse acesso se efetue de forma eficaz e numa base equitativa (...)”

Na continuação da ideia citada e no respeitante ao efeito das novas tecnologias distendido, também ao mundo empresarial, ao mundo da empregabilidade, que se espera seja o futuro empreendedor dos nossos alunos, Coelho (1997, p.6), acrescenta:

“Um fator determinante para o êxito destas transformações é a sua ativa aceitação social. É essencial criar condições equitativas de acesso aos benefícios que esta gera e combater simultaneamente os fatores que conduzem a novas formas de exclusão do conhecimento, a info exclusão. É indispensável fomentar o esforço da exclusão social e da diversidade cultural, a igualização de condições em espaços regionais diversificados, incentivar a participação dos cidadãos na vida da comunidade (...). Haverá ainda que criar oportunidades de emprego e contribuir para as alterações na organização das empresas de modo a que se tornem mais eficientes e competitivas num mercado alargado.”

Se a *revolução educativa* está instalada e aumenta de dia para dia, em pleno século XXI, só há uma de duas opções: ou os agentes educacionais se preparam para a educação atual, ou desistem e se isolam na “ignorância”, sofrendo o desgaste das suas incapacidades.

O que ainda verificamos na escola com relativa frequência pela ansiedade demonstrada por alguns alunos na posse de um computador, é que a razão da mesma, se deve ao facto de não o possuírem em casa. Este facto, ainda é prática muito frequente, mesmo nos alunos do ensino secundário, principalmente em escolas localizadas em zonas de menor capacidade financeira, em que as carências ainda são superiores às que conseguiremos imaginar...Estas (carências), necessitam da atenção redobrada, da escola e de todos nós.

Sabemos que não é só o apoio financeiro que resolve as situações, muito mais que isso é necessário. A parte social, é fator intrínseco para o bom andamento da educação na escola e na vida abrangente, o que deve redobrar a atenção na identificada “escola de massas”, onde as carências de alguns (muitos), podem ser (são) fator de redução da capacidade educacional e da sua integração plena no seio do grupo: escola.

Relativamente à *verdade* referida no constante do parágrafo anterior, (Coelho 1997, p. 9), acrescenta,

“O acesso à informação e ao conhecimento deve estar assegurado sem discriminações de origem social. É igualmente necessário aceitar a responsabilidade social para com os cidadãos que, por razões de natureza diversa, requerem consideração especial para não ficarem excluídos dos benefícios que aquele pode oferecer. Isto pressupõe que computadores e redes eletrónicas estejam acessíveis em locais públicos, nas escolas, em bibliotecas e arquivos, nas instalações autárquicas, de forma a evitar a exclusão de todos os que não dispõem de condições de acesso no lar ou no local de trabalho.”

De acordo com António Nóvoa (1995), “(...) o que o mundo escolar mais precisa é de bom senso e sentido de responsabilidade”. Este (sentido de responsabilidade) deveria respeitar àquela que todos nós temos (ou devemos ter), enquanto se verificarem carências nos meios escolares e na sociedade.

2.4. Será exagerado o uso das novas tecnologias de informação e comunicação na escola e na sociedade?

Não devemos abstrair-nos de que a preocupação no estudo dos reflexos que as novas tecnologias de informação e comunicação estão a gerar na educação e em toda a sociedade, são muitas e, daí, a imensidão de opiniões em obras, artigos, ou sobre várias formas, são imensas, o que faz sentir que a vida atual mudou mesmo, com elevados reflexos, nem em tudo positivos, no meio escolar e social. No seguimento do acabado de referenciar, Ponte (2000, p. 64) afirma:

“Todas as épocas têm as suas técnicas próprias que se afirmam como produto e também como fator de mudança social. (...). Hoje em dia, as tecnologias de informação e comunicação representam uma força determinante do processo de mudança social, com as suas vantagens e inconvenientes, surgindo como trave – mestra de um novo tipo de sociedade, a sociedade de informação.”

No respeitante à aplicação das novas tecnologias nas escolas (como anteriormente referimos), encontram-se entre os professores atitudes muito diversas, enquanto uns tentam adiar o mais possível a aprendizagem das mesmas e assim, a sua utilização, outros utilizam-nas na sua vida diária, integrando-as na sua prática profissional, sem qualquer problema.

Sabemos que a verdade acabada de referir, interfere com a maior ou menor formação dos professores ou dos agentes educacionais em geral, em termos informáticos. Estas, em evolução vertiginosa, não influenciam apenas a educação, mas a vida nas várias vertentes, pelo que mudaram (e continuam), sem dúvida a educação e “revolucionaram” a sociedade, aos diversos níveis.

Os encarregados de educação, por exemplo não necessitavam de tanta informação, durante os intervalos da vida letiva dos seus educandos por parte dos

mesmos, porque a escola tem o telefone para tudo o que necessário. Consideramos que estas e outras atitudes consumistas seriam desnecessárias e são proporcionadores de muitas das carências atuais que se verificam em alunos e famílias.

As TIC invadiram a vida do quotidiano, quanto mais a escola. Basta sentirmos o modo como obtemos dinheiro nas caixas multibanco, pagamos despesas em qualquer parte do mundo através de cartões, compramos os nossos bilhetes de avião e tudo mais podemos fazer, pelos métodos informáticos.

De acordo com o *Livro verde para a Sociedade da Informação em Portugal* (1997, p.7),

“(...) a Literacia da Informação decorre da Sociedade da Informação e a Sociedade da Informação é um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação da informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na atividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais.”

A educação é vida e por isso deve proporcionar formação para a própria vida. Mas será que o uso das TIC é sempre sinónimo de formação? Neste sentido, Ponte (2000, p. 65) afirma que, “as TIC têm originado uma autêntica revolução em numerosas profissões e atividades, além da educação propriamente dita: na investigação científica, na conceção e gestão de projetos, no jornalismo, na prática médica, nas empresas, na administração pública e na própria produção artística.”

No seguimento da ideia atrás citada, Ponte (idem, pp.66-67), acrescenta,

“No entanto, as TIC têm tido efeitos muito diversos. Se alguns são extremamente atrativos, outros não deixam de ser francamente problemáticos. (...) implicam a necessidade de formação cada vez mais frequente, obrigando, por vezes, a mudanças radicais na própria atividade profissional. Se nos pudemos entusiasmar com as possibilidades que as TIC trazem para a atividade educativa, nem por isso devemos deixar de estar alerta para o que podem ser as suas consequências indesejáveis na atividade humana.”

Concordamos com esta opinião, porque somos conhecedores de tantos excelentes profissionais da educação, antes da obrigatoriedade da prática tão acentuada das tecnologias de informação e comunicação, que “desistiram”, em prol

de reformas antecipadas, por inadequação à “máquina”, também, tantas vezes controversa.

Como tudo na vida tem que ter um “meio termo”, também o uso do computador muitas vezes ultrapassa o que seria necessário, só porque é colocado em prática pelo sistema informático, já soluciona todos os problemas, de modo “perfeito” o que muitas vezes propicia efeitos controversos, talvez porque a ansiedade não conseguiu permitir a análise da verdade e, daí, as consequências posteriores.

A ideia referida está de acordo com a opinião de Papert (1997, citado por Ponte, 2000, p.66), que diz,

“A lista de exemplos sobre o modo como a sociedade utilizou inovações tecnológicas é aterradora. Primeiro fizemos centenas de milhões de automóveis e só depois é que nos preocupámos em remediar os prejuízos causados pela desfiguração das nossas cidades, a poluição atmosférica e a alteração do modo de vida dos nossos adolescentes (...)”

Pelo nosso estudo no âmbito do considerado e pelas citações efetuadas, assim como por muitas leituras e informações neste sentido, entendemos concluir que as tecnologias de informação e comunicação passaram a ser uma obrigação, antecipada ao estudo/ investigação das suas vantagens e inconvenientes, o que consideramos lastimável.

A rotura de modelos operacionais e sociais anteriormente instituídos, não terá sido vantajosa em todos os aspetos, mas a realidade é a de que a escola mudou de paradigma, assim como a sociedade, aos mais variados níveis e continuará em permanente alteração.

Síntese conclusiva

O nosso país, durante as últimas décadas, sofreu mudanças acentuadas no sistema educativo, em expansão e diversificação, umas com vantagens para o mesmo, outras a necessitarem de correções, porque nem sempre se coadunam com um sistema educacional desejado e eficaz.

O sistema educativo atual tem base “profunda” no do passado, em que o aperfeiçoamento e as alterações ainda necessitam de muita atenção, principalmente a nível social.

A “escola de massas” veio introduzir a necessidade de muito rigor e atenção a nível educacional, nos vários sentidos: económico, educacional e principalmente social, dos quais a escola não pode alhear-se. Esta deve atender a muitas situações separadamente, porque a diversidade de níveis sociais, exige da escola no seu todo e, dos professores em particular, a necessidade de reforçar um elevado rigor de atenção, aprendizagem, ação e utilização de estratégias específicas, a fim da possível inserção de todos, num projeto comum.

As novas tecnologias de informação e comunicação, que “mudaram o mundo”, refletiram-se nas escolas, na sua íntegra. Muito *bem vindas* para alguns, mas “um pesadelo” para os que nunca pensaram antes que tal “revolução” iriam viver e, daí, a difícil adaptação e até aceitação, proporcionadores de desânimo e da inevitável perda de profissionalismo, pelo desânimo pessoal. O referenciado, continua e continuará, até porque a constante inovação, não “dá tréguas”, ao mercado do presente e, sem dúvida, ao do futuro, daí o facto da escola necessitar de investir, de forma exigente, na formação e atualização dos intervenientes. A escola tem a obrigação da certificação de formação daqueles que nela confiam: alunos, EE, empregadores, sociedade, em termos da sua base de desempenho e preparação do presente e futuro, por mais ou menos gostos ou (in)capacidades de alguém.

De acordo com (Pinto, 2002, p.114) “as construções do futuro estão assentes nas grandes descobertas de um passado recente”.

A este «passado recente», acrescentaríamos: tão recente como cada momento que passa, em que novas alterações, inovações surgem. É a vida em constante mutação, sempre no sentido do avanço e da inovação a fim de melhorar cada presente, com reflexões intrínsecas na vida da educação e no futuro, que será o fruto cada momento do presente.

Consoante Morin (2000, citado por Sarmento, 2006, p.51), numa perceção que pensamos sempre atual:

“1) Ensinar o conhecimento do conhecimento (...); 2) Ensinar a religar os conhecimentos (...); 3) Ensinar a condição humana (...); 4) Ensinar a identidade terrena – o destino planetário do género humano é uma realidade ignorada pelo ensino; 5) Ensinar a enfrentar as incertezas: o ensino deveria incorporar as incertezas que surgiram nas ciências físicas, biológicas, históricas e orientar-se pelos princípios de estratégia que permitem lidar com o aleatório, o inesperado e o incerto a fim de

modificar o seu desenvolvimento; 6) Ensinar a compreensão (...) a educação para a compreensão está ausente dos nossos ensinamentos. É preciso estudar as raízes da incompreensão, as suas modalidades e os seus efeitos se quisermos viver em paz. 7) Ensinar a ética do género humano—o ensino deve conduzir a uma «antropo ética», através da consideração do carácter ternário da condição humana—indivíduo, sociedade, espécie.(...)”

Por fim, salientamos o comentário de Sarmiento (idem), no respeitante à obra de Morin citada, Assim,

“É necessário que pensadores como Edgar Morin sejam mais estudados nas escolas desde muito cedo. 99% da humanidade está a anos luz destes tópicos...A tecnologia vai à frente, muito à frente da mentalidade das massas. Os pensadores e filósofos vão muito à frente do mundo real da alienação, da ignorância, do condicionamento político, da mentira e da verdade, dos mitos da ciência, do terror da "hiper informação"...Vivemos na pré-história da humanização. (...)”.(Comments).

In <http://terrear.blogspot.com/2006/12/edgar-mori-os-sete-saberes-necessarios.html>

Atualmente, a escola no seu desempenho efetivo, não pode “dar tempo” aos profissionais de educação para os quais a mudança de paradigma represente um abismo e que prefiram argumentar pela negativa do que entrar em formação e preparação, seriamente. Assim, o profissionalismo tem que ser uma exigência pronta a integrar-se na vida dos agentes educacionais, sem quaisquer reticências, porque a escola não pode ignorar os sistemas de informação que visam o aumento e aperfeiçoamento da educação.

Os sistemas de informação colocaram uma cultura nova e a internet mudou as nossas vidas.

As bibliotecas necessitam adaptar-se a novos paradigmas de informação e ação direcionada à preparação para uma modernidade que ainda é uma incógnita, principalmente em relação ao futuro dos nossos tão estimados livros.

CAPÍTULO 3. ESCOLA E BIBLIOTECA ESCOLAR: LOCALIZAÇÃO, ÁREA ENVOLVENTE - RECURSOS EDUCATIVOS

“Quem é capaz de ler uma frase é capaz de ler todas.
Mais importante: este leitor tem agora a possibilidade
de refletir sobre a frase, de agir sobre ela, de lhe
dar significado”.

Alberto Manguel (www.alberto.manguel.com)

Introdução

A escola e a BE na sua íntegra, devem construir base essencial para o sucesso educativo, como recursos fundamentais para o desenvolvimento curricular e aprendizagens atualizadas e exigentes. Este espaço especial e específico, não deve permitir restrições ao desempenho educativo e formativo colocado em prática, em prol de uma educação integral e global, para a formação da leitura, da literacia e do conhecimento, que a vida atual exige, aos nossos alunos, para o presente e futuro.

A BE, deve conter recursos específicos de formação, exigentes, sejam impressos em suporte de papel, eletrónicos, audiovisuais e outros, adaptados aos interesses dos utilizadores e ser um lugar específico e acolhedor, com funções o mais acentuadas possível, em termos pedagógico–didáticos. Devem servir de intercâmbio cultural com toda a população escolar e cidadania, a nível de educação, investigação, informação, leitura, consulta, que deve ser requisitada para o momento, ou posterior, da vontade e possibilidade dos públicos em questão.

Consideramos como objetivos fundamentais da BE, a sua organização e capacidade de ação, de modo a conseguirem incentivar nos seus utilizadores, o prazer de ler. Para que tal seja possível, as BE devem criar condições a fim de conseguirem as estratégias necessárias, proporcionadas pelo professor bibliotecário, equipa e pessoal auxiliar competentes e preparados para o efeito de modo a que os objetivos integrem a interligação da direção da escola e BE.

A nossa opinião é a de que, principalmente nos meios menos “evoluídos” em termos de hábitos culturais, não é tarefa fácil conseguir colocar em prática a ideia

apresentada mas, porque assim é, a escola no seu global, tem que “saber chegar” à educação global que abarca o potencial leitor. Consciente e conhecedora Escola/BE de que os alunos que apenas estudam (decoram) as matérias das disciplinas, nunca conseguem obter cultura necessária para enfrentar um futuro próspero, têm que ser rigorosas nas suas estratégias. Se não o fizer, a agravante do desinteresse acentua-se, pelo facto de que, os leitores e conhecedores *do hoje*, são os pais *do amanhã* e, assim, a formação seguirá parâmetros indesejados.

A BE, deve colocar de parte, recursos desadequados dos interesses dos seus utilizadores, pois, não deve pensar em obras de autores de alta referência, assim como em práticas de incentivo a leituras que não se enquadrem com as preferências dos seus destinatários, específicos. Assim, os recursos bibliotecários devem enquadrar-se com os interesses e objetivos que a BE pretende atingir, sendo um dos principais hábitos da leitura, proporcionadora de formação integral do aluno, para e ao longo da vida.

A importância da envolvimento das famílias, no apoio e acompanhamento dos seus filhos aos projetos colocados em prática na escola, e pela BE que, por experiência, sabemos proporcionarem desenvoltura pessoal e profissional aos utilizadores/ alunos e, assim, vincar-lhes o gosto pela leitura diversificada e pela abertura ao conhecimento e preparação para o mundo do saber, também nos merecem atenção. A escola, na sua íntegra e a biblioteca escolar em particular, devem consciencializar-se da sua responsabilidade na formação integral do aluno e agir nesse sentido. A BE constitui um complemento específico da educação formal, pela diversidade de informação que deve disponibilizar e pela utilização de estratégias que deve colocar em prática, a fim de conseguir em cada aluno, um potencial leitor e frequente utilizador da mesma.

Não temos dúvida de que as acentuadas e constantes transformações verificadas na escola, implicam mudanças profundas exigidas à BE e ao seu papel como impulsionadora do sucesso cultural, mas é nesse âmbito de atualidade permanente, exigente e rigorosa, que a mesma deve agir. Os novos desafios devem ser pensados e trabalhados com positividade e satisfação, pelos objetivos conseguidos.

3.1. A biblioteca escolar – breve resenha do passado ao presente

“Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”
António Machado (2002)

Se nos reportarmos às bibliotecas do século passado, podemos considerar que as atuais, apesar de ainda necessitarem de muito, aos mais variados níveis, a fim de levarem a cabo as atividades necessárias a este tipo de instituições, até podemos considerar que o avanço das mesmas, se verifica já muito acentuado. Assim, conforme, Nunes (1998, p.30),

“O sistema das bibliotecas portuguesas, objeto de abundante mas desencontrada legislação, caracterizou-se até ao início da década de oitenta por uma ausência total de planeamento, pela inexistência de uma estrutura de coordenação global e por uma extrema inadequação dos recursos financeiros e humanos aos objetivos delineados”

No passado, as bibliotecas eram pensadas para quem gostava ou precisava de ler. Sendo assim, funcionavam em espaços fechados, solenes, silenciosos, onde as pessoas que gostavam e sentiam necessidade de ler e de se acolherem no silêncio, se isolavam e concentravam, a fim de fortalecerem os seus conhecimentos e cultura, independentemente dos deficitários equipamentos aí existentes, assim como outras condições básicas. Mesmo deficitárias, os utilizadores sentiam nestas, a paz e fortaleza de que (certamente) necessitavam.

Na opinião de Freitas (1998, p.11), “a elaboração de uma história recente das bibliotecas em Portugal forneceria, seguramente, elementos para a explicação do estado destes equipamentos (em termos quantitativos e qualitativos), tal como o mesmo se encontra em 1985 e também da sua posterior evolução. (...)”.

O mesmo autor (idem, p.21), acrescenta que:

“(...) os valores numéricos do indicador «número de estudantes por biblioteca escolar», (...) tendem a desenhar, a partir de 1990, uma tendência no sentido de um abaixamento: cerca de 1 100 em 1990 e já na ordem dos 900 em 1993. (...) Neste nível de ensino ter-se-á assistido, pois, nos anos finais do período em estudo (1985-1994), a uma aparente «melhoria» da situação: em média, cada biblioteca recenseada está ao serviço de um número crescente menor de estudantes. A melhoria a que se alude é tão só aparente. (...) é impossível creditá-la no registo de uma prioridade inquestionável sem efetuar a combinação desde logo, com a documentação disponível nas bibliotecas e com a acessibilidade a essa documentação consentida aos potenciais utentes.”

De acordo com o estudo (Freitas, 1998. Anexo 1), apresenta «*Quadro sinóptico da situação atual*» (1995), ao qual atribuímos a devida atenção, como base de estudo a nível das bibliotecas, em geral e das bibliotecas escolares, em particular. *Para as últimas, o estudo respeita a 1994.* Assim, indicadores de cobertura⁴:

“(...) número médio de estudantes por biblioteca do aparelho escolar, 969. Número médio de estudantes por biblioteca «escolar», 913. Indicadores de apetrechamento: O acervo documental existente em bibliotecas escolares por referência à norma UNESCO (10 livros por estudante) (em %), 78. Acervo documental existente nas bibliotecas públicas por referência à norma IFLA (2 livros por habitante) (em %), 17. (...)”. (Anexo 1).

Pela análise atenta aos dados apresentados na obra acabada de citar (e a outros referenciados), constatamos que, já naquela data, as bibliotecas escolares representavam um peso considerado na vida cultural dos utilizadores, assim como o «acervo documental existente», era bastante significativo. Daí podermos tirar a conclusão de que os alunos, já no século XX tinham na biblioteca escolar apoio significativo.

A partir da data em que se passou a encarar a biblioteca como um centro de recursos, vivo e dinâmico, estímulo cultural indispensável na escola e na comunidade, tudo teve que ser repensado.

Atualmente sente-se a BE, como parte integrante do processo educativo, disponibilizando serviços de aprendizagem, livros e recursos, que permitam a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se: pensadores, críticos e utilizadores efetivos da informação/ formação, em todos os suportes e meios de comunicação. Nesse sentido, os serviços básicos da BE, são essenciais para o desenvolvimento de leitura e literacia, das competências da informação, do ensino, da aprendizagem e da cultura, na sua íntegra.

Sá (1983, p.100), diz que: “As Bibliotecas não são casas onde se guardam os livros. As Bibliotecas são os verdadeiros laboratórios da Cultura e da Especialização. A Biblioteca não é feita pelos livros, mas pelos leitores que os consultam, meditam e divulgam.”

⁴ Para, *parque de bibliotecas escolares do país*

Na verdade, o livro foi e, esperamos que continue, a base de uma biblioteca mas, a vida atual exige da mesma, a ramificação de ações e práticas diversificadas, em prol de cultura abrangente, direcionada ao saber – fazer e ao saber - ser da vida moderna, fator do qual a BE não pode alhear-se.

O espaço BE, necessita, acentuadamente, de se transformar num núcleo nevrálgico da organização pedagógica da escola, um espaço de liberdade na aprendizagem, para o qual é necessário conhecer e definir as normas e assegurar, devidamente, o seu cumprimento, assim como ajustar a gestão dos recursos e garantir a sua eficaz, utilização.

Nunes (1996, p.226), diz que, “as principais bibliotecas portuguesas, dentro das suas possibilidades técnicas e de pessoal e debatendo-se com fortes condicionalismos financeiros, têm procurado divulgar e valorizar o património de que são detentoras, através das atividades habituais neste tipo de instituições.”

O referido e citado é no nosso entender, a vida atual das bibliotecas, que estão a desdobrar-se, muitas vezes em sacrifícios desgastantes, para cumprirem os objetivos pretendidos, em prol do desenvolvimento cultural e eficácia do seu desempenho e, assim, valorizarem também, pela conservação, preservação e divulgação, o património de que são detentoras.

No seguimento do constante da ideia anterior, constatamos que, segundo Cabral (citado por Nunes, 1996, p.219),

“Para além da amplitude ou da ambiguidade que o conceito património escrito encerra, falar das «políticas de valorização do património escrito e das relações com os média» em Portugal não é tarefa fácil, quando sabemos que a situação existente nas bibliotecas e arquivos portugueses, em matéria de preservação e conservação é caótica e que esta constatação é limitativa, à partida, de qualquer política coerente de valorização.”

A biblioteca escolar (BE) como estrutura promotora de novos contextos e saberes, intrinsecamente integrada na base do desenvolvimento de leitura e literacia, numa aprendizagem constante e inovadora, necessita criar estratégias adaptadas à criação de novos leitores, utilizadores ativos e construtivos.

O recurso documental básico da BE, como pilar de desenvolvimento do processo educativo, tem que permitir incentivar e desenvolver competências e valores, indispensáveis ao progresso da informação, comunicação e formação,

inovadoras e capazes de melhorar a integração dos jovens, na sociedade contemporânea.

3.2. A escola atual e a mudança de paradigma

A escola tem atingido, nos últimos anos, profundas mudanças, que se refletem na sociedade em geral e na instituição/ escola, em particular, muitas vezes na base da incerteza em relação a um futuro, que diariamente se *avizinha*. Neste sentido, o *PE do Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades*, (2010/2013,p.6)⁵,

“Num mundo de mudanças, onde se vive o risco e a incerteza, é necessário desenvolver novas racionalidades, outros valores e arriscar novos códigos de conduta individuais e organizacionais. Numa velocidade vertiginosa, assistimos a profundas mudanças ideológicas, culturais, sociais e profissionais, na sociedade em geral e na Escola em particular. Num mundo de mudanças, onde se vive o risco e a incerteza, é necessário desenvolver novas racionalidades, outros valores e arriscar novos códigos de conduta individuais e organizacionais. Neste contexto, é importante que se olhe a escola com um outro ‘olhar’ ganhando dimensão a sua qualidade educativa, de organização específica de educação formal cuja realidade é socialmente construída por uma multiplicidade de atores com formação, percursos e perspetivas educativas diferentes, mas que devem convergir para um propósito comum – melhorar a qualidade do ensino e da educação, de modo a responder às necessidades de cada indivíduo e do meio. Será, pois, como um *locus* de encontros e relações que a escola se vai construindo e ganhando a personalidade própria que a caracteriza e formaliza os comportamentos dos seus membros. (...)”

As transformações estruturais da sociedade refletem-se na escola e vice-versa e todas têm, em grande parte, a base nas profundas mudanças tecnológicas, sendo a globalização e o avançar desmedido das TIC, fatores principais. Estas, transformaram a formação pela informação, muitas vezes a uma velocidade tal, que exige da escola o redobrar de atenção, no enquadramento da mesma, ao nível da educação/ cultura/conhecimento. Neste sentido, Castells (2001,p. 34), afirma que “podemos definir cultura como sendo um conjunto de valores e crenças que formam o comportamento (...)”

A escola educa através da sua própria organização, regras e cultura, que normalmente é específica do meio em que se insere, alterando o contexto das aprendizagens, consoante as exigências de atualização. Assim, as alterações

⁵ Em fase final de aprovação pelo Conselho Geral.

educativas, modelam os contextos institucionais e a personalidade dos alunos, porque o sistema social escolar influencia a definição de papéis, normas, expectativas, valores e crenças que os alunos interiorizam, assim como o sistema educativo.

Na escola, importa incrementar uma cultura verdadeira e atualizada, estruturante do seu funcionamento e capaz de aglutinar todos os seus atores em torno de um projeto comum, de aumentar a sua eficácia e de conduzir os alunos a um bom rendimento escolar e a uma boa formação no domínio axiológico.

A escola deve educar por antecipação, ou seja, investigar de modo a *prever o futuro*, consoante Toffler (1990), em que as suas “previsões” para o futuro estão à vista. Os alunos, as famílias e a cidadania, necessitam de uma escola de antecipação, no sentido de: educar, formar pessoas responsáveis, cidadãos conscientes e participativos, ágeis e exigentes, com efetiva implementação do princípio de igualdade de oportunidades para o sucesso presente e futuro. Este, necessita das bases necessárias à plena integração num mundo cada vez mais globalizado, integral e dinâmico, em termos de que, *o amanhã é diferente do hoje*.

A escola deve lutar por *amortecer choques* prejudiciais, antecipando-se na vez de se adaptar, no sentido de se poder dotar, atempadamente, das capacidades necessárias ao bom funcionamento, atualizado.

Cabe à escola, numa dinâmica de inclusão e de participação, ser rígida e exigente, na diversidade, nas relações interpessoais, na verdadeira escola inclusiva, aberta à mudança de paradigmas educacionais, renovação criativa, implementação de práticas pedagógicas, com implicações profundas no plano da organização e gestão curricular. Estas mudanças, são ainda reclamadas pelas novas atribuições cometidas à escola, nomeadamente no que se refere à inserção na sociedade num *continuum* de educação ao longo da vida.

A realidade da escola atual, é fator preocupante para quem vive a educação (que é a base de todos) e, já Gardner (1994, p.22), diz: “a educação não é um corpo fragmentado ou separado de todos, mas sim, uma rede interconectada, interligada e dinâmica (...)”

A organização da escola atual, tem de ser autónoma e capaz de se auto avaliar, porque a auto avaliação proporciona o conhecimento necessário para

orientar a mudança, no sentido da melhoria de qualidade e sucesso escolar, ao permitir identificar os setores bem sucedidos e os que revelam problemas, o que se consegue com esforços contínuos e projetos adaptados aos vários contextos, capazes de responder às necessidades dos destinatários, pela mobilização da instituição e gestão de currículos, conforme as realidades o exigem.

3.3. A nossa escola – localização, constituição e meio envolvente

Figura 2 – Escola EB2,3/S de Oliveira de Frades (*em fase de remodelação*)



Fonte – Fotografia – *portão de entrada*

Figura 3 - Pavilhão que integra a BE



Fonte - Escola EB2,3/S de Oliveira de Frades

3.3.1. – Formação/ Constituição do Agrupamento

Consoante PE (2010/2013, p.8), “o Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades, foi criado por despacho do Exmo. Senhor Secretário de Estado da Educação em 29 de Março de 2010. É constituído pela totalidade dos Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Concelho, pela Escola Básica nº 2 de Oliveira de Frades e pela escola sede: Escola Básica e Secundária de Oliveira de Frades.”

Na relação com a comunidade (idem, p. 42), pretende,

“(…) reforçar a cooperação com as entidades externas ligadas à comunidade educativa, principalmente pela criação de mecanismos de aproximação e responsabilização dos pais e encarregados de educação e pelo desenvolvimento de uma cultura participativa da comunidade com o Agrupamento de Escolas, promovendo de forma ativa a realização de parcerias e outras formas de colaboração com entidades externas, (...). Estabelecer um maior número de parcerias e cooperações com a comunidade local, principalmente com o meio empresarial e aprofundar a cultura de participação e parceria com a Autarquia”.

3.3.2. – Meio envolvente

Enquadramento Territorial e Contextualização da Realidade Sócio - Educativa (*Adaptado da Carta Educativa*), O Concelho de Oliveira de Frades localiza -se na Região Centro, inserindo-se na sub-região de Dão - Lafões. Pertence ao distrito de Viseu. Tem 145,4 Km² de área *segundo dados do I.N.E.* e integra 12 (doze) Freguesias, duas das quais, Arca e Varzielas, se encontram separadas do núcleo mais extenso e estão inseridas entre os concelhos de Vouzela, a norte, e de Tondela, a sul. O Concelho confina, a nordeste, com o de Vale de Cambra, a sul com os de Vouzela, Águeda e Tondela, a leste, com os de S. Pedro do Sul e Tondela e a oeste com o de Sever do Vouga. A sede do Concelho dista aproximadamente 300 Km de Lisboa, 100 km do Porto e de Coimbra, 56 Km de Aveiro e 35 km de Viseu. O Concelho é atravessado pela A25. Esta via estruturante proporciona uma boa acessibilidade ao porto marítimo de Aveiro, à fronteira de Vilar Formoso, a Viseu e, ainda, às cidades do Porto e Coimbra, através da ligação à A1. A sua existência tornou mais fácil a circulação de pessoas e bens e perspetivou possibilidades de desenvolvimento. É esta acessibilidade que permite que a maioria dos docentes, que residem fora do

concelho – principalmente no concelho de Viseu e Aveiro -, se deslocam diariamente, não havendo a necessidade de fixarem a sua residência no concelho de Oliveira de Frades. Outra via particularmente importante é a EN16 que serve muitos dos aglomerados populacionais mais dinâmicos e funciona como «corredor» de ligação entre as outras vias que permitem o acesso às restantes povoações do Concelho. Estabelece ainda a ligação às sedes dos concelhos limítrofes de Sever do Vouga, S. Pedro do Sul e Vouzela”.

3.3.3. – Freguesias do Concelho de Oliveira de Frades

Quadro 1 – Localidades e área de cada Freguesia do Concelho de O.F.

Nome	Área (ha)
Arca	911
Arcozelo das Maias	2 107
Destriz	1 286
Oliveira de Frades	1 177
Pinheiro	2 225
Reigoso	1 272
Ribeiradio	1 517
S. João da Serra	1 221
S. Vicente de Lafões	778
Sejães	551
Souto de Lafões	576
Varzielas	1 124

Fonte – Município de Oliveira de Frades – Censos (2001)⁶

3.3.4. Acessibilidades e potencialidades do Concelho

A fácil acessibilidade potencia as possibilidades de desenvolvimento das capacidades endógenas do concelho de Oliveira de Frades que, pela sua localização geográfica, estabelece a união entre o litoral e o interior beiraltino, situação que contribui para impulsionar positivamente a sua evolução.

A instalação de numerosas fábricas e consequente expansão do setor secundário, verificada nas últimas décadas, e ainda o incremento da atividade turística, vêm confirmar as expetativas acima enunciadas.

⁶ Em virtude dos censos de 2011, ainda fornecerem apenas, dados provisórios.

O município sofreu uma verdadeira revolução industrial nos últimos 20 anos. Uma população que era tendencialmente agrícola (69 % em 1981) passou a trabalhar na indústria”.

Segundo Censos (2001) “todos os dias entram no Concelho 1291 trabalhadores vindos de municípios vizinhos. Do concelho também saem 879. Logo, há um saldo positivo de 412 pessoas”.

3.3.5. Trabalhadores por setores de atividade no Concelho

Quadro 2 – Trabalhadores por setor de atividade (2001)

Setores de atividade	Nº de Trabalhadores:
	<u>1981</u> <u>2001</u>
Primário	3 599.....111
Secundário	814.....1 675
Terciário	792.....481
Total trab. p/ conta de outrem	3 599.....2 267

Fonte – Dados da Autarquia (Censos 2001)

Consoante dados do Município, o Concelho de Oliveira de Frades, contrariamente ao Interior do País, nos últimos anos não teve uma diminuição significativa da sua população. Basta comparar os dados da população residente no ano de 1981 e 2007 (Quadro n.º 3).

Quadro 3 - Evolução da população residente em Oliveira de Frades

Concelho	1981	1991	2001	2002	2006	2007
Oliveira Frades	10 391	10 584	10 584	10 547	10 634	10 630

Fonte – Dados da Autarquia (Censos 2001)

Dos concelhos da região de Lafões, Oliveira de Frades é o único que apresenta um crescimento populacional, ainda que incipiente. Este estudo vem

confirmar o acentuado número de matrículas na escola, assim como a diversidade de cursos aí existentes, todos terem procura, acentuada.

3. 4. A Biblioteca Escolar e a Leitura diversificada – concurso do PNL⁷ - outras atividade



“BIBLIOTECA, APELO...!
Procuram-se estratégias válidas de incentivo à criação do vício de leitura”». Tema do nosso trabalho: Acção Formação: «O papel e função da BE»
C. Formação. Prof. Fernando Barbosa – Póvoa de Varzim (2007)

3.4.1. Concurso: “Quem quer ser milionário – Especial ler+”

Figura 4 - Concurso: “[...] Especial ler+”



Fonte – www.planonacionaldeleitura.gov.pt

Nos dias trinta e trinta e um de Maio (2011), foram transmitidas na RTP as finais do Concurso Nacional de Leitura do 3º Ciclo e do Ensino Secundário, respetivamente, no formato «**Quem quer ser milionário – Especial ler+**».

“Verificou-se motivação e participação por parte das escolas nesta 5ª Edição do Concurso Nacional de Leitura. Receberam os certificados da 1ª fase do concurso (aluno, escola ou professor) para serem entregues, oportunamente, pelo

⁷ selecionados e colocados em ação, na nossa escola, entre muitos outros...

professor responsável do CNL, em cada escola. Esperamos que, cada vez mais jovens e escolas aceitem este grande desafio em prol da leitura.”⁸

3.4.2. Concurso: «Inês de Castro»

Figura 5 - Concurso: “Inês de Castro”



Fonte – www.planonacionaldeleitura.gov.pt

“O **Concurso Inês de Castro** (2012), iniciativa conjunta do PNL e da Fundação Inês de Castro com o patrocínio da YDreams, dá continuidade ao desafio lançado no ano anterior às escolas, aos alunos e aos professores para, em torno do romance de D. Pedro e D. Inês de Castro, construírem uma *Caça ao Tesouro – Percursos de Pedro e Inês*” (Idem, PNL, 2011/ 2012).

Consideramos esta iniciativa de nível pedagógico articulado, interdisciplinar e transversal, pois obriga os alunos a definir *um percurso* “pelos contextos e lugares históricos, geográficos, literários, afetivos, que, embora alusivos ao tema, podem considerar episódios de vida, acontecimentos relevantes, locais e edifícios, entre outros, da iniciativa dos alunos.”⁹ O facto da pesquisa poder envolver saberes e competências que se traduzam em aprendizagens dos alunos, podendo consultar livros, músicas, pinturas, esculturas, filmes, sítios *online* ou obras que abordem o Romance em questão, é passível de proporcionar nos utilizadores,

⁸ programa do PNL, 2011/ 2012.

⁹ Consoante regras do concurso, a que a nossa escola colocou em prática, e efetuou o “seu trabalho de campo”.

leituras e interpretações contempladoras de cultura abrangente e diversificada, para o sucesso e o atingir de objetivos.

3.4.3. Concurso: «Onde Te Leva a Imaginação»

Figura 6 - Concurso: «Onde Te Leva a Imaginação?»



Fonte – www.planonacionaldeleitura.gov.pt

“Consideramos o facto deste concurso estar já em 5.^a Edição, se dever ao sucesso do mesmo, pela motivação e desenvoltura cultural, que consegue incutir nos seus utilizadores [...] como pelo incentivo à autonomia dos seus destinatários.” (programa do PNL, (2011/ 2012). Certificamos esta afirmação, pelo conhecimento prático de que os alunos, quando responsabilizados, conseguem envolver-se de modo extraordinário e, ultrapassando até, os objetivos previstos.

3.4.4. Outros concursos lançados pelo PNL (2011/ 2012)

A equipa da BE, coordenada pelo professor João Aparício, trabalhou, com o máximo rigor, estes concursos e muito mais, em prol de formação integral dos alunos pela leitura e literacia diversificadas, em parceria com os professores de português e outros. Enquadram-se recursos e práticas direcionadas à mudança de paradigmas educacionais, no espaço BE, na sala de aula e em espaços livres, diversificados, de modo a possibilitar a máxima integração possível de toda a comunidade escolar, abrangente à participação das famílias e cidadania.

A BE deu vida aos projetos enunciados, assim como a outros¹⁰ Ainda consideramos:

¹⁰ que apenas “simbolizamos” a fim de não alongar demasiado o espaço, nesta “matéria.

Figura 7 – “Faça Lá Um Poema”



Fonte – www.planonacionaldeleitura.gov.pt - (2011/ 2012)

Consoante “fonte” em questão, os objetivos traçados, têm por base “Incentivar o gosto pela leitura e pela escrita de poesia, iniciativa conjunta do Plano Nacional de Leitura e do Centro Cultural de Belém (...)”¹¹

Figura 8 – “Um Postal Vale Mil Ideias”



Fonte – www.planonacionaldeleitura.gov.pt

Este projeto, também “ destinado aos alunos dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário, desafia-os à criação de um postal ilustrado e à elaboração de um pequeno texto em que demonstrem capacidade de síntese, cruzando esta competência com as que se desenvolvem no âmbito das artes plásticas.” (Concurso, PNL, 2011/ 2012).¹²

¹¹ “convidam todas as escolas do país, públicas ou privadas, do 1º Ciclo ao Ensino Secundário, a participar no Concurso de Poesia Faça lá um Poema. Para participar até ao dia 24 de fevereiro (...)”

¹² “De acordo com os resultados do último Barómetro de Opinião Pública PNL, com um inquérito desenvolvido em março (2011), junto de uma amostra de 1257 indivíduos, mostram que é no grupo dos 15 aos 24 anos que se registou um maior aumento entre aqueles que consideram a leitura «muito importante» para a sua vida pessoal.”

3.5. A BE e a leitura em prol da formação integral

Figura 9 – Consulte o nosso blogue, «sinta...» a nossa informação



em: <http://aprendernabiblioteca.blogspot.com/>

3.5.1. Pesquisar neste blog

Figura 10 – Catálogo *online*



Fonte – BE (blog)

Coleção

- [Artes](#) (1)
- [Banda desenhada](#) (1)
 - [Desporto](#) (1)
 - [Dicionários](#) (1)
- [Educação e ensino](#) (3)
 - [Educação sexual](#) (5)
 - [Enciclopédias](#) (2)
- [Gestão e marketing](#) (8)
- [Higine e segurança no trabalho](#) (1)
 - [História de Portugal](#) (9)
 - [Infanto-juvenil](#) (25)
 - [Informática](#) (4)
 - [Jogos didácticos](#) (5)
- [Literatura portuguesa](#) (16)
 - [Literatura universal](#) (4)
 - [Matemática](#) (1)
- [Medicina e corpo humano](#) (1)
- [Publicações periódicas](#) (4)
 - [Religião](#) (1)
 - [Sociologia](#) (2)
 - [Vídeos](#) (5)

Dossiers

- [Bullying](#) (3)
- [Centenário da República](#) (16)
- [Eventos e actividades](#) (23)
- [Grandes Autores](#) (4)
- [Leituras com sotaque](#) (2)
- [PNL](#) (20)
- [Recortes de imprensa](#) (3)

Autores

- [António Gedeão](#) (1)
 - [C. R. Zafón](#) (2)
- [Fernando Pessoa](#) (6)
 - [Gil Vicente](#) (1)
 - [Herta Müller](#) (1)
 - [Isabel Allende](#) (2)
 - [Jorge de Sena](#) (2)
 - [José Saramago](#) (1)
- [João Lobo Antunes](#) (1)
 - [M. Torga](#) (1)
- [Oliveira Martins](#) (1)
 - [Raul Brandão](#) (2)



Fonte: BE (blog)

A BE deve ser adaptada aos interesses e necessidades de formação dos seus utilizadores, principalmente dos alunos.

Assim como a escola forma para a vida prática, daí aulas dedicadas ao saber fazer, direccionadas a cursos específicos (o que se verifica em tantos cursos profissionais), deve também a BE preocupar-se na formação para leitura diversificada, como por exemplo, ensinar a ler: a música, a pintura, o teatro, a dança, as artes gráficas, a escultura, um filme, os programas culturais e os públicos a quem se destinam, as novas profissões, os prós e os contra das tecnologias de informação e comunicação, a vida, o planeta, a essência do homem sobre a terra, etc., sem fim...! Assim, pensamos que as bases/ suportes da leitura, não devem ter limites.

De acordo com Lopes (2007, p.12), “ o conceito de cultura é, desde os seus primórdios, um poderoso excitante intelectual. Antes de mais, porque a cultura, como noção, permite densificar e fundar uma identidade: pessoal, social, nacional,

A BE deve ser ativa no modo como diversifica os processos de leitura a serem adaptados aos interesses vocacionais, ou outros, dos seus utilizadores. Não há professor bibliotecário (PB) que consiga “obrigar” um aluno a ler um livro, quando o interesse desse se direciona à criação de um projeto: uma obra de arte, um rancho folclórico na sua terra, um clube de pintura, uma associação cultural (seja de que especificidade for), etc. Ainda de acordo com Lopes (Idem, p.104), afirma.

3.5.2. A BE do (AEOF) e a Leitura – outras atividades

Estarão patentes, a partir do dia 16 de Novembro/ 2011 – «**Dia Nacional do Mar**», nas Bibliotecas do nosso Agrupamento (escola sede e EBI) exposições e atividades relacionadas com o Mar, organizadas pelo Projeto Eco -Escolas, Projeto de Educação para a Saúde, Equipa da Biblioteca e Grupo de Educação Visual e Tecnológica.

Figura 12 – Dia Nacional do Mar – Cartaz 2



71

Bibliografia relacionada com a temática: «Dia Nacional do Mar»¹³

Figura 13 – Pintura cedida p/exp. M^a Correia



Figura 14 - Os Descob.e Naveg.Portug.



Fonte – BE (blog)

Dia Nacional do Mar (continuação):

Figura 15 – «Oceanos...1 »

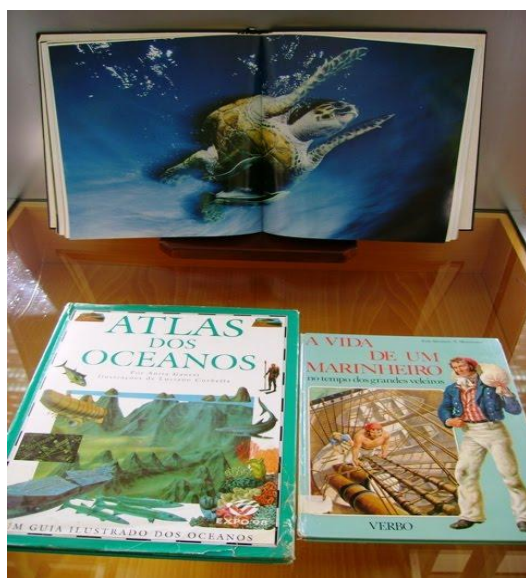
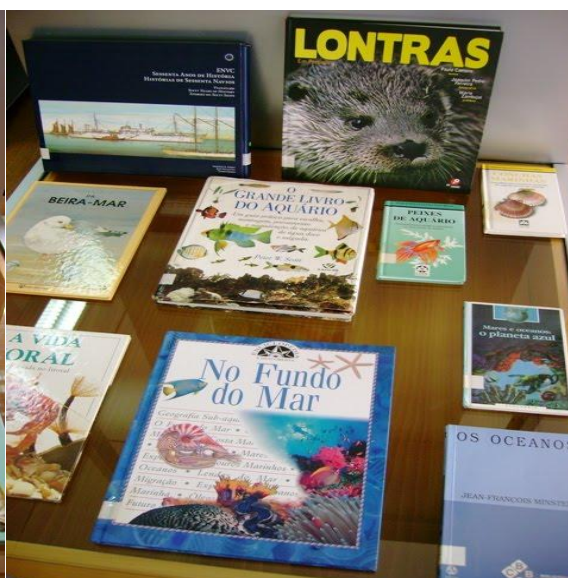


Figura 16 – «Oceanos...2»



Fonte – BE (blog)

¹³ Arte e Bibliografia

3.5.2.2. Outono, Poesia e Poema

Figura 17 – Outono e Poesia 1

Figura 18 – Outono e Poesia 2



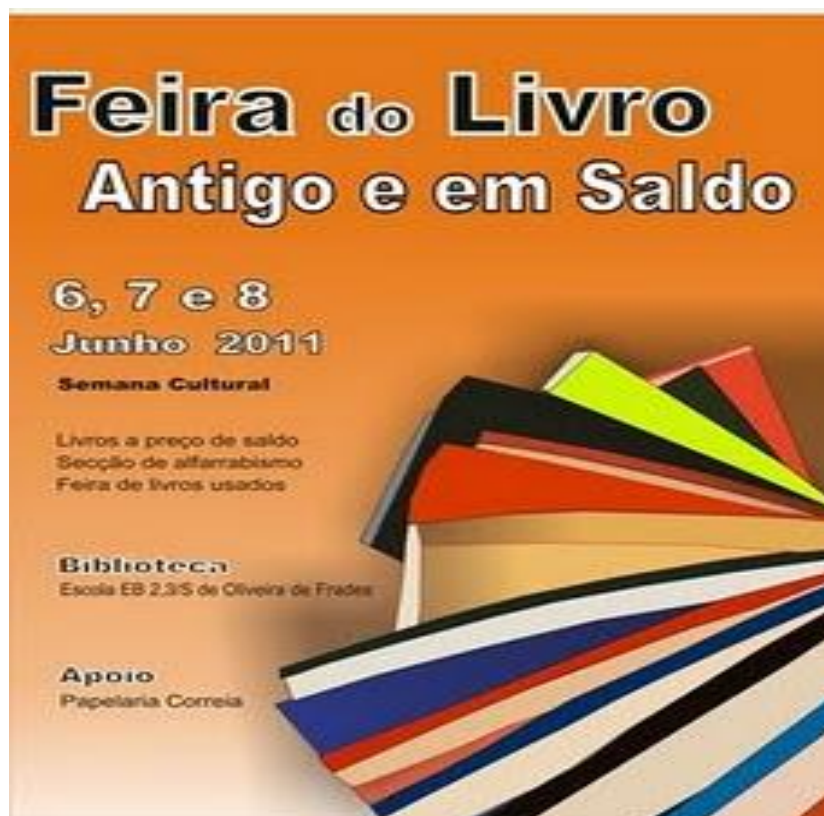
Fonte – BE (blog)

Como celebração do Outono, das suas cores e dos seus frutos, a nossa Biblioteca relembra alguns poemas em que está presente, esta temática (Outono e Poesia). Um dos autores considerados, Ruy Belo:

*É triste ir pela vida como quem
regressa e entrar humildemente por engano pela morte dentro
É triste no OUTONO concluir
que era o verão a única estação
Passou o solitário vento e não o conhecemos
e não soubemos ir até ao fundo da verdura
como rios que sabem onde encontrar o mar
e com que pontes com que ruas com que gentes com que montes conviver
através de palavras de uma água para sempre dita
Mas o mais triste é recordar os gestos de amanhã
Triste é comprar castanhas depois da tourada
entre o fumo e o domingo na tarde de novembro
e ter como futuro o asfalto e muita gente
e atrás a vida sem nenhuma infância
revendo tudo isto algum tempo depois
A tarde morre pelos dias fora
É muito triste andar por entre Deus ausente.
Ruy Belo*

3.5.2.3. Feira do Livro Antigo e Usado

Figura 19 – Cartaz - Feira do Livro Antigo e Usado



Fonte – BE (2011)

Decorreu entre os dias 6 e 8 de Junho, na Biblioteca da Escola Sede do AEOF, a Feira do Livro Antigo e Usado.

Para além dos livros com preços mais acessíveis, por terem ultrapassado a fase de lançamento no mercado, foi promovida a venda de livros usados.

Também esteve disponível ao público, uma secção de livros raros e antigos provenientes de alfarrabistas, identificada através de cartaz específico.

Figura 20 – Artigo sobre a Semana Cultural na BE (2011)



Fonte – Jornal: Notícias de Vouzela, 09/ 06/ 2011

Com o objetivo de redução de espaço¹⁴, não podemos deixar de referenciar, a visita de Isabel Mateus, no dia 29 de Abril/ 2011, entre as 10h e 30m e as 12h e 30m, em duas diferentes sessões, na BE, recebemos a autora para a divulgação da sua obra *O trigo dos pardais*, que retrata o ambiente rural da sua infância. Esta prática, teve o espaço pleno dos utilizadores preferidos da nossa BE, os alunos, com o devido apoio e acompanhamento dos professores, que receberam assim, mais uma forte “lição” de como a leitura pode proporcionar o sucesso do seu presente e futuro.

Conscientes de que estamos perante um trabalho de investigação e não de “exposição” de atividades desenvolvidas na (nossa) BE, aproveitamos, só, para salientar o interesse que cada evento representa para o mesmo, principalmente pelo fornecimento de bases de análise, a fim de reformulação de estratégias de

¹⁴ Damos assim, por terminada a mínima mostra de «outras atividades escolares», colocadas em prática no ano considerado, além de tantas..., com vista ao desenvolvimento integral dos nossos alunos.

projeção e de reformulação para projetos futuros. Vai de encontro a esta nossa opinião, «o sistema de anotações» de (Bell, 1997, p.46), quando diz: “Além do registo dos pormenores bibliográficos, será necessário conceber um sistema de anotação e concretização da informação realmente obtida nas fontes (...)”.

Ainda, de acordo com Crevoisier (citado por Lopes, 2007, p. 85),

«Não se deve restringir a cultura ao património artístico, dando - o como “alimento” à sociedade de consumo, mas sim reconhecer-lhe uma aceção bastante mais larga que, sem excluir o património artístico, encare a cultura como um processo (...) que não é apenas fruto do trabalho dos artistas, mas de todos os grupos culturais.

Certificamos assim, a nossa opinião, no respeitante à necessidade que a BE tem em atualizar o incentivo à leitura, literacia, conhecimento, através de atividades práticas, que vão de encontro às necessidades dos seus utilizadores porque a arte lê-se e, proporciona aos alunos o evoluir pelo saber-fazer e, implicitamente, o gosto pelas práticas geradoras de literacias em termos diversificados e abrangentes.

A readaptação da BE deve ser colocada em prática, em termos de formação global, à medida que evoluem as necessidades dos principais utilizadores (alunos), pela *investigação* acentuada dos seus interesses literários, como fatores abrangentes a considerar, no enfrentar do presente e futuro dos mesmos.

Da parte da BE deve haver: toda a abertura e disponibilidade para colaborar com os professores, com a direção da escola, com os alunos, de modo a proporcionar um espaço pleno de tarefas incentivadoras e chamativas do interesse daqueles que pretendemos motivar, será o nosso “lema”.

No seguimento do acabado de referir, devemos acrescentar o facto de que, as estratégias devem ser previamente estudadas/ premeditadas e trabalhadas o necessário, para que o sucesso de cada uma, se saliente no sucesso comum.

Acrescentamos mais uma opinião, que pensamos muito importante (se não primordial) para o aumento de interesse dos alunos pela BE e pelo prazer de ler, como seja, o envolvimento e responsabilização dos mesmos nas atividades aí colocadas em prática e em todas que se sintam viáveis.

A experiência ensinou-nos que, principalmente nestes meios mais distanciados dos grandes centros urbanos, muitos dos alunos são carentes, devido

ao facto da vida demasiado ocupada dos pais. Daí, desmotivados, porque se sentem desvalorizados. Ao responsabilizá-los, reagem muito positivamente, porque sentem que lhes estão a dar atenção e a necessitar das suas intervenções, logo a valorizá-los. Deste modo, conseguem-se, normalmente, atingir, os objetivos delineados.

De acordo com o sentimento atrás considerado a BE, para “atrair” os alunos como utilizadores interessados pela leitura e pelas atividades a levar a cabo direcionadas à literacia, tem que ser estratégica e perseverante e saber dar respostas atrativas, firmes e acolhedoras.

3.6. A biblioteca escolar como estrutura ativa no processo de ensino – aprendizagem

A BE enquanto estrutura ativa no processo de ensino/ aprendizagem, tem por base o dever de promoção da mesma, de acordo com contextos atualizados e, é considerada como um recurso documental básico no referido processo, em termos do desenvolvimento de capacidades e competências, consideradas indispensáveis à vida do saber, em termos do intercâmbio: informação–comunicação, fator indispensável à promoção do sucesso e de integração na sociedade.

É fundamental equacionar, nas BE, toda a ação: cívica, científica e pedagógica, envolvida em metodologias dinâmicas, construtivas do saber, intervindo e reforçando uma cultura de escola que assente, em: cooperação, transversalidade, autonomia, pesquisa, ação e partilha, em união de projetos de análise e pesquisa, dos meios necessários, para atingir os objetivos propostos, a nível de formação integral do aluno como futuro elemento ativo na sociedade. A ideia acabada de referir, é confirmada por (Veiga, Barroso, Calixto, Calçada & Gaspar, 1996, p.7) que afirmam,

“As bibliotecas escolares devem constituir recursos básicos do processo educativo, sendo-lhes atribuído papel central em domínios tão importantes como a aprendizagem da leitura, a literacia, a criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura, as competências de informação e o aprofundamento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística (...)”.

Certificamo-nos do importante papel que a BE deve desempenhar e o seu campo de ação, nos vários domínios do processo educativo, em prol de formação integral dos utilizadores (principalmente os alunos), pela necessidade de colocar em prática as melhores opções, dentro dos limites possíveis. Esta situação é muitas vezes frustrante, pelas limitações, em grande parte económico–financeiras com que se depararam, escassez essa conducente à falta dos recursos de várias ordens.

3.7. A biblioteca escolar e o prazer de ler

“As Árvores e os Livros:
As árvores como os livros, têm folhas e margens lisas ou recortadas,
copas (capas) e capítulos de flores e letras de ouro nas lombadas.
São histórias de reis, histórias de fadas, as mais fantásticas aventuras,
que se podem ler nas suas páginas, no pecíolo, no limbo, nas nervuras»
Braga (1957)

Figura 21 – A criança e a leitura



Fonte: http://comunidade.sol.pt/photos/anatarouca/picture_189134.aspx

O espaço *biblioteca escolar e o prazer de ler*, de (Magalhães, Alçada, Maximino, & Cabral, 1998, p.7), “não deve ser isolado, mas sim, situar-se num local de passagem, luminoso, atraente, arejado, amplo (...)”.

Em virtude de nem sempre ser possível reunir as condições ideais, seja a nível de espaço e/ ou de recursos bibliotecários, (idem, ibidem), “(...) há que tornar o mais atraente possível o espaço de que se dispõe enquanto não se consegue uma «conquista de território» (...)”.

Os cuidados com a decoração e o conforto da BE, também devem merecer preocupação da parte dos responsáveis, assim como a sinalização dos *caminhos*

conducentes à mesma, fatores vantajosos, principalmente para os frequentadores do primeiro ano na escola e outros menos atentos e interessados.

Magalhães (1998, p.8), acrescenta à ideia anterior,

“Uma biblioteca atual, além de muitos e variados livros, possui muitos e variados equipamentos e outros recursos de informação (...) e, sempre que possível, é conveniente prever zonas diferenciadas para: trabalho de pesquisa individual, realização de trabalhos de grupo, leitura silenciosa, consulta de jornais e revistas, e também visionamento de vídeos e CD Rom, realização de trabalhos em computador, navegação na internet, entre outros”.

Acrescentamos ao citado, a necessidade do local onde se insere a biblioteca escolar dever ser arejado e de aspeto convidativo à entrada de potenciais leitores, seja por curiosidade, ou pelo prazer de consulta de documentos específicos, ou ainda de materiais ou quaisquer recursos necessários, já anteriormente previstos.

3.8. As bibliotecas escolares e a educação – apreciações

Figura 22 – “cuidado com os livros”



Fonte: <http://google.pt> – cyberteca.wordpress.com

Este «cuidado com os livros», pode expressar o baixo nível de leitura ainda existente e/ ou o cuidado a ter com um bem tão precioso, se a utilização não se verificar satisfatória, ou seja, (demasiado) inferior às necessidades dos que deveriam ser os seus leitores.

Os alunos que não criam hábitos de leitura e, implicitamente desenvolvimento do raciocínio, limitam-se a fixar (decorar) os conteúdos para “despejarem” nos testes, que depressa esquecem e, assim, a sua limitação em termos de cultura sólida e abrangente, fica debilitada. Esta (nossa) opinião foi confirmada por Calixto (1996, citada por Castro, 2004, p.19), quando diz,

“(...) aprender é cada vez menos memorizar conhecimentos e cada vez mais preparar-se para os saber encontrar, avaliar e utilizar. A capacidade de atualização passa a ser uma ferramenta essencial ao indivíduo se quer sobreviver numa sociedade de verdades relativas e efémeras. Neste contexto a biblioteca escolar é central no processo educativo”.

Interpretando as palavras de Arrimar (2009), “nas bibliotecas escolares, de uma forma geral, há bastante bibliografia (...)”. Esta informação pode representar o interesse de autores de obras e materiais diversos, inerentes no reconhecimento à importância das bibliotecas escolares, em termos do saber da sua importância na vida da educação.

3.9. A Biblioteca Escolar e a legislação

Reportando-nos às bibliotecas do século passado, podemos considerar (por estudo já atrás referenciado), que a falta de legislação não foi entrave principal no desenvolvimento mais acentuado das mesmas.

No respeitante às bibliotecas atuais, apesar de ainda necessitarem de muito, aos mais variados níveis, a legislação também não foi *o ponto fraco*, para um acentuado desenvolvimento das mesmas. Já em Portugal (1996), Despacho Conjunto nº 184/ME/MC/96, de 27 de agosto, tratou a criação de um gabinete para a elaboração e execução de um programa de instalações da RBE. O Ministério da Educação, nos vários Governos sempre se sentiu que em termos de Legislação foi abundante. Por vezes (como atrás referimos) na aplicabilidade prática, sentiu-se bastante dificuldade, assim como nem sempre servia os objetivos traçados.

Aquando da “resenha histórica da educação em Portugal – Capítulo 1”, certificámo-nos de que, já no século XIX a legislação não faltou nas bibliotecas portuguesas. Esta, por vezes, parecia sim, um pouco contraditória no respeitante às realidades do país, mesmo pela debilidade económico–financeira, entre outras dificuldades de adaptação. Sentimos que se legislava e, só posteriormente, se planificava, fator que não podia, de modo algum, suscitar a devida valorização e aproveitamento práticos, mas antes, gerar confusão e desapropriação a um enquadramento de sucesso.

A ideia acabada de referir, foi confirmada por Nunes (1996, p.30), em que “o sistema das bibliotecas portuguesas (...) caracterizou-se até ao início da década de oitenta, por uma ausência total de planeamento, pela inexistência de uma estrutura de coordenação global (...)”.

Em resumo, devemos concluir que o avanço (aos mais variados níveis) das bibliotecas escolares (não descorando o normativo), verificou-se com a atuação da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) e do Plano Nacional de Leitura (PNL), apesar de ainda necessitarem de muito mais, aos mais variados níveis.

A legislação não foi, nem continua a ser o *ponto fraco* para um acentuado desenvolvimento das bibliotecas escolares em Portugal. A prática evolutiva das exigências pessoais e sociais, fortalecida pelas novas tecnologias de informação e comunicação (às quais, quem não estiver atento a uma atualização constante, é imediatamente ultrapassado), necessita de muito mais.

3.9.1. A otimização da biblioteca escolar pela leitura e literacia

No respeitante ao subtema em causa, decidimos optar para a introdução do mesmo, pela opinião de Hannestottir (1995, p.41), no respeitante às bibliotecas escolares, que afirma:

“A biblioteca escolar é um armazém de informação dentro da escola, organizada de forma semelhante a outras instituições que detêm o mesmo fim. A biblioteca escolar age, assim, como uma ponte entre a escola e a sociedade, trazendo conhecimento aumentado para a escola, de modo a fornecer desafios às mentes inquiridoras dos jovens. Os principais objetivos das bibliotecas escolares são fornecer e explorar informação organizada a fim de ajudar a alargar o conhecimento de base de cada aluno individual e preparar os estudantes a manusearem informação com destreza para os auxiliar a procurar e utilizar informação na sua vida futura”.

Atendendo ao interesse que pode fazer sentir nos alunos o gosto pela leitura e, ainda, no respeitante ao objetivo pelo qual os alunos leem, Jolibert (1989, citado por Santana, 1998, p.35), diz, “Lê-se sempre por um interesse imediato. Os alunos leem para responder à necessidade de viver com os outros, na classe e na escola; descobrir as informações de que têm necessidade; brincar; construir; executar um projeto-realização; alimentar e estimular o imaginário; investigar.”

No respeitante à otimização da biblioteca escolar (idem, p.7), ainda precedeu a sua opinião acabada de citar, pela seguinte afirmação: “(...) para que a biblioteca escolar seja otimizada e para que constitua um importante fator na (re)descoberta do sentido e do prazer de ler, é fundamental que aquela dê respostas às mais diversas necessidades dos alunos.”

Acentuando a importância da biblioteca escolar na otimização da cultura para a leitura e literacia, acrescentamos a opinião de Nunes, M. (2006), quando afirma, “(...) estarmos perante um novo paradigma das bibliotecas, enquanto ambientes de aprendizagem abertos. O papel das bibliotecas escolares é questionado e revisto à luz de um novo paradigma civilizacional, no qual elas se concebem como ambientes alfabetizadores e promotores de literacias”.

Esta opinião é reforçada pela *Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* (BAD), onde se salientaram várias opiniões em relação à matéria em questão, das quais retirámos, a título de conclusão, no respeitante ao sucesso que podem proporcionar nos alunos as boas práticas bibliotecárias:

“(...) o sucesso dos alunos aumenta, se tiverem acesso a bibliotecas escolares com coleções bem concebidas e articuladas com o currículo e programas de atividades diversificados e atraentes, assim como profissionais qualificados, na qualidade de: bibliotecários escolares/ professores bibliotecários, a trabalharem em colaboração com os professores das diversas disciplinas (...)” (2006, Ofício nº 268)

Finalizamos este ponto, referenciando a nossa experiência no que respeita ao aumento de interesse e envolvimento dos alunos, pelas tarefas propostas pela BE e professores em equipa, quando responsabilizados pelos projetos. Esta responsabilização, faz crescer neles o sentimento e sensibilidade para: - a pesquisa; - a coordenação de trabalhos; - a análise e controle do tempo para cumprimento de prazos; - a autonomia e confiança nas suas capacidades. Em conclusão: a otimização da BE pela leitura e literacia verificar-se-á, quando a mesma consegue proporcionar nos utilizadores o atingir de objetivos pela necessidade da mesma.

3.9.2. A biblioteca escolar como parte integrante do processo educativo e de recursos pela informação

As bibliotecas devem surgir como elementos associados às necessidades de mudança das práticas educativas da escola, de acordo com os novos paradigmas educacionais, sendo assim, um *ponto forte* da informação e projetos inovadores, vocacionados ao: “aprender a ser” e “aprender a aprender”.

Os incentivos proporcionados pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, principalmente a internet, vídeos, jogos eletrónicos e multimédia, também o desporto de que a maioria gosta, absorvem os interesses e o tempo dos alunos. Aí (e não só), a BE deve incentivar de modo a que toda a informação seja dirigida à maior satisfação e progresso das atividades educativas e, assim, ao sucesso do processo educativo. Neste sentido, Veiga (1996, p. 13), diz:

“O conceito de biblioteca escolar inclui os espaços e equipamentos onde são recolhidos, tratados e disponibilizados todos os tipos de documentos (qualquer que seja a sua natureza e suporte), que constituem recursos pedagógicos quer para as atividades quotidianas de ensino, quer para atividades curriculares não letivas, quer para ocupação de tempos livres e de lazer. (...) deve ser concebida, como um verdadeiro “centro de recursos educativos” multimédia (livros, programas informáticos, periódicos, registos vídeo e áudio, diapositivos, filmes, CD-ROM, etc.), ao dispor de alunos, de professores e, em condições específicas, de outros elementos da sociedade. (...) deve constituir-se como um núcleo de organização pedagógica da escola, vocacionado para as atividades culturais e para a informação, constituindo um instrumento essencial do desenvolvimento do currículo escolar. As suas atividades devem estar integradas nas restantes atividades da escola e fazer parte do seu projeto educativo (...)”.

A escola como veículo de transmissão e reprodução de saberes estáticos desatualizou e continua a um ritmo acelerado, na razão direta do desenvolvimento das novas tecnologias, onde a Internet tem um papel ativo. Assim, cabe à BE atuação exigente e eficaz, na pesquisa de informação e respetivas fontes vitais direcionadas às novas metodologias do sistema educativo para o saber integral ao longo da vida.

A informação proporcionada pela BE, deve fazer parte integrante do processo educativo, disponibilizando recursos e serviços de aprendizagem abrangentes, satisfazendo um público diversificado (como atrás citado), que permitam aos membros da comunidade escolar, tornarem-se pensadores críticos e

utilizadores efetivos da informação/formação, nos vários suportes e meios de comunicação. Neste sentido, os serviços básicos da BE, são essenciais para o desenvolvimento da leitura e literacia, das competências da informação, do ensino, da aprendizagem e da cultura, na sua íntegra.

No seguimento do conceito anterior, Sá (1983, p.100), acrescenta: “As Bibliotecas não são casas onde se guardam os livros. (...). As Bibliotecas são os verdadeiros laboratórios da Cultura e da Especialização. A Biblioteca não é feita pelos livros, mas pelos leitores que os consultam, meditam e divulgam (...)”

Na verdade, o livro foi (e esperamos continue), a base de uma biblioteca.

A vida atual exige da mesma, a ramificação de ações e práticas diversificadas, em prol de cultura abrangente, direcionada ao saber-fazer da vida moderna, fator do qual a BE não pode alhear-se.

3.9.3. O espaço biblioteca escolar como núcleo nevrálgico da organização pedagógica da escola

O espaço BE necessita, acentuadamente, de se transformar num núcleo nevrálgico da organização pedagógica da escola, um espaço de liberdade na aprendizagem, para o qual é necessário conhecer e definir as normas e assegurar, devidamente, o seu cumprimento, assim como ajustar a gestão dos recursos e garantir a sua eficaz, utilização.

De acordo com Nunes (1996, p.226), “As principais bibliotecas portuguesas, dentro das suas possibilidades técnicas e de pessoal e debatendo-se com fortes condicionalismos financeiros, têm procurado divulgar e valorizar o património de que são detentoras, através das atividades habituais neste tipo de instituições.”

O referido e citado, é no nosso entender a vida atual das bibliotecas que estão a desdobrar-se, muitas vezes em sacrifícios desgastantes, para cumprirem os objetivos pretendidos, em prol do desenvolvimento cultural e eficácia do seu desempenho e valorizarem, pela conservação, preservação e divulgação, o património cultural disponível.

No seguimento do constante da ideia anterior, constatamos que Cabral (1992, citado por Nunes, 1996, p.219), diz:

“Para além da amplitude ou da ambiguidade que o conceito património escrito encerra, falar das «políticas de valorização do património escrito e das relações com os média» em Portugal não é tarefa fácil, quando sabemos que a situação existente nas bibliotecas e arquivos portugueses, em matéria de preservação e conservação é caótica e que esta constatação é limitativa, à partida, de qualquer política coerente de valorização.”

Compreendemos a opinião acabada de citar (que podíamos certificar por conhecimentos práticos), com a qual já nos deparamos e, assim, entendemos que a má situação económico-financeira não devia ser apenas o argumento usual, para as falhas verificadas nas Bibliotecas. Assim, perante o estudo apresentado e conhecimentos de factos da nossa vida como profissionais da educação (e não só), somos elementos assíduos das bibliotecas e procuramos saber analisar o que está certo e errado, no contexto das mesmas, que por vezes sentimos desprezível, a nível de património cultural. Deste modo, entendemos dever salientar a seguinte questão:

✓ Será apenas a falha orçamental, a nível económico-financeiro, que conduz ao desprezo pelo património cultural, como tantas vezes se verifica nas bibliotecas?

A análise e estudo rigoroso desta situação, mereceria um trabalho de investigação profundo, levado a cabo mas, certamente de difícil conclusão. Sem que tal aconteça (da nossa parte, pelo menos a curto prazo), deixamos a nossa opinião: falta de conhecimentos/ cultura/ sensibilidade, principalmente específicos, de quem (ou de critério) que seleciona os responsáveis pela conservação, preservação e vida ativa e duradoura, daquilo que é a base de todos nós, o Património Cultural.

Síntese conclusiva

Concluimos o “Capítulo 3”, pela confirmação de que os alunos, já no século XX tinham na biblioteca escolar o apoio possível para a época. Esta (BE) deve ser adaptada aos interesses principalmente dos alunos e evoluir, a fim de fazer face ao avanço proporcionado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, em que a internet tem um papel fundamental, principalmente em termos

informacionais. Assim, dotar a biblioteca escolar das bases necessárias a fim de que faça parte integrante da vida ativa da escola e da mudança de paradigmas educacionais, é fator primordial na, e para a Educação.

O desenvolvimento social exige da BE, em comum com toda a escola, o exemplo da formação aos vários níveis considerada, como sendo a responsável pelo “produto final”, pelo avanço da sociedade, cativando e motivando as vontades e os ânimos dos destinatários, para o presente e futuro.

A transmissão do saber atual, baseia-se em suportes totalmente diferentes dos do passado, fator a que os professores, a equipa da BE, a Direção da escola, assim como toda a comunidade escolar, necessitam dar a devida atenção.

Conscientes de que o desenvolvimento tem por base evolução positiva nós, professores, e todo o sistema educativo, necessitamos ponderar de modo a optar sempre pelas melhores soluções culturais, em prol da formação abrangente dos destinatários. Para tal, procedermos às devidas reformulações do considerado menos eficaz, sempre no sentido da maior perfeição e dinamismo, possíveis. Assim, a escola, com a força informativa e formativa pedagógica e inovadora da BE, tem de preparar os alunos para os desafios de uma sociedade global, em que o conhecimento, é o fruto mais forte e necessário, superiormente a quaisquer bens materiais. A BE deve ser considerada a *força motriz* da riqueza que atualmente a escola tem de proporcionar aos seus alunos.

Damos por terminado o capítulo em referência pela afirmação de Pinto (2002, p.171), (quando trata o *isolamento cibernético*, ou seja, todo o tempo utilizado e a importância atribuída à pesquisa, mais do que ao produto encontrado) “(...) torna-se preocupante quando o sujeito coloca como prioridade o processo em vez do produto (...)”.

A ideia constante do parágrafo anterior, significará dizer que a escola e biblioteca escolar não devem exagerar na procura do resultado final (fazer de cada aluno um potencial leitor), sem primeiro analisar as potencialidade e pretensões desses mesmos destinatários, tudo em nome de uma formação global, transversal e ao longo da vida.

Pretende-se a biblioteca escolar como fator ativo na criação de cidadãos livres, letrados, pedagógica e culturalmente formados e competentes. Nestes

pressupostos, deve assumir como prioridade à divulgação e promoção da leitura e à valorização do livro, intervindo junto da comunidade educativa como parceiro fundamental para enfrentar, em comum, o desafio prioritário e atingir os objetivos pretendidos.

Atendendo à análise informativa e presencial que colocamos em prática a fim de levarmos a cabo o nosso estudo (junto de bibliotecas a que nos dirigimos a fim da obtenção de informações literárias, consulta de obras, leituras diversas, pesquisa bibliográfica e documental, entre outros) deparamo-nos com muitas realidades demonstrativas de que as bibliotecas escolares estão a desempenhar um papel de grande amplitude na vida ativa da Educação, principalmente as integradas na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE).

A experiência constante do parágrafo anterior certificou-nos de que a BE enquanto estrutura promotora de contextos de aprendizagem direcionados ao saber atual, constitui um recurso documental básico e específico no processo de ensino/ aprendizagem e processo educativo abrangente, permitindo desenvolver e obter capacidades e competências indispensáveis ao sucesso escolar dos jovens alunos, dos professores, abrangente a toda a comunidade escolar, assim como da educação em todo o seu contexto.

A (dita) aprendizagem integral é perspetiva da educação atual e defende paradigmas de preparação ao longo da vida em termos da construção do próprio saber. Nesta base, a educação necessita “cercar-se” num contexto de interação entre os movimentos intrínsecos à dita construção incluindo parcerias, atividades e movimentos afins, de modo a que o acontecimento principal seja a Educação muito além da escolarização.

O desenvolvimento das competências de informação é essencial e daí a necessidade de lhe prestar a devida atenção de modo a desenvolver o alicerce e a alavanca do sucesso pessoal e profissional dos nossos alunos, utentes da escola e utilizadores biblioteca escolar.

PARTE 2 – ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO 4

Metodologia da investigação

CAPÍTULO 5

Recolha, tratamento e análise de dados

CAPÍTULO 6

Interpretação geral do trabalho de campo e conclusão final

CAPÍTULO 4. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

“Uma pesquisa é conduzida para resolver problemas e alargar conhecimentos. (...)”
(Drew, 1980, p. 8)

Concluída a fundamentação teórica, damos início à exposição respeitante à investigação empírica, levada a cabo. Para tal, após a designação do projeto, procedemos:

- À contextualização e definição do problema;
- À definição das hipóteses;
- À definição dos objetivos: gerais e específicos;
- À operacionalização das variáveis;
- Aos procedimentos metodológicos e, sítio, população, amostra.

4.1. Designação do projeto

O Contributo da Biblioteca Escolar na formação para a Leitura e Literacia

4. 2. Contextualização e formulação do problema

Consideramos a comunidade escolar como potencial dinamizador de uma mudança conceptual, profunda. A BE necessita disponibilizar serviços e recursos que permitam o desenvolvimento da leitura, literacia e dos valores culturais capazes de incutir nos alunos e comunidade escolar, hábitos de leitura, literacia e práticas da vida moderna, direcionados à elevação individual, comum e com reflexos positivos na cidadania.

Para Gil (1995, p. 52), “(...) na aceção científica, problema é qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento (...)”. Nestes “parâmetros”, prosseguirmos o nosso trabalho de análise, crítica e discussão, que refletem, senão mais, o nosso querer pelo recomeçar. Assim, baseados nos pressupostos apresentados e nas interligações possíveis com outros parceiros da comunidade educativa, no sentido de alterações

positivas na educação para a promoção da leitura e da literacia, pretendemos encontrar respostas para questões, como:

- **Qual o desempenho da Biblioteca Escolar no contributo para a Leitura e Literacia?**

4. 3. Definição das Hipóteses

Definir hipóteses, é um passo a ser dado num trabalho de investigação, em virtude de este não poder ser considerado uma verdadeira investigação, se não se estruturar em torno de uma ou de várias hipóteses.

Quivy (1992, p.119), enfatiza esta ideia, quando afirma,

“A organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho, constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor, sem por isso sacrificar o espírito de descoberta e de curiosidade que caracteriza qualquer esforço intelectual, digno deste nome. Além disso, um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação, se não se estruturar em torno de uma ou de várias hipóteses”

Então a hipótese, será uma resposta a um problema, depois de ter sido testada, em que o seu papel fundamental na pesquisa, é sugerir explicações para os factos, isto de acordo com Gil (1995, p.60), “O papel fundamental da hipótese na pesquisa é sugerir explicações para os factos. Essas sugestões podem ser a solução para o problema. Podem ser verdadeiras ou falsas, mas, sempre que bem elaboradas, conduzem à verificação empírica, que é o propósito da pesquisa científica.”

Para Goode e Hatt (1969, p.75), “Hipótese é uma proposição que pode ser colocada à prova para determinar sua validade. Neste sentido, hipótese é uma suposta resposta ao problema a ser investigado. É uma proposição que se forma e que será aceite ou rejeitada somente, depois de devidamente testada”.

Na base das considerações apresentadas e perante o problema colocado, formulamos as seguintes hipóteses:

H.1). A escola em geral e os professores em particular, necessitam da influência ativa da biblioteca escolar e do apoio das famílias, para a concretização de projetos pedagógicos, inovadores.

H.2). A biblioteca escolar tem um papel fundamental no incentivo a hábitos de leitura e literacia, fortalecendo o sucesso educativo e a vida em cidadania.

H.3). O reforço de atividades culturais, pela criatividade, de acordo com os novos paradigmas educacionais, dentro ou fora da sala de aula, são uma mais – valia, na formação integral dos alunos.

H.4). Os professores, necessitam da biblioteca escolar, em termos de recursos e outras valias direcionadas ao intercâmbio de atividades diversificadas e conjuntas, direcionadas à formação integral dos utilizadores, exigida pelos novos paradigmas educacionais.

4. 4. Objetivos da investigação

Os objetivos delimitam e orientam a pesquisa, em termos da direção e dos caminhos a percorrer pelo investigador, a fim de obter as respostas às questões a investigar. Assim,

4.4.1. Objetivos Gerais

- ✓ Conhecer dados escolares e bibliotecários, a fim da contribuição para adoção e reformulação de estratégias, com maior sucesso;
- ✓ Refletir sobre concepções e representações de professores interessados na dinamização da leitura e literacia, no meio escolar;
- ✓ Proporcionar à minha escola um instrumento de análise que lhe possa ser útil em termos de mais liberdade intelectual e de acesso à informação e ao desenvolvimento, por parte dos alunos;
- ✓ Defender a ideia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação, são essenciais à construção de cidadania efetiva, responsável e à participação cívica.

4.4.2. Objetivos Específicos

- Averiguar, pela pesquisa, do grau de interesse e eficiência da escola, em termos de cumprimento dos parâmetros necessários à reformulação de paradigmas educacionais, sempre que tal seja necessário;
- Averiguar, pela pesquisa, se a comunidade escolar (sendo os alunos elementos fulcrais), tem na BE a base de apoio e incentivos necessários à criação de hábitos de leitura e do prazer de ler;
- Certificar do apoio à leitura em sala de aula, proporcionada pelos docentes aos seus alunos;
- Registrar oportunidades de utilização e produção de informação aos nossos alunos, que lhes possibilitem o aumento do sucesso em disciplinas com mais dificuldade;
- Averiguar que grupo etário de alunos sente mais interesse pelos projetos bibliotecários, livres ou acompanhados;
- Identificar os alunos que necessitam de apoios específicos e sensibilizar os professores para tal;
- Verificar o interesse da BE pela utilização do empréstimo bibliotecário e pelo recurso ao livro, nos tempos de lazer;
- Identificar as áreas disciplinares que mais recorrem à prestação de serviços bibliotecários.
- Saber se a leitura, os recursos e serviços da BE, junto da comunidade escolar, contribuem e se refletem culturalmente, na cidadania.

4. 5. Variáveis

O conceito de variável provém da matemática sendo assim, de natureza quantitativa. De acordo com a opinião de Gil (1995, pp.61-62),

“O termo *variável* é um dos mais empregados na linguagem das ciências sociais. A apresentação correta do seu significado é necessária para a adequada caracterização das hipóteses deste grupo. De maneira bastante prática, pode dizer-se, que *variável* é qualquer coisa que pode ser classificada em duas ou mais categorias. «Sexo», por exemplo, é uma variável, pois envolve duas categorias: masculino e feminino. Classe

social, também é variável, já que envolve diversas categorias, como: alta, média e baixa. O conceito de *variável* provém da matemática. (...) é de natureza quantitativa, o que faz com que as variáveis usualmente sejam classificadas como contínuas e discretas (...)"

No nosso trabalho selecionámos as variáveis que sentimos mais se salientarem, com o objetivo de alcançar um melhor nível de compreensão do tema a desenvolver.

4. 5.1.Variável dependente

Considerámos como principal (variável dependente), o contributo das bibliotecas escolares no incentivo à leitura e à literacia. Este contributo depende da capacidade da BE, em utilizar e colocar em ação os recursos necessários e atualizados, a fim de atingir o objetivo em causa, como seja: a formação integral dos utilizadores, pelo incentivo à leitura e literacia. Nesta base, salientamos a ideia de Fortin (1999), ao considerar que, "variável dependente é aquela, de resultado que interessa ao pesquisador e é formulada com uma hipótese, para depender de outra variável, que é a independente".

4.5.2. Variáveis independentes

De acordo com a opinião de Gil (1995, p. 62),

"(...) em boa parte das pesquisas interessa verificar se uma variável interfere na outra ou, em outras palavras, se uma variável é causa da outra. Essas pesquisas exigem a construção de hipóteses de relação causal, ou simplesmente hipóteses causais, que se caracterizam por envolver uma variável independente e outra dependente. Independente é a variável que se supõe influenciar outra variável, a dependente. Ao dizer-se que frustração provoca agressão, frustração é a variável independente e agressão a dependente (...)"

Considerámos variáveis independentes:

No respeitante **aos alunos**: a idade; o nível de escolaridade; o sexo; a origem (urbana, rural); a ocupação extra- escola; expectativas num futuro emprego compatível.¹⁵

No tocante **aos professores**: a idade; o sexo; as disciplinas que lecionam; o tempo na profissão docente; zona de habitação; número de alunos por turma; flexibilidade da direção para a inovação; atividades inovadoras direcionadas à leitura e literacia; incentivos e envolvimento da biblioteca escolar a fim de trabalho intrínseco, extra espaço, biblioteca escolar.

4.6. Metodologia da investigação e instrumentos de recolha de dados

O trabalho de investigação que levámos a cabo, desenvolveu-se em duas fases. Na 1ª fase: definimos o tema, fizemos a descrição do processo de estudo, especificámos os métodos para a recolha dos dados, seleccionámos as obras de pesquisa bibliográfica necessárias para o domínio do tema em questão, procedemos à leitura, interpretação análise e crítica das obras seleccionadas, organizámos fichas sobre o material compilado e procedemos à redação dos dados recolhidos, que deram base à fundamentação teórica do problema.

Na 2ª fase, executámos o trabalho de campo por estudo misto, em virtude de termos prestado a devida atenção tanto à qualidade como à quantidade da investigação, em termos da análise documental e pesquisa escolar e bibliotecária, como no tocante à amostra respeitante aos alunos como à que se dirigiu aos professores. Confirmamos esta afirmação com a aplicação, recolha, análise e tratamento de dados respeitantes às amostras em causa, nos pontos específicos a seguir considerados.

Segundo Fortin (1999, p.61), “(...) o processo de recolha de dados consiste em colher, de forma sistemática a informação desejada junto dos participantes, com a ajuda dos instrumentos de medida escolhidos para este fim (...)”. Neste contexto, a fim de respondermos ao problema que nos propomos investigar,

¹⁵ No caso dos alunos dos cursos profissionais, em que a sua maioria envereda pela ocupação laboral, no final do décimo segundo ano.

seleccionámos a análise exploratória e o questionário, como instrumentos de recolha de dados.

O questionário, de acordo com a ideia que colhemos de (Cervo, 1983), “(...) é a forma mais usada de colher dados, porque os possibilita com mais rapidez e exatidão (...)”. A fim da colheita de dados da nossa amostra, optámos pela opinião de Gil (1995), pelo facto de mais nos identificarmos com as suas opiniões em relação ao mesmo. Assim,

“O questionário apresenta uma série de vantagens (...), como:

- a) Possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já pode ser enviado pelo correio;
- b) Implica menores gastos com o pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- c) Garante o anonimato das respostas;
- d) Permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;
- e) Não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspeto pessoal do entrevistado”. (Gil, 1995, p.125)

Procedemos à recolha de dados pela pesquisa e análise documental, junto da direção da nossa escola e da biblioteca escolar e por dois inquéritos: um destinado aos alunos que se encontram a frequentar o 12º ano, no presente ano letivo e, outro, direcionado aos professores dos diferentes grupos disciplinares.

Os dados recolhidos proporcionaram-nos bases para certificação da nossa investigação, que apresentámos através de figuras, quadros e gráficos, identificados e numerados, com a análise e tratamento das frequências numéricas e em percentagem e o tratamento do possível relacionamento entre as variáveis, seguindo-se à análise e crítica da investigação.

Após a interpretação de todos os resultados, tirámos as conclusões, que proporcionaram a resposta ao projeto em causa.

Por fim, procedemos à compilação final de todos os dados, em trabalho.

4.7. Sítio

O trabalho de campo foi realizado no Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades. Este, foi criado por despacho do Exmo. Senhor Secretário de Estado da

Educação em 29 de Março de 2010. É constituído pela totalidade dos Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Concelho, pela Escola Básica nº 2 de Oliveira de Frades e pela escola sede: Escola Básica e Secundária de Oliveira de Frades, conforme (PE, p. 5).

A fim de melhor identificação do “sítio”, consideramos breve história da escola. Assim, apesar de planificada e construída como secundária, esta manteve no seu funcionamento a designação de C+S, passando mais tarde à de Escola Básica 2,3/S., visto abranger os 2º e 3º ciclos do ensino básico, assim como do 5º ao 12º anos.

(idem, p.15), outros dados que consideramos de interesse:

“(…) ao longo destes anos, a escola tem acompanhado a evolução, nos vários níveis, da realidade local, procurando responder, em termos de oferta educativa e formativa, às necessidades do meio. De momento a escola - sede faz parte da fase III de intervenção da Parque Escolar nas Escolas Secundárias, albergando futuramente todos os alunos dos 2º, 3º ciclos e ensino secundário do Concelho. Enquanto a antiga EBI será requalificada e será aí construído o futuro Centro Escolar cuja criação se encontra enquadrada na Carta Educativa do nosso Concelho, homologado em 2007 pela Exma. Sra. Ministra da Educação. Esse Centro Escolar servirá 10 Freguesias do Concelho (excetuam-se as Freguesias de Ribeiradio e Arcozelo das Maias); disponibilizará um conjunto de espaços e funcionalidades, que contribuirão para a melhoria da qualidade educativa dos alunos do 1º ciclo, em detrimento da dispersão que existe atualmente, que a condiciona e permitirá favorecer uma melhor oferta educativa e uma melhor integração da criança na escola (…)”.

Trata-se de uma Instituição Pública destinada à Educação de alunos de idades diversificadas da comunidade concelhia, maioritariamente.

4.8. População

A população total ronda 1727 alunos dos vários cursos e ciclos em funcionamento e 215 professores dos diversos graus de ensino.

Em virtude da proximidade geográfica da população, selecionámos apenas, uma amostra por conveniência, ou seja, um conjunto de pessoas, (como a seguir justificamos), “retiradas do total, com as mesmas características”, consoante ideia de Cervo, (1983, p. 61).

Assim, especificamente a população selecionada para a nossa amostra foram: trezentos e trinta e nove alunos (339 alunos) e duzentos e três (203) professores.

4.9. Amostra

A Amostra sobre a qual incidiu o nosso trabalho de campo, é constituída por:

- 90 alunos de diversas áreas de formação, que frequentam o 12º ano no presente ano letivo (26,5% do total);
- 60 professores de diferentes grupos disciplinares (29,6% do total).

Consideramos que a amostra é representativa do universo e válida para a nossa análise.

CAPÍTULO 5. RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS

5.1. Análise documental e pesquisa escolar¹⁶

Recolha, análise e tratamento de dados:

Os dados a seguir apresentados ao nível de trabalho de campo, foram obtidos por análise documental, fortalecida pela pesquisa aos mesmos, junto da Direção da nossa escola e arquivos da mesma. Refletem o desempenho da escola direcionado à satisfação do que pretendemos analisar tratar, no sentido da máxima resposta possível, em termos de clarificação do problema que selecionámos e veracidade das hipóteses formuladas.

Pelo facto de considerarmos a população escolar dado de relevo para o nosso trabalho, vamos trata-la com a especificidade de análise de que sabemos ser merecedora, a fim da mais explícita conclusão do nosso estudo e, também, de conseguirmos conhecer a nossa escola e biblioteca escolar, num âmbito aprofundado e, assim, podermos passar a ser elementos mais ativos,

¹⁶ *Análise documental e pesquisa escolar, a fim de conseguirmos respostas para o nosso estudo, pela veracidade de factos concretos.*

principalmente no tocante ao envolvimento dos alunos na cultura para a leitura e literacia. Estes foram fatores decisores para que iniciássemos o trabalho de campo pela análise e pesquisa documental ao sítio da nossa amostra. Este “passo”, teve por objetivo analisar e compreender o contexto social, cultural, em que o trabalho coletivo dos professores/educadores se inscreve, sobretudo em termos de desafios e oportunidades desde a liderança, ao investimento na cultura organizacional e profissional, como base para o bom relacionamento, partilha e parcerias, terreno propício e aberto ao aprofundar de estratégias para o atingir de objetivos educacionais de acordo com os novos paradigmas.

5.1.1. Especificação dos dados para tratamento

A análise documental e pesquisa, baseou-se, principalmente, sobre:

- Clima e ambiente educativo;
- Prática pedagógica;
- Indicadores de sucesso;
- Caracterização do agrupamento em termos de diferenciação entre pontos estratégicos, com a escola antiga;
- Alunos e cursos – escola antiga e novo agrupamento;
- Professores do agrupamento (2010/2011), assim como pessoal não docente do mesmo;
- Taxa de conclusão escolar entre (2006 /2010);
- Taxa de abandono escolar (2006 /2010);
- Indicadores respeitantes às Provas de Aferição e Exames Nacionais.

5.1.2. Clima e ambiente educativo

De acordo com a nossa pesquisa aos dados pendentes ao ponto em questão, verificamos que o agrupamento tem em atenção, além dos pormenores intrínsecos a uma educação de sucesso, pela preparação dos alunos tanto para o prosseguimento de estudos, como para a vida ativa, principalmente os aspetos a seguir considerados, tais como:

- Cultura de escola;
- Oferta educativa;
- Reconhecimento do trabalho desenvolvido;
- Aplicação de normas e regulamento interno;
- Segurança e disciplina;
- Difusão de informação e canais de comunicação internos;
- Instalações e condições de trabalho na sala de aula;
- Relacionamento e cooperação entre os docentes;
- Tarefas profissionais extra – letivas;
- Participação e envolvimento dos encarregados de educação.

5.1.3. Prática pedagógica

Da pesquisa e análise neste âmbito, verificámos que o agrupamento dá prioridade, com a devida atenção e rigor, principalmente, ao nível de:

- Modalidades de trabalho;
- Técnicas e instrumentos de avaliação;
- Relação pedagógica;
- Recursos e materiais utilizados;
- Práticas pedagógicas;
- Avaliação dos alunos.

5.1. 4. Indicadores de sucesso, considerados¹⁷

O nosso sítio de amostra tem vindo a acentuar o seu sucesso, em áreas que consideramos de importância salientar, tais como:

- Evolução do número de alunos matriculados;
- Diminuição das taxas de abandono escolar;
- Resultados consideráveis em termos de avaliação interna e externa;
- Taxas de sucesso ao nível de transição e conclusão;

¹⁷ Os indicadores de sucesso aqui considerados, são analisados em pormenor no ponto considerado para a população do nosso trabalho de campo, devido à relevante importância que lhe atribuímos para o nosso estudo.

- Desempenho notável no respeitante aos exames nacionais e o devido rigor de atenção à Ação Social Escolar.

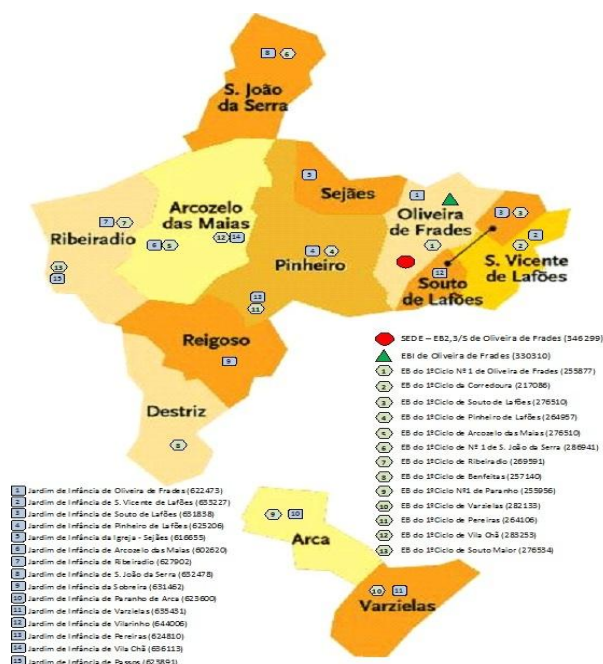
5.1.5. Caraterização do Agrupamento¹⁸

Em virtude de no Capítulo 3, já ter sido por nós referenciada a escola/agrupamento, vamos abreviar a sua caraterização e outros dados já anteriormente contemplados, mas de modo a podermos identificar a população em termos abrangentes, a fim de maior capacidade de análise, crítica e conclusões que possamos colher dos resultados da nossa amostra. Assim, é composto por:

- 15 Jardins de Infância, com 16 salas, que comportam 202 crianças;
- 12 Escolas do 1.º ciclo, com um total de 26 salas, que comportam 368 alunos;
- as instalações da ex-EBI, albergam: 5 turmas do 1.º ciclo, 11 do 2.º, 6 do 3.º ciclo e 1 de CEF, num total de cerca de 464 alunos;
- a escola sede, alberga: 13 turmas do 3º ciclo, ensino regular, 3 turmas de CEF e 17 turmas do ensino secundário regular e profissional, num total de cerca de 628 alunos.

¹⁸ A nível de espaço populacional.

Figura 23 – Escolas do Agrupamento



Fonte – PE do AEOF - (2010/ 2013, p.17)

5.1.6. Escola Básica e Secundária¹⁹

Quadro 4 – Evolução do nº de alunos matriculados

Ano letivo	Nº alunos diurnos	Nº alunos noturnos	total
2006/2007	695	112	807
2007/2008	689	72	761
2008/2009	666	113	763
2009/2010	749	146	895

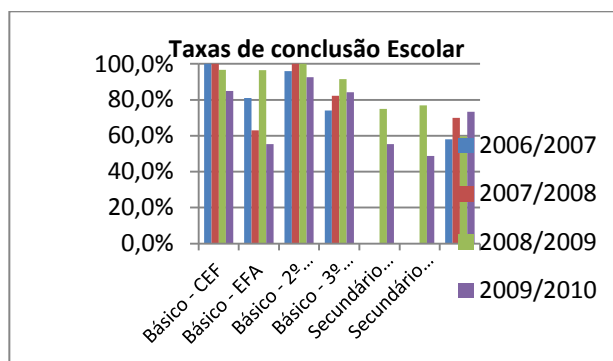
Fonte – Pesquisa arquivos – escola Básica e Secundária (2009/2010)

Consoante dados do Quadro 4, em (2007/2008), constatou-se uma diminuição de 46 alunos matriculados em relação ao ano letivo anterior, que não foi compensado no ano letivo seguinte (apenas mais dois alunos procuraram a escola, em termos concretos). Assim, a “antiga” escola terminou o seu ciclo de existência, com 895 alunos matriculados, em (2009/ 2010).

Como complemento da análise, apresentamos o gráfico que se segue (Gráfico 1), a nível da taxa de conclusão escolar, nos anos letivos considerados.

¹⁹ Evolução da população escolar (número de alunos matriculados, (2006/2007 – 2009/ 2010).

Gráfico 1 – Taxa de conclusão escolar (2006/2010)



Fonte – Pesquisa arquivos – escola B.S. (2009/2010)

Para melhor clarificação do constante do “Gráfico 1”, apresentamos o Quadro 5, a fim de pormenorizar a perceção do número de alunos e cursos, em ativo, no último ano (2009/ 2010) na: EB2,3/S de Oliveira de Frades, também conhecida por Escola Secundária²⁰

5.1.7. Alunos e Cursos – Escola Básica e Secundária

Quadro 5 – Nº de alunos e cursos- EB2,3/S (2009/ 2010)

ALUNOS E CURSOS	Nº de alunos matriculados
5º ano	63
6º ano	67
Total 2º ciclo	130
7º ano	91
8º ano	74
9º ano	77
CEF's	42
Total 3º ciclo	284
10º ano	94
11º ano	70
12º ano	75
Cursos Profissionais	96
Total Secundário	335
EFA's e Recorr. de nível secundário	146
Total de alunos	895

Fonte – Pesquisa arquivos – Escola B.S.O.F. (2009/2010)

²⁰ Consoante figura 3, ponto 3.3.« a nossa escola – localização, constituição e meio envolvente»

5.1.8. Alunos e Cursos – Novo Agrupamento de Escolas

Quadro 6 – Nº de alunos e cursos – Novo Agrupamento (2010/2011).

ALUNOS E CURSOS	Nº de alunos matriculados
Pré - escolar	202
1º ano	120
2º ano	115
3º ano	106
4º ano	138
Total do 1º ciclo	479
5º ano	113
6º ano	109
Total 2º ciclo	222
7º ano	118
8º ano	118
9º ano	96
7º PCA	29
CEF's	46
Total 3º ciclo	407
10º ano	92
11º ano	83
12º ano	72
Cursos Profissionais	92
Total Secundário	339
EFA's	78
Total de alunos	1727

Fonte – Pesquisa arquivos - agrupamento (2010/2011)

Pela análise dos dados, verificou-se que em termos de alunos e cursos, da EB2,3/S (2009/ 2010), para o novo Agrupamento de Escolas (2010/2011), o aumento de número de alunos, no respeitante aos totais, se salientou em (51,8%). Manteve-se o nível de cursos e o mais saliente foi a “quebra” nos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), de 68 alunos.

A nossa escola, apesar de ter como concorrentes, a nível do Cursos Profissionais: Escola Profissional de Vouzela; Escola Profissional de Carvalhais; Escola Profissional de Tondela e empresa Martifer (empresa de energias renováveis), a nível do Curso Novas Oportunidades, nem por isso tem sentido falta de procura e matrículas, ao longo dos anos.

5.1.9. Professores do Agrupamento (2010/2011)

Quadro 7 – Nº de educadores, professores e técnicos colocados (2010/2011)

PROFESSORES	Nº
Professores do Quadro da Escola	114
Professores dos QE destacados	24
Professores QZP	33
Professores Contratados	32
Técnicos	12
Total	215

Fonte – Pesquisa arquivos - agrupamento (2010/2011)

Os dados do Quadro 7 são demonstrativos de acentuada estabilidade do corpo docente, cerca de (53%) dos docentes a trabalhar no agrupamento no ano letivo (2010/2011), são docentes do quadro do mesmo.

Cerca de (79,5%) são docentes dos quadros de agrupamento/escola e quadros de zona pedagógica e apenas (20,5%), são docentes contratados, incluindo os técnicos especializados.

5.1.10. Pessoal não docente do agrupamento (2010/2011)

Quadro 8 – Nº de pessoal não docente colocado no A.L. (2010/2011)

	QUADRO	CONTRATADOS	Nº
Assistentes técnicos	12	3	15
Assistentes operacionais	33	22	55
Total	45	25	70

Fonte – Pesquisa aos arquivos - agrupamento (2010/2011)

Tal como se constatou relativamente ao pessoal docente, a maioria do pessoal não docente a trabalhar na escola é do quadro²¹

Existem adicionalmente, cerca de 50 funcionários do município a exercerem funções nos Jardins - de - Infância e Escolas do 1º CEB.

²¹ (consoante dados – Quadro 8).

5.1.11. Taxa de conclusão escolar (2006 /2010)

Quadro 9 – Taxa de conclusão escolar (%)

	B. - CEF	B. - EFA	B. - Recorr.	B.- 2º Ciclo	B. -3º Ciclo	Sec. EFA	Sec. Profiss.	Sec. Recorr	Sec.. Regular	Sec. Tecnol.
2006/ 2007	100	81	71	96	74	--	--	59	58	27
2007/ 2008	100	63	--	100	82,3	--	--	100	70	58
2008/ 2009	96,7	96,4	--	100	91,5	75	76,9	100	59,6	45,5
2009/ 2010	90,5	62	--	92,6	84,2	75	71,4	--	73,3	--

Fonte – Pesquisa arquivos – agrupamento (2006/2010)

Da constatação dos diversos ciclos escolares e cursos ao longo dos anos considerados (Quadro 9), verificou-se uma quebra na taxa de conclusão, no Básico – CEF, de (3,3%) de (2007/ 2008) para (2008/ 2009), que ainda se acentuou em (6,2%) de (2008/2009) em relação a (2009/2010). Os cursos de educação e formação, normalmente são frequentados por alunos que apresentam muitas dificuldades em termos de interesse pelo estudo, acrescido de ocupação de vida, que não lhes permite manter o sucesso.

No respeitante ao Básico: Educação e Formação de Adultos (EFA), não conseguiram, em qualquer dos anos, atingir os (100%). O ano em que mais se aproximou foi (2008/ 2009), com (96,4%), tendo uma baixa de (34,4%), no último ano em análise. É complicado, na prática, incentivar muitos destes alunos para aproveitamento (pelo menos notório), porque os hábitos de estudar, ou nunca existiram, ou se vislumbram muito distantes.

O Ensino Recorrente terminou em (2006/ 2007). Também era considerado pós – laboral, destinado a alunos estudantes – trabalhadores, mas por vezes “incentivados” apenas pelo interesse na subida de carreira profissional, que o mesmo lhes poderia proporcionar e não pelos conhecimentos que aí adquiridos.

O 2º e 3º ciclos, foram-se mantendo equilibrados na positiva, embora a baixa de 18,6% do 2º para o 3º ciclo, pode demonstrar que os alunos não teriam finalizado o 2º ciclo com uma confiança acentuada, nas matérias.

No Secundário EFA e Profissional a funcionar entre 2008/ 2010, mantiveram-se na positiva.

Quanto ao Secundário Recorrente e Regular, verificaram-se oscilações, mantendo-se na positiva. O Secundário tecnológico foi o único negativo em 2006/2007, apenas (27%), subindo para a positiva de apenas (58%) no ano seguinte, voltando a “recair” no último ano de existência em (12,5%).

5.1.12. Taxa de abandono escolar (2006/ 2010)

Quadro 10 – Taxa de abandono escolar

	Básic. CEF	Básico. EFA	Básico 2º Ciclo	Básico 3º Ciclo	Secund. EFA	Secund. Profission.	Secundário. Regular
2006/ 2007	11,7%	0,0%	0,0%	0,4%	--	0,0%	0,9%
2007/ 2008	0,0%	1,6%	0,0%	0,0%	--	0,0%	0,0%
2008/ 2009	0,0%	3,0%	0,0%	0,0%	7,1%	0,0%	0,5%
2009/ 2010	9,4%	23,1%	0,0%	0,0%	35,1%	12,1%	3,1%

Fonte – Pesquisa arquivos – escola/ agrupamento (2006/2010)

Consoante análise aos dados em questão, a taxa de abandono escolar:

- Ensino Básico é de (0%);
- Ensino Secundário tem sido próxima de (0%), com a exceção do ano (2009/ 2010), em que aumentou para (3,1%);
 - Cursos de educação e formação (CEF) e Profissionais, a taxa de abandono aumentou no ano letivo (2009/2010), enquanto nos CEF, a mesma foi de (9,4%) e nos Cursos Profissionais, atingiu (12,1%).
 - Cursos de educação e formação de adultos (EFA), teve um aumento significativo no último ano letivo: nos EFA – Básico a taxa foi de (23,1%) e nos EFA (secundário) atingiu (35,1%). O acentuado abandono escolar verificado neste curso, pode dever-se ao facto dos alunos necessitarem de aumentar as horas no emprego (trabalho profissional), em favor de maior remuneração e, daí, a impossibilidade de frequentarem a escola.

-

5.1.13. Indicadores: Provas de Aferição e Exames Nacionais

Os resultados das provas de aferição do 6º ano dos alunos da escola²² situaram-se acima das médias nacionais, com a exceção da Língua Portuguesa em (2008/2009) e de Matemática em (2006/ 2007).

No respeitante aos exames nacionais do 9º ano, também se têm salientado acima das médias nacionais, com exceção do ano letivo (2009/2010), em que se registou um desempenho menos positivo. Ainda no tocante a estes, mas no ensino secundário, os resultados aproximaram-se das médias nacionais. Em (2009/2010), com exceção da disciplina de matemática e economia, o desempenho dos alunos da nossa escola foi superior às médias nacionais.

5.2. ANÁLISE DOCUMENTAL E PESQUISA - BIBLIOTECA ESCOLAR - Recolha, análise e tratamento de dados

5.2.1. Enquadramento e orientação da pesquisa documental

Sendo a biblioteca escolar da nossa escola local privilegiado do nosso estudo devido à confiança na veracidade de dados de que somos conhecedores, tentamos a maior pormenorização possível, na nossa análise documental e pesquisa de dados e certificação de opiniões conclusivas do trabalho em questão.. O objetivo de conseguirmos a base prática do nosso estudo e, assim podermos colaborar na intervenção de atividades de melhoramento, pela reformulação de estratégias incentivadoras, em termos da essência do nosso projeto em questão.

O professor coordenador e equipa constroem o seu profissionalismo pela procura e desenvolvimento das estratégias mais profícuas em prol da leitura, literacia, formação integral dos utilizadores, fator que nos moveu.

A nossa análise e pesquisa, baseou-se principalmente, ao nível de: - Caraterização e orientação da BE (sítio da nossa amostra); - Situação atual da BE; - Objetivos centrais e Plano de Ação (2009/2013); - Objetivos específicos, na base de projeto abrangente; - Promoção da Leitura e Literacia: objetivos e ações; - Gerir

²² *Atual: Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades, em que nas datas em questão ainda era: EB2,3/S de Oliveira de Frades, também conhecida por Escola Secundária de Oliveira de Frades*

a BE, pela articulação de atividades com a escola: objetivos gerais; - Gerir a BE, atendendo às condições humanas e materiais para prestação dos serviços: objetivos específicos; - Gerir a BE, a nível de coleção: objetivos específicos; - Gerir a BE: resultados esperados²³ e objetivos centrais; - Gerir a BE: metas para o quadriénio (2009 -2013).

5.2.2. Caraterização e orientação da Biblioteca Escolar

De acordo com obras por nós consultadas, sobre bibliotecas escolares, já atrás referenciadas e outras e, especificamente, indo ao encontro da opinião da equipa da BE da nossa escola, coordenada pelo professor bibliotecário, um dos pressupostos centrais no enquadramento da atividade das bibliotecas escolares é o de que estas devem constituir um contributo essencial para o sucesso educativo e apresentarem-se como um recurso fundamental para o ensino/ aprendizagem. Com base neste princípio, devem estruturar-se os diferentes domínios e subdomínios de atividade propostos pelo gabinete da RBE, constantes do modelo de auto- avaliação da biblioteca escolar.

Do conjunto das linhas de orientação consideradas de carater diversificado e abrangente, destaca-se o papel de liderança que a BE e o professor bibliotecário (PB), devem assumir na escola, desenvolvendo um trabalho articulado com os outros docentes, envolvendo-se diretamente nos processos de ensino/ aprendizagem dos alunos, promovendo as capacidades de renovação e de integração das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a criação de diferentes ambientes de aprendizagem.

A articulação curricular, a promoção da leitura, o desenvolvimento das diferentes literacias, o apoio ao desenvolvimento de atividades livres e de carater extra- curricular, a divulgação e animação cultural, a gestão da informação, a adequação e acessibilidade da coleção, a auto- avaliação e o esforço constante de melhoria da prestação dos serviços constituem, assim as ideias-chave que

²³ *Após a análise e certificação da longa “lista” no respeitante aos resultados esperados da BE do Agrupamento (AEOF), pela coordenação/ gerência da mesma, decidimos não os mencionar no nosso trabalho de investigação, a fim de economizarmos espaço.*

norteiam o programa de atividades da equipa e o Plano de Ação da biblioteca escolar.

5.2.3. Situação atual da Biblioteca Escolar

Figura 25 - Apanhados a Ler +



Fonte - “Série fotográfica da docente Isabel Laranjeira, com o tema «Apanhados a Ler+», envolvendo alunos e professores utilizadores da biblioteca da escola, em momentos de leitura.” (AEOF, 2010/2011)

Consoante dados pesquisados na BE da nossa escola: a mesma serve uma população escolar, considerada no ponto: “5.1.6./5.1.7.alunos e cursos”, assim como os professores e os assistentes operacionais”, além de Pais, EE, parceiros e comunidade. A adesão ao Programa RBE, data de 2002 e a candidatura concelhia de 2003²⁴. Nessa altura o espaço da BE foi ampliado para uma área útil de 116 m²

²⁴ (juntamente com a Biblioteca Municipal e as bibliotecas das escolas EB1 de Pereiras e EB1 de Vila Chã, do Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades).

e uma lotação de 65 lugares, assim como: substituído o mobiliário, reorganizadas as áreas funcionais, reforçado o fundo bibliográfico e deu-se início ao processo de informatização²⁵.

A frequência dos alunos é, em alguns momentos, relativamente elevada, com alturas de sobrelotação²⁶. A nossa biblioteca é procurada para pesquisa e leitura individual, mas, também, e sobretudo, para o estudo/ realização de tarefas escolares, utilização dos computadores e acesso à internet²⁷. Esta, enquanto

Centro de Recursos, faz a gestão de equipamento tecnológico²⁸ para utilização local, ou na sala de aula.

Parte da equipa de professores responsáveis tem-se mantido estável, integrando elementos com vários anos de experiência e com formação contínua na área. A partir do início do ano letivo (2009/2010), com a criação do PB, a equipa passou a ser liderada por um novo coordenador, com horário integral²⁹. As assistentes operacionais que apoiam o serviço da BE, para além da larga experiência adquirida, realizam, também, formação contínua na área. Estas, desempenham as funções de atendimento, serviço de empréstimos e monitorização da utilização dos espaços. Têm também acompanhado, com uma crescente familiarização, alguns procedimentos técnicos.

A BE do Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades com o código 161779, DRE: Centro, Concelho de Oliveira de Frades, tem de área 116 m²; possui 3 291 livros; 38 DVDs; 200 Vídeos; 32 CD-ROMs; 2 secretárias articuladas/balcão de atendimento; 6 mesas individuais e 20 duplas; 9 mesas para computador; 66 cadeiras; 1 caixa para álbuns; 2 armários arquivo; 5 estantes abertas duplas com prateleiras amovíveis, cerra-livros e porta-títulos; 1 arquivos/expositores de Periódicos; 1 arquivos/expositores de material não-livro; 1 expositores de jornais; 2

²⁵ Com a aquisição da licença do *software* Bibliobase.

²⁶ (coincidentes, regra geral, com os intervalos letivos e com as horas de almoço)

²⁷ O espaço da biblioteca escolar dispõe de dez computadores, ligados à rede local, com algumas limitações em termos de eficiência e rapidez derivadas da sua desatualização.

²⁸ Computadores portáteis, calculadoras, câmaras fotográfica e de vídeo, reprodutores áudio,...,

²⁹ Facto que já foi alterado para o ano letivo de: 2011/2012, o PB passou a lecionar no mínimo a uma turma

expositores de novidades; 1 carros para livros; 8 Sofás/Pufs; 11 computadores de mesa com ligação à Internet; 19 computadores portáteis com ligação à Internet; 1 impressoras; 1 scanners e 2 equipamento fotográfico digital; 1 equipamento áudio; 1 equipamento vídeo; 2 câmara de vídeo digital e 2 computadores dedicados exclusivamente ao trabalho técnico da Biblioteca.

Em termos de comunicações a BE é dotada de rede local com ligação a outros serviços da escola; Internet e Internet sem fios (wireless)

No respeitante a organização do espaço, a BE ocupa, espaço único.

ÁREA NUCLEAR DA Biblioteca Escolar:	Nº de lugares sentados
Receção/acolhimento	2
Leitura informal e de periódicos	4
Leitura de documentos impressos	40
Leitura vídeo	4
Leitura e produção multimédia(Área de trabalho integrada na biblioteca onde se produzem materiais em computador: texto, imagem, som, vídeo, bases de dados, folhas de cálculo, edição eletrónica, páginas web, CD-ROM, etc.), leitura multimédia/Internet	9
Trabalho de grupo	6

A BE serve uma população escolar de aproximadamente 800 alunos dos 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário, incluindo os dos Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação, de Adultos, 120 professores e 40 assistentes profissionais.

A frequência dos alunos na biblioteca tem vindo a acentuar-se, verificando-se com alturas de sobrelotação, assim como o interesse dos mesmos pelo empréstimo domiciliário, cujas estatísticas se avizinham, atinja os 50% em futuro próximo. O envolvimento dos alunos em termos de incentivo à leitura tem sido um dos principais objetivos das práticas comuns entre biblioteca e professores em sala de aula.

A adesão ao Programa da Rede de Bibliotecas Escolares em 2002 e a candidatura concelhia em 2003, altura em que o espaço da BE foi ampliado para a dita área útil de 116 m2 e uma lotação de 65 lugares (situação muito superior à anterior) e ainda a substituição do mobiliário, assim como a reorganização das áreas funcionais e reforço do fundo bibliográfico foram passos largos para que o PB e equipa conseguissem um aumento de interesse pelo espaço e pela leitura, de modo acentuado e contínuo.

Não devemos deixar de salientar o facto de que os Professores Bibliotecários que fizeram formação acreditada na área das BEs, na escola foi de 100%; percentagem concelhia 100%, enquanto que percentagem nacional foi de 92,48%. Também na área das TIC, Professores Bibliotecários que fizeram a dita formação na escola 100% e a mesma percentagem a nível concelhio. Esta base de interesse e saber, deverá ter influência do acentuado interesse que se tem vindo a verificar pela BE e leitura a nível escolar e concelhio.

Em termos de coleção, a BE tem catalogado em suporte informático, cerca de setenta por cento (70%) do seu fundo documental e a base bibliográfica está disponível *online*. Em termos de política documental tem sido dada prioridade à aquisição de obras recomendadas pelo Plano Nacional de Leitura (PNL)³⁰.

5.2.4. Objetivos centrais da BE – Tópicos³¹ (Plano de Ação, 2009/2013)

Quadro 11 - Objetivos centrais da BE (*Tópicos*)

A. Apoiar o Desenvolvimento Curricular	A.1. Promover a articulação curricular com as estruturas pedagógicas da escola e com os docentes
	A.2. Promover as literacias da informação, tecnológica e digital
B. Promover a Leitura e as Literacias	B. Promover a Leitura e as Literacias
C. Desenvolver e apoiar Projetos, Parcerias e Atividades Livres e de Abertura à Comunidade	C.1. Apoiar atividades livres, extra – curriculares e de enriquecimento curricular
	C.2. Desenvolver projetos e parcerias
D. Gerir a Biblioteca	D.1. Articular as atividades da Biblioteca com a Escola. Melhorar o acesso e serviços prestados.
	D.2. Gerir as condições humanas e materiais para a prestação dos serviços.
	D.3. Gerir a coleção

Fonte – BE - Plano de Ação (2009/ 2013)

³⁰ listas para a leitura orientada – 2º Ciclo e contrato de leitura.

³¹ Tópicos a desenvolver no ponto: 5.2.9. Gerir a BE: RESULTADOS ESPERADOS.

5.2.5. Promoção da Leitura e Literacia: objetivos e ações da biblioteca escolar.

No respeitante ao ponto em questão, apresentamos os objetivos e as ações a desenvolver na BE do Agrupamento, no quadro que se segue, aos quais atribuímos a devido rigor, como base do nosso trabalho. Assim, de acordo com o constante do quadro a seguir,

Quadro 12 - Objetivos específicos e ações de promoção de Leitura e Literacia (2009/2013)

Objetivos	Ações
Promover a leitura de forma integrada e sistemática	- Disponibilizar uma coleção variada e adequada aos gostos, interesses e necessidades dos utilizadores.
	- Identificar novos públicos e adequar a coleção e as práticas às necessidades dos mesmos, por mais diversificada que seja.
	- Promover em articulação com os docentes de Língua Portuguesa, ações formativas que ajudem a desenvolver as competências na área da leitura.
	- Incentivar o empréstimo domiciliário.
	- Informar os docentes das linhas de orientação e atividades propostas pelo Plano Nacional de Leitura (PNL).
	- Em articulação com o Clube de Leitura e escrita, desenvolver atividades no âmbito da promoção da leitura: sessões e clubes de leitura, fóruns, outros.
	- Utilizar o blogue da BE para divulgar, de forma regular, sugestões de leitura dos alunos, excertos de textos de literatura juvenil, novidades editoriais, últimas aquisições nesta área.
	- Utilizar a <i>WEB</i> e outras fontes de informação na prospeção e identificação de materiais do interesse dos jovens.
	- Realizar avaliações periódicas da coleção.
	- Promover o diálogo informal com os jovens utilizadores da BE, incentivando-os à leitura.
	- Promover atividades de leitura em voz alta, de leitura partilhada ou animações que cativem os jovens e induzam comportamentos de leitura.
	- Reforçar a formação dos elementos da equipa na área da literatura juvenil.
Articular atividades no âmbito da leitura com departamentos e docentes	- Apresentar aos professores de diferentes grupos disciplinares (2º e 3º ciclo) sugestões de atividades, a partir da literatura juvenil.
	- Apresentar aos professores de diferentes grupos disciplinares (secundário) sugestões de atividades, a partir da literatura juvenil.
	- Planear com os professores a utilização de conjuntos de recursos da BE (maleta pedagógica), na sala de aula.
Promover o desenvolvimento de competências	- Promover o diálogo com os docentes no sentido de garantir um esforço conjunto para que o desenvolvimento de competências de leitura, estudo e investigação seja adequadamente inserido nos diferentes currículos e atividades

dos alunos, no âmbito da leitura e das literacias	- Dialogar com os alunos com vista à identificação de interesses e necessidades no campo da leitura e das literacias.
	- Incentivar os alunos a participação em atividades livres no âmbito da leitura.
	-Propor a criação de uma comunidade de leitores ou diferentes comunidades de leitores, em articulação com o clube de leitura e escrita.

Fonte – Biblioteca Escolar - *Plano de ação* – (2009/ 2013)

Relativamente aos objetivos específicos e ações de promoção de leitura e literacia (2009/2013), consideramos as ações talvez um pouco ambiciosas, mas o certo é que a escola não deixou dúvidas de que, se a antiga escola era considerada de sucesso, o novo agrupamento proporcionou, ainda, alteração positiva de parâmetros, consoante tratamento de dados, efetuado.

Especificamente, no respeitante à eficácia da BE, a nível de desempenho e cumprimento de projetos pendentes à mesma, assim como o atingir de objetivos diversificados traçados, têm sido levados a cabo com sucesso. Fizemos parte da equipa³² e somos conhecedores das suas práticas, do seu envolvimento e dos resultados em prol do que é considerado muito bom, para uma biblioteca escolar.

Nem todos os alunos revelam interesses positivos, principalmente os que se localizam mais nas zonas limítrofes da Vila/ Escola, mas as estratégias utilizadas têm conseguido envolvimento bastante positivo, mesmo daqueles que nunca tinham lido um livro.

5.2.6. Gerir a biblioteca escolar: articular atividades com a Escola

A. Objetivos Gerais (tópicos)

- Integrar a biblioteca escolar na escola;
- Promover a valorização da biblioteca escolar pela Direção e pelos órgãos de decisão pedagógica;
- Responder às necessidades da escola e dos seus utilizadores;
- Avaliar a biblioteca escolar.

³² Em 2010/ 2011, o que não pode continuar no presente ano letivo, devido ao facto dos cursos profissionais aos quais lecionamos exigirem excesso de trabalho e ocupação que não nos permitiu a continuação que tanto nos satisfaz, como seja o desempenho bibliotecário.

5.2.7. Gerir a biblioteca escolar: condições humanas e materiais para prestação dos serviços

B. Objetivos Específicos (*tópicos*)

- Exercer a liderança (professor bibliotecário);
- Adequar os recursos humanos da BE às suas necessidades de funcionamento na escola;
- Adequar a BE em termos de espaço às necessidades da escola;
- Disponibilizar computadores e equipamentos tecnológicos que respondam ao trabalho e aos novos desafios da biblioteca escolar

5.2.8. Gerir a biblioteca escolar: gerir a coleção

C. Objetivos Específicos (*tópicos*)

- Planear a coleção de acordo com a inventariação das necessidades curriculares e dos utilizadores;
- Adequar os livros e outros recursos de informação (no local e online) às necessidades curriculares e de informação dos utilizadores;
- Alargar a coleção aos recursos digitais em linha;
- Promover a utilização da coleção pelos utilizadores da escola;
- Organização da informação e informatização da coleção;
- Difundir a informação.

5. 2.9. Gerir a BE: RESULTADOS ESPERADOS

Os “resultados esperados” a seguir apresentados, vão fortalecer o nosso potencial a nível profissional, principalmente em termos de vida prática bibliotecária e, também, como professores, mais sensíveis a parcerias com a BE, a fim de reforçar projetos e atividades comuns.

Quadro 13 - Gerir a BE: Objetivos Centrais - RESULTADOS ESPERADOS (2009/2013)

Objetivos Centrais	RESULTADOS ESPERADOS
A. Apoiar o desenvolvim^o curricular	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de um trabalho sistemático de cooperação com as estruturas pedagógicas da escola [...]. - Colaboração ativa com os docentes responsáveis pelas Á. C. Não Disciplinares. - Atividade de suporte relevante junto dos docentes responsáveis pelos A.E.. - Participação ativa da BE no PTE, Projeto Eco – escolas, P. Educação p. a Saúde, [...]. - Integração da BE, pela disponibilização dos espaços e recursos, no Pl. de OTE. - Rentabilização dos recursos existentes por parte dos docentes: utilização dos serviços da BE por mais de 60% dos docentes. - Produção e difusão de um conjunto diversificado de materiais de apoio. - Organização de atividades de formação de utilizadores , em função de necessidades. - Articulação com os docentes de Á. Projeto, Estudo Acompanhado e outros, [...]. - Apoio a ações promotoras do uso das TIC e da Internet. - Impacto no nível de competências tecnológicas e de informação dos alunos: mais de 60% dos alunos a saber utilizar com proficiência fontes de informação e estratégias de pesquisa diversificada. - Contributo no desenvolvimento em mais de 60% dos alunos, de atitudes de cidadania e de aprendizagem ao longo da vida.
B. Promoção da Leitura e das Literacias	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho sistemático de promoção da Leitura num número alargado de turmas. - Integração de um plano de desenvolvimento da Leitura e Literacia no Projeto Educativo/ Projeto Curricular e articulação com docentes. - Promoção de atividades diversificadas de Leitura, associando diferentes formas de comunicação e expressão. - Apoio e incentivo ao desenvolvimento do Plano Nacional de Leitura (PLN). - Disponibilização de recursos documentais atualizados muito adequados ao trabalho no âmbito da Leitura e da Literacia. - Atividades diversificadas [...] de motivação para a Leitura e desenvolvimento de diferentes Literacias.
C. Desenvolver e apoiar Projetos, Parcerias e Atividades Livres e de Abertura à Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuição para o desenvolvimento de métodos de trabalho e de estudo autónomo. - Dinamização de um conjunto alargado de atividades livres, de caráter lúdico e cultural. - Utilização autónoma e voluntária da Biblioteca: lazer e de livre fruição dos recursos. - Parcerias com a Biblioteca e Museu Municipais e Biblioteca do AEOF. - Trabalhos colaborativos com outras Escolas e Bibliotecas Escolares. - Mobilização e abertura à participação dos E. Ed. em atividades conjuntas. - Viabilização da utilização da BE por outros elementos da comunidade educativa.
D. Gerir a Biblioteca Escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Boa integração da Biblioteca no funcionamento global da escola. - Reconhecimento do valor da BE pela Direção, garantindo boas condições em termos de Recursos Humanos e de verba. - Integração do PB no Conselho Pedagógico. - Qualidade n/serviços prestados (avaliação positiva por mais de 60% dos utilizadores). - Abertura em contínuo coincidente com a totalidade do horário letivo diurno. - Implementação do sistema de auto – avaliação. - Realização formação contínua, por parte do PB, adequada ao seu conteúdo funcional. - Mobilização da Equipa e da Escola para o valor e para o trabalho com a Biblioteca. - Otimização dos espaços, mobiliário e equipamento, no sentido de melhor satisfazer as necessidades dos utilizadores (avaliação positiva por mais de 60% dos utilizadores). - Equilíbrio da coleção nas diferentes áreas e suportes. - Aumento da utilização da coleção por parte dos docentes e alunos (mais de 60% dos docentes utiliza a coleção na preparação das suas atividades e mais de 60% dos alunos frequentam a Biblioteca). - Informação total do catálogo e sua disposição <i>online</i>. - Definição de política documental (aprovação <i>Política de Desenvolvimento da Coleção</i>). - Desenvolvimento de política de difusão da informação e divulgação de recursos.

Fonte – Biblioteca do Agrupamento

A análise e crítica que desenvolvemos no respeitante aos objetivos específicos e ações de promoção de Leitura e Literacia, a nossa opinião em termos dos “resultados esperados” da (Amostra 2) do nosso trabalho de campo, mantem-se. Este facto deve-se ao desempenho da BE da nossa escola, pelo rigoroso profissionalismo do coordenador, acompanhado da equipa, direção da escola, professores e parceiros que o PB consegue, sempre que sente viabilidade em qualquer projeto, atividade, concurso, seja do PNL ou outro, assim como diretrizes da RBE, entre outras.

5.2.10. Gerir a Biblioteca Escolar - METAS

Para a fixação de metas, a biblioteca toma como referência os níveis de desempenho definidos no modelo de auto – avaliação para os diferentes domínios/ subdomínios de atividade, correspondentes aos objetivos centrais neste Plano. Os perfis de desempenho seguem uma escala de 4 níveis. Assim,

Quadro 14 - Gerir a Biblioteca Escolar: METAS – quadriénio (2009/ 2013)

NÍVEL	DESCRIÇÃO
4	A BE é muito forte neste domínio. O trabalho desenvolvido é de grande qualidade e com um impacto bastante positivo.
3	A BE desenvolve um trabalho de qualidade neste domínio, mas ainda é possível melhorar alguns aspetos.
2	A BE começou a desenvolver trabalho neste domínio, sendo necessário melhorar o desempenho para que o seu impacto seja mais efetivo.
1	A BE desenvolve pouco ou nenhum trabalho neste domínio, o seu impacto é bastante reduzido, sendo necessário intervir com urgência

Fonte – BE do Agrupamento

Assim, as metas propostas para o quadriénio considerado, têm por objetivo:

I - Conseguir um perfil de desempenho correspondente a um nível superior ou igual ao constante do nível dois, em todos os domínios/ subdomínios de atividade da BE.

II - Conseguir um perfil de desempenho correspondente a um nível superior ou igual ao constante do nível três em, pelo menos, quatro domínios/ subdomínios em avaliação (num total de oito domínios).

5.3. INQUÉRITO³³ - ALUNOS QUE FREQUENTAM O 12º ANO, NO PRESENTE ANO LETIVO³⁴

5.3.1. Tratamento de dados – inquérito - alunos

Este destina-se a 90 (noventa) alunos que frequentam o 12º (décimo segundo) ano, no presente ano letivo.

A amostra em causa, vai ser caracterizada de acordo com o objetivo do estudo em questão, pela certificação das hipóteses formuladas.

As questões formuladas no inquérito, são apresentadas ao longo da análise e tratamento de dados.

5.3.1.1. Idade dos pais

Na continuação da nossa análise³⁵e, no sentido de obtermos maior fiabilidade no tratamento estatístico, necessitámos de proceder, nos dados seguintes, aos arredondamentos até uma casa decimal, dos valores percentuais, no sentido de que, em todas as situações, obtermos o resultado final de 100%.

Quadro 15 – Distribuição de frequências de acordo com a idade dos pais

Idade	Pai	Mãe
Até 35	3	5
35 - 40	18	29
41 - 45	28	40
46 - 50	31	16
51 - 60	10	0
> 60	0	0
Total	90	90

³³ A 90 alunos que frequentam o décimo segundo ano, no presente ano letivo.

³⁴ - Recolha, análise e tratamento de dados.

³⁵ Que teve por base análise documental e pesquisa a dados/ factos concretos da vida da nossa Escola, assim como da Biblioteca Escolar (facto que nunca tínhamos coragem de solicitar, se não fosse o interesse na veracidade dos dados para esta investigação).

Nesta amostra que foi constituída por 90 inquéritos (como atrás referimos), perguntámos as idades dos pais dos alunos e, de acordo com as respostas, Quadro 15:

O maior grupo de números, vinte e oito (31,1%) pais e quarenta (44,5%) mães situam - se no intervalo de quarenta e um e quarenta e cinco anos; trinta e um (34,5%) pais e dezasseis, (17,8%) mães, entre quarenta e seis e cinquenta anos; dezoito (20%) pais e vinte e nove (32,1%) mães, de trinta e cinco a quarenta anos; três (3,3%) pais e cinco (5,6%) mães, até aos trinta e cinco anos; dez (11,1%) pais de cinquenta e um a sessenta anos e, não se verificaram pais com idades superiores a sessenta anos.

5.3.1.2. Habilitações literárias dos pais

Quadro 16 – Distribuição de frequências em função das habilitações literárias dos pais

Habilitações literárias dos pais	Pai	%	Mãe	%
Não sabe ler nem escrever	1	1,1	2	2,2
Lê e escreve sem 4ª classe	14	15,6	17	18,9
4ª classe	31	34,5	35	38,9
6º ano	12	13,3	16	17,8
9º ano	11	12,3	12	13,3
12º ano	8	8,9	2	2,2
Curso médio	7	7,8	1	1,1
Licenciatura	2	2,2	0	0,0
Mestrado	1	1,1	0	0,0
Doutoramento	0	0,0	0	0,0
Outros	3	3,3	5	5,6
Total	90	100	90	100

Atendendo aos dados trabalhados, concluímos o seguinte, consoante Quadro 16:

O maior número, trinta e um, (34,5%) pais e trinta e cinco (38,9%) mães, possuem a 4ª classe; catorze, (15,6%) pais e dezassete (18,9%) mães, leem e escrevem, sem possuírem a 4ª classe; doze (13,3%) pais e dezasseis (17,8%) mães, possuem o 6º ano; onze (12,3%) pais e doze (13,3%) mães, têm o 9º ano; oito (8,9%) pais e duas (2,2%) mães, atingiram o 12º ano; sete (7,8%) pais e uma

(1,1%) mãe, possuem o curso médio; um (1,1%) pai e duas (2,2%) mães, não sabem ler nem escrever; apenas dois (2,2%) pais são licenciados.

Também, um (1,1%) pai fez o mestrado e, ainda três (3,3%) pais e cinco (5,6%) mães, pertencem a outros níveis de habilitações literárias.

5.3.1.3. Origem dos alunos

Quadro 17 – Distribuição de frequências consoante a origem dos alunos

Origem dos alunos	Nº	%
Rural	74	82,2
Urbana	16	17,8
Total	90	100

No presente ano letivo verificou-se, de acordo com os dados (Quadro 17):

O maior número, setenta e quatro (82,2%) são de origem rural e, apenas dezasseis (17,8%) de origem urbana.

5.3.1.4. Condições sócio económicas dos alunos

No sentido de facilitar a leitura e interpretação dos dados a seguir apresentados, decidimos aplicar a seguinte simbologia, conforme os alunos vivam, de:

A – Rendimentos próprios, porque trabalham e estudam

B - Rendimentos dos pais, porque só estudam

C – Outro.

Quadro 18 – Frequências em função das condições sócio económicas dos alunos

Condições socio económicas dos alunos	Nº	%
A	18	20
B	53	58,9
C	19	21,1
Total	90	100

Atendendo aos dados apresentados, deparámos com a seguinte realidade (Quadro 18):

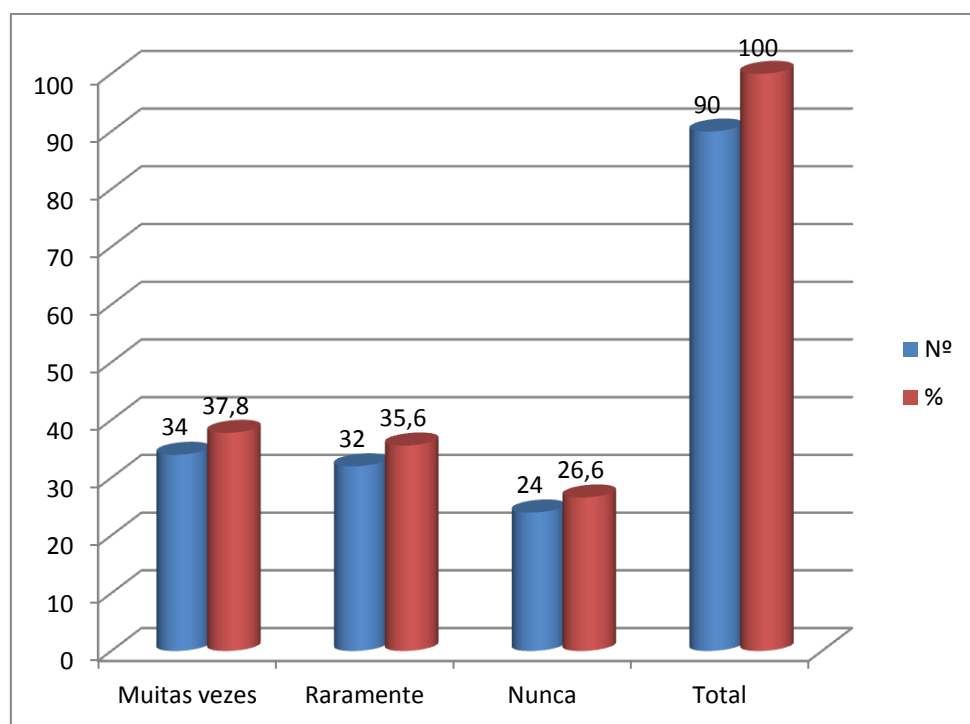
No maior número, cinquenta e três (58,9%), os pais suportam os estudos; dezoito (20%), têm de trabalhar para estudar e, ainda, se verificam dezanove (21,1%), considerados em outras situações.

5.3.1.5. Ocupação para outros trabalhos durante a vida escolar

Quadro 19 – Distribuição de frequências em função da ocupação dos alunos para outros trabalhos durante a vida escolar

Ocupação para outros trabalhos	Nº	%
Muitas vezes	34	37,8
Raramente	32	35,6
Nunca	24	26,6
Total	90	100

Gráfico 2 – Representação gráfica da distribuição de frequências em função da ocupação dos alunos para outros trabalhos durante a vida escolar



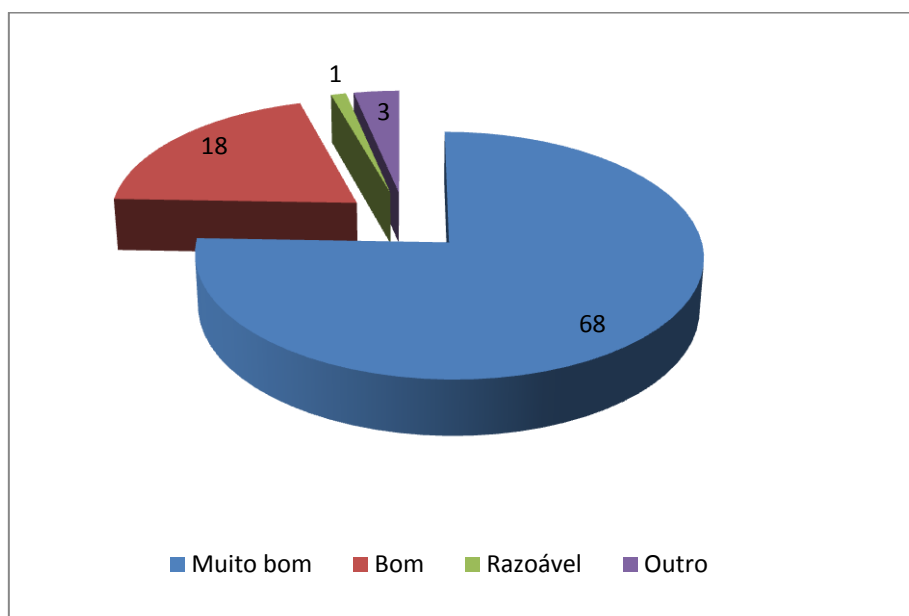
De acordo com os dados colhidos e trabalhados, verificou-se, em Quadro 19 e Gráfico 2, que o maior número de alunos, trinta e quatro (37,8%) considerou ser ocupado muitas vezes para outros trabalhos durante a vida escolar; enquanto que trinta e dois (35,6%), raramente são ocupados para outros trabalhos durante a vida escolar; apenas vinte e quatro (26,6%) afirmaram nunca terem sido ocupados para trabalhos adicionais, durante a vida escolar. Daqui se salienta que apenas um menor número de alunos dispõe de todo o tempo para o estudo e a vida da escola. Este facto predispõe que, a maior parte dos alunos poderão sentir dificuldades na conciliação do tempo, a fim de atingirem os resultados desejados.

5.3.1.6. O que os alunos pensam em relação ao ambiente educativo, na escola.

Quadro 20 - Distribuição de frequências em função do ambiente educativo que os alunos sentem na escola

Ambiente educativo na escola	Nº	%
Muito bom	68	75,6
Bom	18	20,0
Razoável	1	1,1
Outro	3	3,3
Total	90	100

Gráfico 3 – Representação gráfica da distribuição de frequências em função do ambiente educativo que os alunos sentem na escola



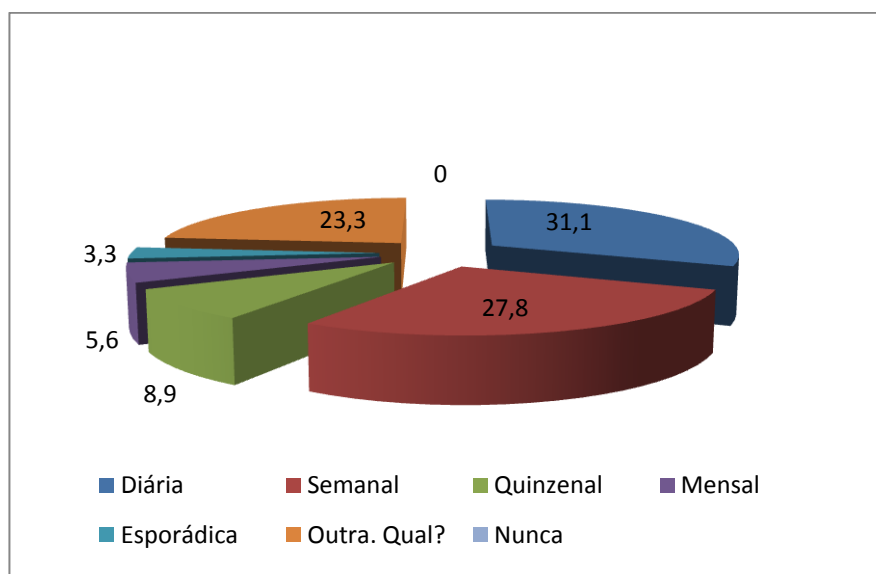
Atendendo aos dados colhidos e trabalhados, verificamos, de acordo com Quadro 20 e Gráfico 3, que o maior número de alunos, sessenta e oito (75,6%), afirmam sentirem um ambiente educativo muito bom na escola e assim se presume, favorável à obtenção de resultados condignos; dezoito (20%), consideram bom; enquanto apenas um (1,1%) o considera razoável; na resposta a outro ambiente educativo para os alunos que não o sentissem enquadrado nas questões anteriores, três responderam excelente (3,3%). Realça-se, assim, que a maior parte dos alunos sentem que o ambiente da escola é favorável ao ensino/aprendizagem, logo ao sucesso, pelo atingir de objetivos.

5.3.1.7. Frequência com que o aluno utiliza a biblioteca escolar

Quadro 21 – Distribuição em função da frequência de frequências com que o aluno utiliza a biblioteca escolar

Frequência de utilização	Nº	%
Diária	28	31,1
Semanal	25	27,8
Quinzenal	8	8,9
Mensal	5	5,6
Esporádica	3	3,3
Outra. Qual?	21	23,3
Nunca	0	0,0
Total	90	100

Gráfico 4 – Representação gráfica da distribuição de frequências com que o aluno utiliza a biblioteca escolar



De acordo com os dados obtidos e trabalhados (Quadro 21, Gráfico 4), verificamos que a maioria dos alunos, vinte e oito (31,1%) afirmou, diariamente utilizar a biblioteca; vinte e cinco alunos (27,8%), frequenta a biblioteca uma vez por semana e, apenas oito (8,9%) afirmam utilizá-la, quinzenalmente. Mensalmente utilizam a biblioteca cinco alunos (5,6%); ainda, de forma esporádica, afirmam

apenas três (3,3%), alunos utilizarem a biblioteca; vinte e um (23,3%), frequentam a biblioteca para a elaboração de trabalhos de grupo, de consulta a fim da elaboração de projetos e outros, pendentes às práticas disciplinares.

Da análise ao ponto em questão, salienta-se o facto de que todos os alunos frequentam a BE, com mais ou menos assiduidade.

5.3.1.8. Tempo de permanência habitual do aluno na biblioteca escolar,

Quadro 22 – Distribuição de frequências em função do tempo de permanência habitual do aluno na biblioteca escolar

Tempo habitual na biblioteca	Nº	%
Menos de 30 minutos	19	21,1
1 (uma) hora aproximadamente	26	28,9
Mais de 1 (uma) hora	45	50%
Total	90	100

Consoante dados, Quadro 22, os dezanove (21,1%) dos alunos que permanecem na biblioteca escolar menos de trinta minutos, poderão ser os considerados da tabela anterior, que a utilizam apenas de forma esporádica, mensal e até quinzenal. Estes, certamente, ainda não a sentem integrada nos seus preferenciais interesses ao nível de formação.

Os vinte e seis (28,9%) dos alunos que permanecem na biblioteca uma hora, aproximadamente, pode tratar-se do grupo dos que afirmaram utilizar a biblioteca com frequência semanal, consoante demonstrado no Quadro 21, pois já é demonstração de interesse pela “vida” que a mesma lhes proporciona.

No tocante aos quarenta e cinco (50%) dos alunos que afirmam permanecer habitualmente na biblioteca por tempo superior a uma hora, pode enquadrar-se nos vinte e um (23,3%), também em Quadro 21, para efetivação de tarefas da vida escolar, acrescida do diferencial daqueles que a frequentam semanal e ainda, diariamente.

5.3.1.9. Atividades que o aluno desenvolve com mais frequência na biblioteca

Quadro 23 – Distribuição de frequências em função das atividades que os alunos mais desenvolvem na biblioteca escolar

Atividades que mais desenvolve na biblioteca escolar:	Nº	%
Consulta de dicionários	2	2,2
Desenvolvimento de trabalhos de grupo	20	22,2
Realização de pesquisas para atividades escolares	12	13,4
Requisição de filmes	7	7,8
Leitura de obras de autores credenciados	3	3,3
Requisitar livros para leitura domiciliária	10	11,1
Pesquisas na internet	27	30
Atualização pela análise de jornais e revistas	9	10
Não vou à biblioteca para qualquer fim	0	0,0
Total	90	100

Como previsto, o maior número de alunos, vinte e sete (30%) de acordo com dados constantes do Quadro 23, dedicam-se a pesquisas na internet, facto que pode ter por base, a razão de ainda haver alunos que não a possuem em casa; seguem-se vinte alunos (22,2%), que se reúnem na biblioteca, para levar a cabo trabalhos de grupo; enquanto doze (13,4%) preferem utilizar a biblioteca para realização de pesquisas para trabalhos que lhes são impostos pelos professores; também a requisição de livros para leitura domiciliária tem a preferência de dez alunos (11,1%); apenas nove alunos (10%) preferem utilizar o tempo na biblioteca a fim de se atualizarem, pelas leituras mais salientes em jornais e revistas; também sete alunos (7,8%) requisitam filmes; apenas três (3,3%), se dedicam à leitura de obras de autores credenciados e dois (2,2%) preferem o tempo para a consulta de dicionários.

Concluimos a análise do ponto em questão, pela preferência dos alunos, pelas pesquisas na internet e pela junção, a fim da realização de trabalhos de grupo, quando procuram a biblioteca escolar.

5.4. INQUÉRITO A PROFESSORES DE DIFERENTES GRUPOS DISCIPLINARES³⁶

5.4.1. Caraterização geral da amostra

Este inquérito dirigiu-se a sessenta professores de diferentes grupos disciplinares, no presente ano letivo.

Tem por principal objetivo fornecer dados que proporcionem identificar pela investigação, o grau de satisfação e interesse que sentem pela biblioteca escolar, tanto em termos de disponibilização de recursos, como em termo de parceiro educacional, abrangente. Esta *abrangência* deve ter por base o intercâmbio educacional, focado no objetivo específico de promoção da leitura e da literacia, assim como o desenvolvimento integral dos alunos, consoante questões e dados a seguir apresentados.

5.4.2. Disciplinas que o/a docente leciona no presente ano letivo³⁷

Quadro 24 – Distribuição de frequências em função da disciplina que leciona

DISCIPLINAS QUE LECIONA:	Nº	%
Português	10	16,7
Matemática	8	13,3
Ciências da natureza	2	3,3
Educação visual	2	3,3
Educação tecnológica	3	5
Educação física	7	11,7
Educação musical	1	1,6
Geografia	5	8,4
História	5	8,4
Direito das organizações	1	1,6
Economia	3	5
Gestão empresarial	2	3,3
Francês	5	8,4
EMRC	1	1,7
Inglês	5	8,3
Área Curricular Não Disciplinar e outras:		
Formação cívica	11	18,3

³⁶ - Recolha, análise e tratamento de dados a fim de concluirmos do grau de satisfação e interesse dos professores pela biblioteca escolar em termos de recursos e parcerias de intercâmbio com a sala de aula.

³⁷ (Área Curricular e Área Curricular Não Disciplinar, outras.)

Área de projeto	13	21,7
Atelier de Matemática	4	6,7
Atelier de informática	7	11,7
Apoio aos cursos profissionais e CEF	12	20
Educação especial	4	6,6
Cursos EFA	3	5
Estudo acompanhado	6	10

No respeitante aos dados constante do Quadro 24, disciplina (s) que leciona, verificam-se: Português, dez, (16,7%) que é o maior número; Matemática com oito (13,3%); Educação Física, onde se englobam os professores que asseguram todos os desportos escolares, sete (11,7%); cinco (8,4%), nas disciplinas de: Geografia, História, Francês e Inglês; três (5%), em Educação Tecnológica e Economia; dois e um são os números respondidos para as restantes disciplinas consideradas, cujas percentagens (3,3%) e (1,6%), respetivamente.

A Área Não Curricular salienta-se consoante (Quadro 24), sendo o maior peso para a Área de Projeto: (21,7%); seguindo-se o Apoio aos Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação com (20%); Formação Cívica, com (18,3%); (11,7%) o Atelier de Informática e (6,7%) o de Matemática; (10%) no respeitante aos professores de Estudo Acompanhado; (6,6%) do Estudo Especial e (5%) de apoio aos Cursos de Educação e Formação de Adultos. No respeitante à Área Curricular Não Disciplinar, realçam-se: a Área de Projeto, o apoio aos Cursos Profissionais e CEF e a Formação Cívica.

5.4.3. Atividades desenvolvidas na BE e/ ou em que o (a) docente a utiliza para realização de projetos pedagógicos e intercâmbio com a atividade da sala de aula.

Quadro 25 – Distribuição de frequências em função de: Atividades, Projetos em intercâmbio BE – Sala de Aula

ATIVIDADES QUE O/ A DOCENTE DESENVOLVE NA BE:	Nº	%
Pesquisa/ consulta documental para atividades na Sala de Aula	22	36,6
Desenvolver atividades de preparação letiva e apoios a alunos	19	31,7
Requisitar livros e filmes para consulta domiciliária	15	25
Outros	4	6,7
RECURSOS DA BE QUE UTILIZA PARA PROJETOS PEDAGÓGICOS:		

Filmes, DVD, CD - ROM	19	31,7
Computadores com acesso à Internet	15	25
Jornais e Revistas	5	8,3
Dicionários	2	3,3
Livros Didáticos	8	13,3
Enciclopédias	0	0,0
Projutor	9	15
Outros	2	3,3
INTERCÂMBIO: BE – SALA DE AULA (Projetos e Trabalhos):		
Muitos	42	70
Alguns	10	16,7
Poucos	6	10
Por vezes	2	3,3
Nunca	0	0,0

Relativamente às atividades que o docente desenvolve na BE, sozinho ou em apoio aos alunos, vinte e dois (36,6%) consideraram a pesquisa/ consulta documental para atividades na sala de aula; Dezanove (31,7%), desenvolvem atividades de preparação letiva e dão apoio a alunos; Quinze (25%) a sua maior atividade na BE é proceder à requisição de livros e filmes para consulta domiciliária.

Certo será dizer que, a requisição precede a consulta e seleção, trabalho que está aqui integrado.

Ainda, quatro (6,7%) “alertou” para outras opções de atividades a desenvolver na BE.

No respeitante aos recursos que o docente utiliza cedidos pela BE, para a realização de projetos pedagógicos, dezanove (31,7%) responderam serem Filmes, DVD, CD – ROM, os recursos que mais utilizam da BE, para levarem a cabo projetos pedagógicos; computadores com acesso à Internet, não podia deixar de ser pelo menos o segundo mais marcante a nível de respostas, em virtude da internet ser atualmente considerada, como fonte de informação internacional, a pioneira.

O projetor, como recurso da BE, teve nove respostas (15%), pois é solicitado por necessidade para lugares da escola que não o possuem, especificamente; os livros didáticos, oito inquiridos (13,3%) os consideraram, porque a coordenação da BE é exigente no respeitante à posse dos mesmos que possam fortalecer a base cultural dos nossos alunos em termos gerais e,

especificamente ao nível da leitura e literacia. Ainda (8,3%) consideraram a sua preferência em jornais e revistas.

No que concerne ao INTERCÂMBIO: BE – SALA DE AULA, em termos de Projetos e Trabalhos, responderam: muitos, quarenta e dois (70%); Alguns, dez (16,7%); Poucos, seis (10%) e por vezes, apenas dois (3,3%).

CAPÍTULO 6 – ANÁLISE GERAL E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

«A ciência, ao contrário de outros sistemas elaborados pelo homem, reconhece sua capacidade de errar [...]» (BUNGE, 1974, citado por Gil, p. 26)

6.1. Análise geral

O trabalho que nos propusemos levar a cabo, teve por propósito, a conclusão do Mestrado em Educação e Bibliotecas. Resultou de leituras levadas a cabo ao longo da vida e, de todo o ano decorrente da elaboração deste nosso projeto, assim como de experiências vividas na escola e na BE, sendo aprofundado e vincado (em termos específicos), pela análise documental e inquéritos.

A parte da dissertação, ligou- nos, em laços mais fortes com vários autores, legislação, o concelho onde exercemos a nossa atividade profissional, bibliotecas, museus, e outros a quem nos dirigimos, a fim de colhermos informações o mais atuais... e credíveis..., a fim de solidificarmos o nosso objetivo.

As bibliotecas escolares atualmente, são confrontadas com enormes desafios, em que o atingir de objetivos pode tornar-se dificultado, no caso da orgânica pedagógica e funcional da escola não se coadunar, pelo menos na sua íntegra, com a da BE e se interligarem, de modo a formarem um todo educativo, nas ações específicas e abrangentes de formação.

No respeitante ao trabalho de campo, este teve como primeiro e segundo alvos, respetivamente: a Escola e a BE, com a credibilidade dos seus dados que conseguimos, por análise e pesquisa documental, a fim de que pudéssemos ter uma base forte da vida das mesmas, que nos proporcionasse uma visão o mais

rigorosa possível, do nosso objetivo. As relações das duas (em uma), “entidades” educacionais referidas (Direção da Escola e Coordenação da BE), em conjunto com os demais envolventes e utilizadores da comunidade educativa e escolar, acrescida às famílias, parceiros e cidadania, conseguiram acentuar a base do sucesso que se tem verificado nos nossos alunos, dos vários cursos, como ficou demonstrado pelo trabalho apresentado e trabalhado, nos pontos específicos.

Confrontamos os alunos do 12º ano, com o inquérito, no sentido de que nos permitissem acesso à comprovação de dados que considerámos essenciais para certificação das hipóteses formuladas. Os nossos colegas também foram disponíveis no sentido das suas respostas ao inquérito que lhe apresentamos, pela necessidade de conhecermos, principalmente, dentro das disciplinas que lecionam, o grau de necessidade e interligação que têm com a BE, os que mais ou menos a utilizam, seja em termos do espaço, recursos e/ ou ligação com a sala de aula, mais ou menos acentuada e para que nível de trabalhos.

Como focado ao longo do nosso trabalho, o sítio da nossa amostra sofreu e está a sofrer remodelações profundas, o que dificultou a concentração e proporcionou instabilidade nos próprios locais fulcrais de trabalho, que são, no fundo, toda a escola.

O nosso trabalho pretende enquadrar a BE como ponto fulcral de ação e definição de dados e diretrizes conducentes a práticas pedagógicas que integrem o conhecimento em geral e a leitura e literacia em particular, como vida para o saber: ser e fazer, dos seus utilizadores.

No respeitante aos dados colhidos do trabalho de campo, foram trabalhados/ tratados no (Capítulo 5) após a recolha e apresentação dos mesmos, em quadros e gráficos.

6.2. Discussão dos resultados

Em primeiro lugar, o que consideramos de elevada importância e, por isso, não podemos deixar de salientar, o fortalecimento de conhecimentos e de laços de ligação com: a Escola/ Agrupamento, Biblioteca Escolar, Alunos e Docentes, em

termos dos relacionamentos que foram necessários para concluirmos da veracidade das hipóteses formuladas.

6.2. 1. Discussão dos resultados respeitantes à escola

No respeitante à primeira hipótese formulada, foi concretizada pela análise documental e pesquisa levada a cabo na nossa Escola /Agrupamento, cujos dados foram apresentados, analisados e trabalhados com a minuciosidade considerada por nós necessária, no (capítulo 5).

Devemos acrescentar que, com o aprofundamento e conhecimento dos dados que apresentámos, mereceu-nos especial atenção e, acentuada análise aos fatores intrínsecos a uma cultura atualizada, principalmente em termos de: clima e ambiente educativo que proporciona, tanto aos alunos, como aos professores e ao pessoal não docente; a notória lidação, aos vários níveis que mantem com a BE e vice – versa, na análise de projetos; em intercâmbio com sala de aula; o interesse constante na intervenção dos pais na vida escolar dos seus educandos; etc. Desta análise, tirámos a conclusão, no respeitante à base do sucesso escolar, do aumento do número de alunos que se tem vindo a verificar, assim como da procura a nível de cursos de formação (apesar da concorrência que tem), principalmente em termos dos cursos profissionais.

A plena utilização dos recursos pedagógicos existentes, é prática constante verificada, e assim, o sucesso tanto dos alunos que se direcionam para a universidade, como aqueles que enveredam pelo mundo do trabalho, aquando da conclusão do 12º ano, tem sido notório.

6.2.2. Discussão dos resultados referentes à biblioteca escolar

No ponto anterior, ficou explícita a interligação da BE, com a escola, pais, parceiros, com vista à formação integral dos alunos que tem de passar, forçosamente, pelas aprofundadas práticas de formação para a leitura e literacia, seja pela leitura: livro, e/ ou pela integração em projetos e atividades conjuntas, direcionadas a esse objetivo, comum.

Em (1993, p.3), de acordo com a *Declaração Política da IASL sobre Bibliotecas Escolares*, referenciava “(...) uma boa biblioteca escolar com um bibliotecário qualificado é o maior fator de desenvolvimento da qualidade educativa. A biblioteca escolar pode providenciar materiais como fontes de informação para pais e agentes sociais e satisfazer as necessidades dos jovens em casa, antes de ingressarem na escola, durante o processo de escolarização e depois de concluída a sua formação académica. A sociedade que investe na biblioteca escolar investe no seu próprio futuro”.

Criar hábitos de trabalho, baseados na consulta, tratamento e produção de informação, como: selecionar, analisar, criticar e utilizar documentos, de modo a desenvolver trabalhos de pesquisa ou estudo, individualmente, ou em grupo, assim como, produzirem sínteses informativas em diferentes suportes, são estratégias de estimulação nos alunos do prazer de ler e do interesse pela cultura, nacional e internacional (como agora se verifica o interesse de parte dos alguns).

A hipótese dois foi certificada pelos dados apresentados, tanto a nível dos objetivos: centrais; dos gerais; de promoção da leitura e literacia; de articulação com a escola; pelo apoio ao desenvolvimento curricular, e a projetos, parcerias e a atividades livres e de abertura à comunidade; como na exigência da mesma em termos de metas a atingir.

Verificámos o interesse da BE no apoio ao desenvolvimento das atividades educativas, assim ao êxito de toda a comunidade educativa, na qual também se integra.

Concluímos a discussão da hipótese dois, pela confirmação da própria, formulada, em que a biblioteca escolar tem um papel fundamental no incentivo a hábitos de leitura e literacia, fortalecendo o sucesso educativo e a vida em cidadania.

6.2.3. Discussão dos resultados no respeitante aos alunos

Pelo inquérito aos 90 alunos que frequentam o 12º ano no presente ano letivo (amostra 3), (capítulo 5)³⁸, pudemos certificar a (hipótese 3), pelos dados

³⁸ – 5.2. *Análise documental e pesquisa – Biblioteca Escolar: - Recolha, Análise e Tratamento de Dados*

recolhidos, analisados e tratados, principalmente dos quadros: 15 (quinze); 16 (dezasseis); 17 (dezassete); 18 (dezoito); 19 (dezanove); 20 (vinte); 21 (vinte e um); 22 (vinte e dois); 23 (vinte e três), fortalecida pelos gráficos: dois, três e quadro, assim como trabalhado, analisado e debatido nos pontos fulcrais, que nos fornecessem a certificação/ comprovação da veracidade da referida hipótese, formulada no capítulo 4.

Ao que foi trabalhado e anteriormente já considerado em relação a este ponto, apenas vincamos a importância que os alunos atribuíram ao reforço de atividades culturais, pela criatividade, de acordo com os novos paradigmas educacionais, sejam em termos de recursos, apoios e outras valias referenciadas, pela atualização da cultura e do saber. O grande peso considerado pelas respostas dos alunos, em termos da importância de pesquisas e trabalhos na internet foi evidenciado (30%), (o que já era esperado). Não podemos ter dúvidas de que esta alterou (e continua a ritmo desmedido) os modos de produção e gestão do conhecimento, a que a biblioteca, professores e toda a comunidade educativa, tem que estar atenta. A Internet, ao possibilitar o acesso à troca e à divulgação..., permitiu e/ ou facilitou, a organização de diversos setores em torno de interesses diversificados e atualizados, criando novos paradigmas vivenciais, logo, educacionais, a fim de um desenvolvimento sem fronteiras... Assim, a adaptação aos novos paradigmas educacionais é uma exigência, cada vez mais acentuada, da educação atual.

Concluímos, pela “frase” (agora mais que nunca atualizada e que todos... necessitamos ter sempre presente), do enorme sábio (EINSTEIN, A.), «A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original».

6.2.4. Discussão dos resultados no respeitante aos professores

No tocante ao ponto 5.4. INQUÉRITO A PROFESSORES DE DIFERENTES GRUPOS DISCIPLINARES, apesar da amostra ser bastante reduzida em relação ao que prevíamos (pela economia de espaço já atrás focada), conseguimos comprovar a hipótese 4. Assim, de acordo com a análise efetuada aos dados do Quadro 24, verificámos que as disciplinas de Português e de Matemática,

acrescidas do Inglês e do Francês, entre outras, necessitaram de reforço no respeitante a apoios dos professores com a utilização dos recursos necessários e disponíveis na (e da) BE. Estes, principalmente em termos de Filmes, DVD, CD – ROM (31,7%); Computadores com acesso à Internet (25%); entre muitos outros.

O intercâmbio: BE – Sala de Aula, através de Projetos e Trabalhos, também é um dos considerados fatores chave para o sucesso dos alunos da nossa Escola/ Agrupamento, como foi comprovado na (amostra 1), (capítulo 5), pelo trabalho desempenhado pela mesma, a fim do sucesso dos alunos.

Outros fatores que colaboraram no atingir dos objetivos esperados da nossa investigação foram, também, o rigor de cultura, aos mais variados níveis de exigência, que a nossa escola, na qual integramos na totalidade a BE, colocaram (e continuam) em prática perante os nossos alunos; o reconhecimento do trabalho desenvolvido, também pelos professores, sempre com o apoio da BE e de toda a escola; o bom (ou muito bom) relacionamento e cooperação entre os docentes; as atentas condições de trabalho na sala de aula; as tarefas profissionais extra – letivas; a participação e envolvimento dos EE, principalmente quando lhes é solicitado, pelos DT; a relação pedagógica, envolvente; os recursos e materiais utilizados e disponibilizados pela BE; as práticas pedagógicas, envolventes com objetivo comum; a diminuição das taxas de abandono escolar, (são fator de motivação para o reforçar do dito objetivo comum); o desempenho notável no respeitante aos exames nacionais, que os nossos alunos têm tido; o incentivar dos alunos à participação em atividades livres, no âmbito da leitura e condução à literacia. Em suma: a vida ativa, atenta e participativa em termos do sucesso dos alunos pela leitura e literacia, conducente à formação integral e ao longo da vida, é o lema constante e envolvente, como ficou demonstrado pelos dados do nosso trabalho de campo.

Conclusão Final

«A educação tem tradicionalmente, procurado desenvolver somente as competências cristalizadas presumindo que as fluidas eram inalteráveis. Sabemos agora que não é assim. Sabemos também que as competências fluidas são ao mesmo tempo produtos importantes da educação e importantes aptidões para aprender nesse meio»
(Scheurman & Lohman, 1992, citado por Silveira, 2005, p. 13)

A nossa opção pelo tema do estudo em questão, deveu-se ao facto de estarmos ligados à Educação, Biblioteca Escolar e, por sermos alunos do Mestrado em Educação e Bibliotecas.

Sentimos a vivência e convivência diárias, assim como as dificuldades (também) económicas de grande número de alunos, o que certificamos pelo (Quadro17) em que (82,2%) são de origem Rural, onde conhecemos principalmente as mais notórias e muitas vezes graves, dificuldades. Esta realidade foi confirmada pelos alunos do 12º ano, em inquérito. Reafirmado, também o foi, nos dados (Quadro 18), em que (20%) trabalham e estudam. Ainda, consoante (Quadro 19) em que (37,8%), responderam, serem muitas vezes ocupados para outros trabalhos, durante a vida escolar. Esta situação poderá ser influenciada pelos dados constantes do (Quadro 16), em que o maior número de mães (34,5%) possuem apenas a 4ª classe, o que se verificou em (38,9%) de pais. Este nível cultural dos pais, pode ser fator para as difíceis situações económicas das famílias, logo originárias das necessidades sentidas pelos alunos, que têm de trabalhar e estudar, e, ainda, serem muitas vezes ocupados para outros trabalhos. A situação verificada, perturba – lhes, inevitavelmente, o bom andamento e aproveitamento da vida escolar.

Na situação referenciada, apesar da envolvimento comum fortalecida pelos recursos e interligação dos professores com a BE (como atrás referenciado), os alunos que estão nas condições anteriores, sentem muita dificuldade na disponibilidade de tempo para a leitura necessária à obtenção do sucesso desejado. Daí, a necessidade do reforço de apoios e projetos de leitura em sala de aula, por interligação entre os professores e a biblioteca escolar, principalmente, como fator de recuperação e equidade com (58,9%) constantes dos dados do Quadro 18, que apenas estudam.

Confirmamos que as bibliotecas escolares necessitam de recursos atualizados e do interesse conjunto dos professores (e envolvimento possível de toda a escola), para poderem cumprir os objetivos em termos de formação para a leitura e literacia.

A apropriação de novas tecnologias de informação e comunicação por parte das bibliotecas escolares, é intrinsecamente necessária, de modo a transformar o espaço BE, num meio de desenvolvimento integral, transversal e de conhecimento para a vida e ao longo da mesma, conforme novos paradigmas educacionais, atuais.

Necessitamos ter sempre presente o facto de que a BE, para poder “dar os seus frutos”, necessita da colaboração de todos, no universo escolar, como sejam: alunos; direção da escola; professores; funcionários (toda a comunidade educativa); pais/ famílias; parceiros; meio envolvente e da cidadania, não descorando todo o apoio possível da RBE, PNL, ME e, de todos, que possam lutar por um bem que é de todos: A BIBLIOTECA ESCOLAR. Só com esta integração comum em uníssono, podemos também, no mesmo sentido, usufruir dos seus benefícios.

Entendemos que este estudo conseguiu unir, ainda mais, os professores, alunos, coordenação e toda a equipa da BE do Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades que, talvez mais conscientes da importância da mesma e dos seus recursos, reforça o seu papel em prol do panorama educativo.

A nível de conclusão³⁹, não pudemos deixar de afirmar, que: a mudança tem consequências inevitáveis (nem sempre da qualidade esperada), nos modos como se realiza o trabalho intelectual e, também, nos lugares ocupados pelos (as) ditos (as) intelectuais, a nível nacional e/ou internacional, para os quais a BE tem que ser entidade ativa, na preparação dos seus utilizadores.

Valeu a pena, principalmente pelo que aprendemos, pelas trocas de experiências, informações, opiniões, materiais, conhecimentos, dados, “conclusões” para serem reformuladas, pela pesquisa e recuperação de nova informação, atualizada, ou antes, mais adequada. Assim, o que afirmamos, com mais convicção, é o facto de que este trabalho nos criou necessidade de

³⁹ (porque já nos está a preocupar o número de páginas, “contabilizado”),

recomeçar, a: aprender; refletir; investigar; alterarmos as nossas práticas como profissionais da educação; abrirmos novos horizontes à nossa imaginação, direcionados a uma pesquisa mais abrangente; finalizarmos uma nova pesquisa, para que, novamente, sintamos necessidade de recomeçar; (...).

Concluimos, certos de que, não sentimos necessidade de parar, porque só, se não pararmos, temos necessidade de recomeçar...!

Figura 26 – “Cronograma do conhecimento”



BIBLIOGRAFIA

A

Abreu, I. (1989). *A evolução da escolaridade obrigatória em Portugal nos últimos vinte anos*. Rio Tinto: Edições Asa.

Alçada, I. (1998). Construção do conhecimento e ludicidade. In *Aprendizagem como aquisição e construção do conhecimento*. Aveiro: Cadernos CIDINE.

Alves, M. (2000). Intervenção da Biblioteca Escolar no processo de Ensino/Aprendizagem. *Estudo de caso*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

B

Bagno, M. (2001). *Pesquisa na escola: o que é, como se faz*. São Paulo: Layola.

Baume, R., Bertolus, J. J. (1995). *Os novos senhores do mundo. A louca história dos multimédia*. Lisboa: Editorial Teorema.

Barroso, J., Rosa, Alexandre, Costa, Firmino, Ávila, Patrícia (1999). *Da cultura da homogeneidade à cultura da diversidade*. Lisboa: Departamento da Educação Básica do Ministério da Educação.

Bell, J. (1997). *Como realizar um projeto de investigação*. Trajetos. Lisboa: Gradiva – Publicações.

Benavente, A. (1987). *Do outro lado da escola*. Lisboa: Edições Rolim.

Benavente, A. (1990). *Escola, professores e processo de mudança*. Lisboa: Livros Horizonte.

Benavente, A., Costa, A. F., Ávila, P. (1996). *A literacia em Portugal*. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação.

Blockeel, F. (2001). *Literatura juvenil portuguesa contemporânea: Identidade e alteridade*. Lisboa: Caminho.

C

Calixto, J. A. (1996). *A biblioteca escolar e a sociedade de informação*. Lisboa: Editorial Caminho.

Carneiro, R. (2000). *O futuro da Educação em Portugal, tendências e oportunidades*. Lisboa: DAPP - Ministério da Educação.

Carneiro, R. (2000a). *Vinte anos para vencer vinte décadas de atraso educativo*. Lisboa: DAPP - Ministério da Educação.

Carneiro, R. (2003). *Um projeto de esperança - as estratégias de acolhimento das crianças em risco*. Lisboa: Projeto para Casa Pia.

Carneiro, R. (2006). *Debate Nacional sobre Educação: Como vamos melhorar a educação nos próximos anos?* In Seminário: «Educação, Ciência e Tecnologia». Lisboa: CNE.

Carvalho, A. (1998). *Da Escola ao Mundo do Trabalho – uma passagem incerta*. Lisboa: Inst. de Inovação Educacional - Ministério da Educação.

Carvalho, R. (1986). *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, M. (2000). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. In *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Castells, M. (2004). *A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castro, M. J. (2004). *Algumas sugestões para um esboço do Plano de Atividades da BE*. Rede de Bibliotecas Escolares – Zona Norte. Outubro. Porto Editora.

Catalão, I. (1998). *A internet como recurso educativo*. Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento do Ministério da Educação. Comunidade Europeia. Lisboa: F.S.E.

Cervo, A. L., Bervian, P. A. (1983). *Metodologia Científica*. (3ª ed). São Paulo: McGraw-Hill.

Comissão Europeia (1995). *Livro Branco sobre a educação e a formação: Ensinar e aprender rumo à sociedade cognitiva*. Luxemburgo: Comunidade Europeia.

Conselho Nacional de Educação (1999). *A sociedade de informação na escola*. 2ª ed. Lisboa: Ministério da Educação.

Cortesão, L. (1988). *Escola, Sociedade que Relação?*. Porto: Edições Afrontamento.

D

Delors, J. (1997). *Educação um tesouro a descobrir* – Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI – UNESCO. Porto: Edições Asa.

Delors, J. (2001). *A educação ou a utopia necessária*. In Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o séc. XXI, para a Unesco. Porto: ASA

Duckworth, E. (1991). *Ideias- Maravilha em Educação e outros ensaios em ensino e aprendizagem*. Lisboa: Instituto Piaget.

F

Fernandes, E. (1990). *O aluno e o professor na escola moderna*. Aveiro: Editorial Estante.

Fernandes, M. R.(2000). *Mudança e inovação na pós-modernidade: Perspetivas curriculares*. Porto: Porto Editora.

Formosinho, J. (1987). *O insucesso escolar em questão*. Braga: Universidade do Minho.

Formosinho, J. (1992). *O dilema organizacional da escola de massas*. Lisboa: Revista Portuguesa de Educação (vol. 5, nº 3: 23-48).

Fortin, M. F. (1999). *O processo de investigação: da conceção à realização*. Lisboa: Lusociência.

Freire, P. (1997). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

Freitas, E. (1998). *As Bibliotecas em Portugal: elementos para uma avaliação (na última década)*. Viseu: Tipografia Guerra.

Furtado, J. A. (2000). *Os livros e as leituras*. Novas tecnologias da informação. Lisboa: Livros e Leituras.

G

Gardner, H. (1994). *Estruturas da Mente. A teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Gil, A. C. (1995). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, S.A.

Gil, A. C. (1995). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, S.A.

Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, S.A.

Gimeno, J. (1992). *Compreender e transformar la enseñanza*. Madrid: Ediciones Morata.

Gómez, A.P. (1994). *La interacción teoría – práctica en la formación del docente*. In L. Mesa e J. M. Jeremias, *Las Didácticas en la Formación del Profesorado*. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións.

Gómez Hernández, J. A. (2004). *Por qué Y para qué las bibliotecas en el siglo XXI*. In Palabras por la biblioteca. Madrid: Educación y Biblioteca, Junta de Comunidades de Castilla – La Mancha.

Gomes, J. A. (1992). *Literatura para Crianças e Jovens: Alguns Percursos*. Lisboa: Caminho.

Goode, W. J., HATT, P. K. (1969). *Métodos de pesquisa social*. (Citado por Gil, 1991). São Paulo: Editora Atlas.

H

Hannesdottir, S.K. (1995). *Bibliotecários escolares. Linhas de orientação para os requisitos de competência*. Holanda: International Federation of Library Association.

J

Jolibert, J. (1989). *Formar Crianças Leitoras*. Porto: Edições Asa.

L

Levy, P. (1998). *Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola.

Levy, P. (2001). *O que é o Virtual?*. *Coleção Cibercultura*. Coimbra: Quarteto Editora.

Lopes, João T. (1998). *Sociabilidade e consumos culturais. Contributos para uma sociologia de fruição cultural*. *Sociologia*, Nº 8, (pp.179-188). Porto: Profedições

Lopes, J. T. (2003). *Os dias da escola ou a utopia em ação (uma ilustração de políticas culturais de terceira geração)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade.

Lopes, J. T. (2007). *De democratização à democracia cultural. Uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público*. Maia: Profedições

M

Magalhães, A. M., Alçada, I., Maximino, C., Cabral, F. D. (1998). *A biblioteca da escola e o prazer de ler*. Bibliotecas Escolares – Comunidade Europeia – Fundo Social Europeu. Lisboa: Ministério da Educação.

Magalhães, M., Alçada, I. (2010). *Cinco de outubro e a primeira República*. Alfragide: Editorial Caminho.

Mager, R. (1997). *Como definir objetivos*. Lisboa: Leite & Carreira.

Maia, M. (1998). *As tecnologias de informação como recurso educativo*. Coleção: Bibliotecas Escolares. Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento do Ministério da Educação. Portugal: Europress.

McGuigan, F. J. (1976). *Psicologia experimental: uma abordagem metodológica*. São Paulo: EPU/ EDUSP.

Medeiros, J. B. (1991). *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas*. São Paulo: Atlas.

Morin, E. (1987). *O Conhecimento do Conhecimento*. (tomo III, p. 15). Mem Martins: Publicações Europa – América.

Morin, E. (2003). *O problema epistemológico da complexidade*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa – América.

N

Nóvoa, A. (1995). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Nunes, H. B. (1996). *Da biblioteca ao leitor*. Estudos sobre a leitura pública em Portugal. Secção de artes gráficas das oficinas de trabalho protegido da APPACDM: Braga.

Nunes, M. B. (2006). *Múltiplas Formas de Literacia*. In II Encontro do Curso de Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação. Vila do Conde.

P

Papert, S. (1997). *A Máquina das crianças: Repensando a escola na era da informática*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Pennac, D. (1996). *Como um romance*. Porto: Edições Asa.

Pinto, M. L. (2002). *Práticas educativas numa sociedade global*. Porto: Edições Asa.

Pires, E. (1998). *A construção social da educação escolar*. Rio Tinto: Edições Asa

Pires, M. N. (2005). *Pontes e fronteiras, da literatura tradicional à literatura contemporânea*. Lisboa: Caminho.

Q

Quivy, R., Van Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

S

Sá, V. (1983). *As bibliotecas, o público e a cultura-um inquérito necessário*. Lisboa: Livros Horizonte. Lisboa.

Santana, I. (1998). *Como organizar um canto de leitura na Sala de Aula – Interação com a biblioteca da escola*. 1ª ed. Março. Coleção: Bibliotecas Escolares.

Santos, M. L. L. (2007). *A leitura em Portugal*. Lisboa: GEPE.

Silva, L. M. (2000). *Bibliotecas escolares: um contributo para a sua justificação, organização e dinamização*. Braga: Livraria Minho.

Silva, L. M. (2002). *Bibliotecas Escolares e Construção do Sucesso Educativo*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

Silva, S. R. (2005). *Dez réis de gente... e de livros*. Lisboa: Caminho.

Silveira, L. (2005). *A Sociedade do Saber. Deteção, Identificação e análise de necessidades de formação e aprendizagem*. Porto: Contemporânea.

Sousa, M. L. (1999). “*Agora não Posso. Estou a ler!*” In *Entre Linhas paralelas*. Estudos sobre o português nas escolas. Braga: Angelus Novus.

Sousa, J. M. (2000). *O professor como pessoa*. Porto: Livros do Brasil.

T

Torres, S. J. (2006). *Desmoralización del professorado*. Madrid: Ediciones Morata.

Toffler, A. (1995). *A Terceira Vaga*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.

Toffler, A. (2001). *Choque do futuro*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.

V

Veiga, I., Barroso, C., Calixto, J. A., Calçada, T., Gaspar, T. (1996). *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*⁴⁰. Lisboa: Ministério da Educação.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Portugal (1986): Dec. – Lei nº 46/ 86, de 14 de outubro (*Reforma – L.B.S.E.*).

Portugal (1989): Dec. - Lei nº 43/ 89, de 3 de fevereiro (*Reforço à L.B.S.E.*).

Portugal (1991): Dec. - Lei nº 172/ 91, de 10 de maio (*Sistema experimental de Direção, Administração e Gestão dos E.E.*).

Portugal (1996): Desp. Conj. Nº 184/ ME/ MC/ 96, de 27 de agosto. Diário da República, II Série. (*criação de gabinete para elaboração e execução de um Programa de Instalação da RBE*).

Portugal (1998): Dec.- Lei nº 115 – A/ 98, de 4 de maio (*Aprova Reg. Jurídico de Autonomia, Administração e Gestão de Escolas e Agrupamento de Escolas*).

OUTRA BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Alçada, I. (1996). *As Novas Bibliotecas Escolares*. Noesis, 38, março/ junho, 18-23.

Alves, I. (2008/2009). Ações de Formação: «*A Biblioteca Escolar e as Literacias do Século XXI*» e «*Integração da Biblioteca Escolar no Projeto Educativo da Escola – O Papel e Função da Biblioteca Escolar*». CFAE Professor Fernando Barbosa. Póvoa de Varzim.

Arrimar, J. A. (2009). *As Bibliotecas Escolares em Portugal e a questão da análise e recuperação da informação*. In BOLETIM dos professores, nº 14.

⁴⁰ . *Relatório síntese*. Grupo de Trabalho criado pelos despachos conjuntos nº 43/ME/MC95 de 29 de dezembro e nº 5 ME/MC/ 96, de 9 de janeiro.

Universidade Complutense de Madrid: Trabalho de Investigação para obtenção do DEA (junho).

(BAD) (2006). Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivista e Documentalistas. (Ofício nº 268, 2006) enviado à Ministra da Educação. Lisboa

Bourdieu Pierre (1984). *Questões de Sociologia*, Fim do Séc., pp.119-126.

Coelho, S. L. (novembro, 2009). *Porquê estudar Sociologia?* «A Sociologia analisa a sociedade, os fenómenos e práticas sociais. A leitura é uma dessas práticas». Trabalho: PowerPoint nº 8. Porto: Universidade Portucalense.

Comissão Organizadora do I Encontro Internacional de Literacia Familiar (2009). *Implicações da Família no Sucesso Escolar*. Escola Superior de Educação de Coimbra em 13 e 14 de novembro.

Declaração Política do IASL (1993). *Bibliotecas Escolares – Apoio Público e Governamental*. (p.3).

Dornelas, A. (2006). *Livro Verde sobre as Relações Laborais*. 1ª ed. Lisboa: Ministério de Trabalho e da Solidariedade Social. Abril.

Factos & Fitas (2010). *Jornal do Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades. Edição de dezembro*. Gráfica: Tipografia Viseense. Viseu.

Grupo de Missão para a Sociedade de Informação (1997). *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia.

Ministério da Educação (2001). *Resultados do Estudo Internacional PISA* (2000). Lisboa: Ministério da Educação.

Ministério da Educação (2002). *As tecnologias de informação e comunicação e a qualidade das aprendizagens*. Estudos em Portugal. Lisboa: Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento.

Miranda, J. P. (2011). «*Julgo que hoje é ainda mais necessário vermos o que julgamos estar a ver*». Jornal de Letras, Artes e Ideias. Artigo (p. 14).

Nogueira, A. J. F. (2001). *Centros de Recursos Educativos: Um projeto de escola*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.

Paraskeva, J. (2005). *Reinventar a Pedagogia Crítica*. Circunlóquios de Silêncios sobre os Conteúdos Curriculares. Lisboa: Edições Pedagogo, 89-106.

Pennac, D. (1996). Agarrados ao computador...na escola. (Cit. por Sousa, L. In A Página da Educação, Série II, nº 193, (2011), pp. 62/ 63).

Ponte, J. P. (2000). *Revista Ibero – Americana de Educação*. Número 24. Título: *Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: que desafios?*. OEI: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura.

Revista Portuguesa de Investigação Educacional, nº1 (2002). *Aprendizagem da Leitura*. Lisboa: Universidade Católica.

REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS

A biblioteca escolar e o prazer de ler (2011). Consulta em 23 novembro. Disponível em: <http://comunidade.sol.pt/photos/anatarouca/picture 189134.aspx>

As bibliotecas escolares e a educação (2011/ 2012). «*Apreciações: cuidado com os livros*». Consulta em 20 de dezembro. Disponível em: <http://google-cyberteca.wordpress.com>

Biblioteca, AEOF. (2011/ 2012). «*Consulte o nosso blog, sinta ... a nossa informação*» . «aprender na biblioteca». Consulta em 12 de dezembro. Disponível em: <http://aprendernabiblioteca.blogspot.com/>

Biblioteca, AEOF. (2011/ 2012). «*Comemoração: Dia Nacional do Mar* ». Consulta em 15 janeiro . Disponível em: <http://aprendernabiblioteca.blogspot.com/>

Biblioteca, AEOF. (2011/ 2012). «*Outono, Poesia e Poema*». Consulta em 20 de janeiro . Disponível em: <http://aprendernabiblioteca.blogspot.com/>

Biblioteca, AEOF. (2011/ 2012). «*Implantação da República*». Consulta em 6 de outubro. Disponível em: <http://aprendernabiblioteca.blogspot.com/>

Costa, L.V., (2011). «*Cultura, Política e Educação*»: Consulta em: 12 de janeiro. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br>

Dec. – Lei nº 482/ 72, de 28 de novembro (*Retificações*). Número: 277/ 72 – Série I. (p.p. 1785 –1786). Ministério da Educação Nacional – Gabinete do Ministro. Consulta em: 15 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.dre.pt>

Dias, A. M. (2010). «*Eu Não Desisto de Aprender*». Consulta em: 2 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.cpihts.com>

Morin, E. (2006). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Consulta em: 10 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://terrear.blogspot.com/2006/12/edgar-morin-os-sete-saberes-necessarios.html>

Plano Nacional de Leitura (PNL). Concurso «*Quem quer ser milionário – Especial Ler +*». Consulta em 20 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt>

PNL. Concurso «*Inês de Castro*». Consulta em 1 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt>

PNL. Tema: «*Onde te Leva a Imaginação?*» .Concurso: «*Faça Lá um Poema*». Consulta em 12 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt>

Sarmiento, M. (2006). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Consulta em: 10 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://terrear.blogspot.com/2006/12/edgar-morin-os-sete-saberes-necessarios.html>

ANEXOS